



Universidade Federal de Pelotas
Universidade Aberta do Brasil
Curso de Licenciatura em História à distância

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA
EM HISTÓRIA A DISTÂNCIA
- CLHD/UFPel

Pelotas, RS
2023

**Projeto Pedagógico do
Curso de Licenciatura em
História à distância
- CLHD/UFPEL**

Reitora:

Prof. Dr. Isabela Fernandes Andrade

Diretor da Unidade:

Prof. Dr. Sebastião Peres

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira

Colegiado do Curso:

Prof. Dr. Marcos Borges (Coordenador), Prof. Dr. Edgar Gandra, Prof. Dr. Thiago Silva de Amorim Jesus, Prof^ª. Dr^ª. Viviane A. Saballa, Profa. Dr^ª. Elisabete Leal, Prof. Dr. Fábio Vergara, Prof. Dr. Paulo Possamai, Prof^ª. Dr^ª. Natáli Pinto, M^ª. Jéssica Hencke.

Pelotas, 2023

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
2.1. Universidade Federal De Pelotas	8
2.1.1. Dados de identificação e contexto da Universidade Federal De Pelotas – Ufpel ..	8
Contexto e histórico da Universidade Federal De Pelotas	9
2.2. Curso de licenciatura em história a distância.....	12
2.2.1. Dados de identificação do curso	12
2.2.2. Contexto e Histórico do Curso.....	12
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	21
3.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.....	21
3.2. Objetivos do curso.....	21
3.3. Concepção do curso	21
3.4. Justificativa do curso	22
3.5. Equipe do curso de licenciatura de história a distância – CLHD	23
3.5.1. Sistema de Concessão de Bolsas	23
3.5.2. Equipe de Trabalho e suas Atribuições	24
3.5.3. Coordenador do Curso	26
3.5.4. Professor Formador (PF).....	28
3.5.5. Coordenador de Tutoria.....	30
3.5.6. Professor Tutor a Distância – TD	31
3.5.7. Professor Tutor Presencial (TP)	34
3.5.8. Professor Formador de Estágios (PFE)	35
3.5.9. Professor Formador de Estágio (PFE).....	37
3.5.10. Tutor Presencial de Estágio (TPE)	38
3.5.11. Professor Titular da Turma (PTT).....	39
3.5.12. Professor Formador (PF- TCC)	39
3.5.13. Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso - Professor Formador (PF- TCC)	40
3.5.14. Professor Conteudista (PC).....	41
3.5.15. Instituição de realização do Estágio	41
3.5.16. Seleção de Tutor	42
3.6. Perfil do profissional/egresso.....	43
3.7. Competências e habilidades	44
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	46

4.1. Estrutura curricular	46
4.1.1. Formação Específica	46
4.1.2. Formação complementar	49
4.1.3. Formação em Extensão	49
4.2. Quadro síntese – estrutura curricular	52
4.3. Matriz curricular	53
4.3.2. 1º Semestre	53
4.3.3. 2º Semestre	53
4.3.4. 3º Semestre	54
4.3.5. 4º Semestre	55
4.3.6. 6º Semestre	57
4.3.7. 7º Semestre	57
4.3.8. 8º Semestre	58
4.3.9. 9º Semestre	59
4.4. Fluxograma do Curso	60
4.5. Prática como componente curricular (PCC)	62
4.6. Estágios	63
4.6.1. Estágio Supervisionado Não Obrigatório	64
4.6.2. Estágio Docente Supervisionado – Obrigatório	64
4.7. Trabalho de conclusão de curso	69
4.8. Componentes curriculares optativas ou opcionais	71
4.8.2. Relação das disciplinas optativas	72
4.8.3. Caracterizações das disciplinas optativas	73
4.9. Formação complementar (estudos integradores)	95
4.9.1. Dimensão pedagógica e formação de professores	96
4.9.2. Caracterização curricular	97
5. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	184
5.1. Metodologias e Recursos e Materiais Didáticos	184
5.2. Acompanhamento e Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	187
6. APOIO AO DISCENTE	189
7. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	193
8. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	194
9. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	195
10. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	197
11. INTERDISCIPLINARIDADE	198
14. CORPO DOCENTE	202

15. INFRAESTRUTURA	203
REFERÊNCIAS.....	204

1. APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico, que acompanha a criação do Curso de Licenciatura em História na modalidade EAD (CLHD) da Universidade Federal de Pelotas, resulta de um processo de discussão e reflexão realizado por um grupo de docentes do Curso de História Presencial dessa Universidade. O documento incorpora uma série de debates recentes que envolveram a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores) no âmbito da reforma do PPC do Curso de História Presencial da UFPel. Tais alterações garantiram a adequação do currículo às mudanças estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que estabeleceu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. Esta Resolução, bem como diferentes projetos e dispositivos legais direcionados à educação básica - tais como a Base Nacional Curricular Comum do Ensino Fundamental, a Reforma do Ensino Médio e a proposta da Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio apresentada ao Conselho Nacional de Educação – evidenciaram a necessidade de reelaboração dos currículos dos cursos de licenciatura. A Coordenação e o Colegiado do CLHD foram responsáveis pela redação dessa proposta curricular que, além de atualizada, atenta para as especificidades pedagógicas, legais e curriculares relativas à Educação a Distância. Assentado na proposta do PPC do Curso de História presencial e atento às especificidades do Ensino a Distância, o PPC do CLHD é consoante com os anseios democráticos da sociedade e comprometido com a qualificação da formação discente.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Universidade Federal De Pelotas

2.1.1. Dados de identificação e contexto da Universidade Federal De Pelotas – Ufpel

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas - UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público – Federal	CNPJ/MF: 92.242080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 (53) 3921-1024	
	Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento/ Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2018
IGC Contínuo:	3,53	2018
Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal	Gestão 2017-2020	

Quadro 1 - Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Contexto e histórico da Universidade Federal De Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas está localizada no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre. Pelotas é o município economicamente mais importante da metade sul do Estado, sendo a terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul, com 340 mil habitantes. A cidade ocupa uma área de 1.609 km², com cerca de 92% da população total residindo na zona urbana do município, e tem localização geográfica privilegiada no contexto do MERCOSUL, pois está situada entre São Paulo e Buenos Aires.

A história da cidade está associada à produção de charque e, posteriormente, à cultura do pêssego e aspargo. Também a produção do leite é de grande destaque na pecuária, constituindo a maior bacia leiteira do Estado. Pelotas apresenta um comércio ágil e diversificado com serviços especializados e empresas de pequeno, médio e grande porte.

Com a diversidade étnica que caracteriza Pelotas, a cidade é conhecida por sua riqueza cultural. Pelotas tem um belo patrimônio cultural arquitetônico, de forte influência europeia, sendo um dos maiores de estilo Eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1.300 prédios inventariados, é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Foi berço e morada de várias personalidades da cultura nacional, como do escritor regionalista João Simões Lopes Neto, de Hipólito José da Costa, do pintor Leopoldo Gotuzzo e de Antônio Caringi. No ano de 2006, Pelotas foi eleita, pela Revista Aplauso, como a cidade “Capital da Cultura” do interior do Estado.

É neste contexto que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) está localizada, com sua reitoria instalada na Rua Gomes Carneiro, n. 1, Centro, Pelotas/RS. Foi criada em 1969, a partir da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (composta pela centenária Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Ciências Domésticas) e da anexação das Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade do Rio Grande do Sul, do Conservatório de Música de Pelotas, da Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões, do Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior do Sul do Estado, e do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG). A área agrária, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, teve, por sua vez, importante contribuição na formação da Universidade.

Posteriormente, iniciou-se a implementação de cursos em diferentes áreas, no Instituto de Ciências Humanas, no Instituto de Biologia, no Instituto de Química e Geociências, no Instituto de Física e Matemática e no Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto nº

65.881/69, que estabeleceu a estrutura organizacional da UFPEL.

Foram também relevantes, no processo de desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Estrutura essa que, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade contribui até hoje, decisivamente, para a saúde da população de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

Em 2007, a UFPel aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), viabilizando um salto no número de cursos de 59, no ano de 2007, para 101 cursos, até 2013, período no qual a instituição passou de 8 mil para 21 mil alunos. Ao longo do tempo, a UFPel vem registrando expressivos avanços que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio edificado.

Atualmente a Universidade conta com cinco Campi: Campus do Capão do Leão, Campus da Palma, Campus da Saúde, Campus das Ciências Sociais e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. Fazem parte também da estrutura atual da UFPel diversas unidades dispersas. Dentre elas, estão a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, o Serviço de Assistência Judiciária, o Conservatório de Música, o Centro de Artes (CA), o Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTEc), o Centro das Engenharias (CEng), a Escola Superior de Educação Física (ESEF), o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM).

Transcorridos 49 anos da criação da Universidade Federal de Pelotas, em processo constante de construção/reconstrução e de ampliação, a UFPEL se mantém atenta às necessidades educacionais e de formação profissional do Século XXI. Nesse sentido, tem como Missão “Promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade” (Fonte: site UFPEL).

Atualmente, a UFPEL conta com 97 cursos de Graduação: 93 cursos de Educação Presencial (64 Bacharelados, 21 Licenciaturas e 8 Tecnológicos) e 4 cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância (os cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil - UAB); 70 cursos de Pós-Graduação: 26 cursos

de Doutorado e 44 cursos de Mestrado (distribuídos em 45 programas de pós-graduação), 17 cursos de Especialização (3 cursos de especialização na modalidade EAD); 09 programas de Residência Médica e 01 programa de Residência Multiprofissional.

Com relação à formação de professores, a criação dos cursos de licenciatura, como os demais cursos de graduação, tem como base legal o art. 207 da Constituição Federal de 1988, que outorga às universidades a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, tendo como princípio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O processo de criação de cursos ocorre de acordo com o cenário social, político e econômico regional, visando ao atendimento de demandas de formação profissional.

No caso dos cursos de licenciatura, a implementação ocorreu como indicado a seguir:

- **Década de 1970:** Educação Física (1972); Artes Visuais (1974); Música (1975); Pedagogia (1979).
- **Década de 1980:** Letras Português/Inglês (1984); Letras Português/Francês (1984); Filosofia (1985).
- **Década de 1990:** Geografia (1990); História (1990); Letras Português (1990); Física (1991); Matemática (1992); Letras Espanhol e Letras Inglês (1994), atualmente extintos; Ciências Biológicas (1995); Ciências Sociais (1995); Química (1997).
- **Década de 2000:** Pedagogia (noturno - 2006); Teatro (2008); Dança (2008); Matemática (noturno - 2008); Letras Português/Espanhol (2008); Letras Português/Alemão (2009).
- **Década de 2010:** Educação Física (noturno - 2010).
- Cursos do REUNI foram criados no período 2008 a 2012.

Embora na UFPEL, os cursos de formação de professores sejam preferencialmente na modalidade presencial, existem cursos na modalidade à distância. Dos já ofertados nesta modalidade, 3 cursos continuam funcionando e 1 deve começar suas atividades ainda no final de 2020, conforme indicado a seguir:

- **Década de 2000:** Matemática Pró-licenciatura 1 (2006) e Matemática Pró-licenciatura 2 (2008) - extintos; Pedagogia (2007) e Educação do Campo (2009) - sem oferta de vagas; Matemática (2008) - com turmas em andamento;
- Geografia Pró-licenciatura (2008) e Letras-Espanhol Pró-licenciatura (2008)

- extintos; Letras Espanhol (2009) e Filosofia (2014) - com turmas em andamento.

- Curso de Licenciatura em História, CLHD, implementado ao longo do ano de 2020.

2.2. Curso de licenciatura em história a distância

2.2.1. Dados de identificação do curso

Curso: Licenciatura em História Código: E-MEC 1536203	
Unidade: Instituto de Ciências Humanas – UFPel	
Endereço: Rua Alberto Rosa, 154.	Fone: (53) 3284-4068 Site: https://wp.ufpel.edu.br/cldh
Diretor/a da Unidade: Prof. Dr. Sebastião Peres	Gestão 2018-2021
Coordenador/a do Colegiado: Marcos César Borges da Silveira	Gestão 2018-2021
Número de Vagas do Curso: 340 vagas	Modalidade: à distância
Regime Acadêmico: Semestral	Carga Horária Total: 3.270 horas
Turno de Funcionamento:	Tempo de Integralização: Mínimo: 9 semestres Máximo: 11 semestres
Ato de autorização do Curso: RESOLUÇÃO Nº 29, DE 20 DE MAIO DE 2020 Portaria n.	
Ato de reconhecimento do Curso:	
Titulação Conferida: Licenciado em História	
<p>Formas de ingresso: ingresso no primeiro semestre do ano, através do Processo Seletivo realizado pela UFPel. Fica previsto o ingresso a partir da abertura de vagas específicas para estudantes indígenas, quilombolas e refugiados, Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE) e Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).</p> <p>Outra forma de ingresso regular ocorre nas modalidades de reopção, reingresso, transferência e portador de diplomas (regulamentada pela Resolução COCEPE n. 24, de 25/08/2016), a partir de editais semestrais e de acordo com as vagas disponíveis.</p>	

Quadro 2 – Dados do CLHD

2.2.2. Contexto e Histórico do Curso

A partir do ano de 2018, um grupo de professores do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas começou a debater a criação do Curso de Licenciatura em História na modalidade a distância. Nas discussões que envolveram a criação do Curso, tematizados ao longo de vários encontros, certos fatores acabaram ganhando destaque e justificando a empreitada: o fato de que importantes regiões do Estado do Rio Grande do Sul apresentem dificuldades em atender a demanda por professores de História no ensino fundamental e médio; a necessidade de democratizar o ensino superior criando condições para a sua interiorização no Estado; o compromisso com a qualidade da educação, compromisso que, neste caso, significa garantir uma expansão profícua do magistério na área de História, tão carente no contexto gaúcho. A título de exemplo, o jornal do Comércio, numa edição de maio de 2020, traz um levantamento sobre as necessidades das escolas estaduais, obtido mediante informações coletadas via formulário on-line, preenchidas por diretores e funcionários de escolas. A matéria destaca a falta expressiva de recursos humanos, além de carências estruturais na abertura do ano letivo. Apesar do caráter introdutório do levantamento, trata-se de uma amostragem, haveria a necessidade de 343 professores, além de 338 funcionários e 190 especialistas, para que as escolas pudessem atender de forma adequada os alunos matriculados na rede pública de educação¹. Com efeito, o estado do Rio Grande do Sul – além da falta e da inadequação de professores as disciplinas ministradas – apresenta uma situação de desequilíbrio regional no tocante à oferta de cursos em História – Licenciatura Plena. Existem regiões pouco assistidas, como, por exemplo, a Região do Médio e Alto Uruguai que, comportando 21 municípios, possui uma única oferta, no caso, um polo na cidade de Frederico Westphalen. O mesmo vale para as regiões Centro Sul e Alto Jacuí, ambas com 16 municípios e, cada uma, contando com apenas um curso de História, respectivamente nos municípios de Camaquã e Cruz Alta. Outrossim, pode-se falar em áreas totalmente desassistidas, como é o caso da extensa Região do Litoral com seus 20 municípios e nenhuma oferta. Vale ressaltar que, entre as universidades federais, apenas a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sediada no município de Rio Grande, sul do Estado gaúcho, ofereceu o curso de História, na modalidade EAD, abrangendo os municípios da São Lourenço do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Sapiranga, São Francisco de Paula, Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul. Tal iniciativa, apesar de meritória, não esgota a demanda por vagas – mas também por qualidade – na formação de professores, no âmbito de um projeto de desenvolvimento harmonioso e espraiado que se quer para o Rio Grande. A definição dos

1 O levantamento também registra mais de 100 escolas com bibliotecas fechadas, 76 sem laboratório de informática operacional e 89 com problemas estruturais ou obras pendentes.

polos contemplados com a criação do Curso de História – Licenciatura Plena EAD depende de um planejamento feito junto ao NUPED, da UFPel que, entre outras variáveis, leva em conta as demandas por vagas encaminhadas pelas municipalidades através das Secretarias de Educação. Inicialmente, está prevista a criação do Curso de História EAD em 11 polos no Estado do Rio Grande do Sul (Agudo, Cacequi, Constantina, Cruz Alta, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santana da Boa Vista, Sobradinho, Três Passos, Picada Café e Saporanga), entretanto, tal planejamento pode ser alterado em função das demandas encaminhadas por parte dos municípios e ou da própria Universidade.

Conforme classificação do IBGE (2017), o CLHD será ofertado em sete “regiões intermediárias” do Estado do Rio Grande do Sul: três polos na Região de Santa Maria (Agudo, Cacequi e Santana da Boa Vista), dois polos na Região de Passo Fundo (Constantina e Cruz Alta), dois na Região de Uruguaiana (Rosário do Sul e Santana do Livramento) e um polo nas regiões de Santa Cruz (Sobradinho), Região de Ijuí (Três Passos) e Porto Alegre (Saporanga). Entre os municípios contemplados com o Curso, alguns, como Santana do Livramento e Saporanga apresentam uma população superior a 80 mil pessoas, contrastando com outros, como Picada Café e Santana da Boa Vista, cuja população não ultrapassa 10 mil habitantes. A variação também acompanha a produção de riquezas e da pobreza. Assim, enquanto alguns municípios, Agudo, Cruz Alta e Picada café, possuem um PIB per capita relativamente alto, acima de 50,000, reais (considerando que o PIB per capita do Brasil é algo em torno de **R\$ 31.833,50**). Outras localidades, como Santana da Boa Vista, Rosário do Sul, Sobradinho e Constantina aparecem bem abaixo da média nacional. Contudo, mesmo nos municípios com maior renda, a média salarial não ultrapassa 2,5 salários, média que, nas localidades economicamente mais deprimidas, cai para 1,9 salários. Em municípios como Constantina e Santana da Boa Vista, grande parte da população percebe menos de 1,5 salários. Além dos baixos salários, os municípios e, de modo geral, as regiões abarcadas apresentam uma série de problemas socioambientais relacionados, por exemplo, ao manuseio e descarte do lixo, sobretudo, tendo em vista o predomínio da agropecuária, do lixo produzido pelo uso de pesticidas e defensivos agrícolas. Saneamento básico, melhores condições de saúde, moradia e de educação também podem ser arrolados no inventário das demandas socioambientais. No que diz respeito a educação, é possível destacar a falta de professores e ou formação inadequada dos profissionais, inclusive na área de História. No caso do professor de História, além do exercício do magistério, tal profissional desempenharia funções importantes na identificação, preservação e publicização da memória e do patrimônio histórico local e regional.

Entre as características do Curso de Licenciatura em História cabe destacar:

- a) o compromisso com o diálogo e interação com outras áreas de conhecimento e cursos presentes no ICH/UFPEL, ISP/UFPEL e FaE/UFPEL, ainda que guardando a sua especificidade curricular;
- b) a abertura e busca de interações com outras áreas de conhecimento, permitindo, assim, aos seus discentes, a possibilidade de experimentar oportunidades de trabalho acadêmico integrado e interdisciplinar;
- c) o reconhecimento do professor de História como um profissional em que as condições de docente e pesquisador estão inextricavelmente presentes.

Além dos tópicos acima, no que se refere à sua integralização curricular, o Curso de Licenciatura em História é organizado em semestres, com a duração mínima de nove semestres e máxima de onze semestres. Em casos individuais, a integralização do Curso em período maior ou menor, bem como a dispensa de cumprimento de pré-requisitos, dependerá de autorização específica do Colegiado do Curso. Outrossim, reverberando no tempo presente, o processo de Integralização da Extensão deverá contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental das regiões e comunidades parceiras. Neste caso, convergindo aos princípios do PDI/UFPEL (Resolução CONSUN Nº 66/2021), sobretudo, no que diz respeito aos certos objetivos estratégicos, tais como, impulsionar a horizontalidade nas relações entre a Universidade e a sociedade, bem como, apoiar iniciativas de desenvolvimento regional fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa universitárias na relação com as comunidades parceiras.

2.2.3 – LEGISLAÇÃO DO CURSO

A formação de profissionais para a Educação Básica, pela Universidade Federal de Pelotas, está fundamentada em documentos que balizam a estrutura da Política Institucional de Formação de Professores e dos Projetos Pedagógicos de Cursos de licenciatura da UFPEL, como indicado a seguir:

- **Projeto Político Pedagógico da UFPEL (PPI), elaborado em 1991 e atualizado em 2003** – o documento prevê uma “reestruturação pedagógica que possibilite a UFPEL colocar-se como mediadora a serviço da construção e da constituição de um novo projeto social priorizando as dimensões da cidadania, da liberdade, da individualidade, da sociabilidade, do compromisso com as pessoas, grupos e segmentos sociais, todas essas questões constitutivas da ética” (PPI UFPEL, 2003).

- **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e respectivas Leis que a atualizam. No caso da Educação à distância, EAD, veja-se o Art. 80 das Leis das Diretrizes e Bases (LDB): “O Artigo prevê, então, que o governo desenvolverá a Educação a Distância em todas as modalidades com a mesma preocupação com que trata a educação presencial. Além disso, passa a existir um controle sobre as instituições que oferecem os cursos em modalidade EAD, ou seja, apenas instituições cadastradas pela União. Haverá requisitos acerca de como os exames devem acontecer, bem como recomendações de como os diplomas devem ser registrados. Os programas de EAD passam a ser “controlados” e avaliados, ou seja, devem ser atendidos critérios para abertura de tais programas, bem como constante avaliação durante seu funcionamento. Além disso, a EAD terá alguns benefícios financeiros, de acesso e de tempo nas mídias, desde que autorizados pelo poder público” (BRESOLIN, Keberson, 2014, p.51).
- **Resolução CNE/CES4 n. 1 de 3 de abril de 2001** – Estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação e, também, menciona as normas para cursos oferecidos a distância.
- **Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005** – Regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394 de 1996. Entre outros aspectos importantes: o Decreto 5.622 de 2005 especifica as exigências para que uma Instituição de Ensino Superior possa ofertar um curso de graduação – bacharelado/licenciatura – ou pós-graduação”. Outrossim, “o Decreto teve o cuidado de garantir a igualdade de qualificação entre a EAD e a educação presencial. Para isso, especifica procedimentos e deveres para aquelas instituições que oferecem a EAD. Esse Decreto realmente torna-se um marco porque a EAD e a educação presencial já não são distantes em procedimentos e exigências, apenas o modo do “acontecimento” do ensino permanece diferente, dada a especificidade de cada uma (BRESOLIN, Keberson, 2014, p.53 -54).
- **Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006** – Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.
- **Resolução do Fórum de Coordenadores de Cursos de História do Rio Grande do Sul - Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) SOBRE O ENSINO À DISTÂNCIA, 2008** – Reconhece a

necessidade de universalização do acesso ao ensino superior, para o que o EaD pode trazer importantes contribuições, sobretudo em regiões onde as condições de acesso ao ensino presencial é difícil ou inviável aos alunos (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, SEÇÃO RS, 2008).

- **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008** – Dispõe sobre o estágio de estudantes): citada na legislação do projeto e considerada no texto do Regulamento de Estágios do curso.
- **Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- **Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação 2017-SINAES/MEC.**
- **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005** – Regulamenta a **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o **art. 18 da lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**
- **Resolução n. 01, de 17 de junho de 2004** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; **Lei n. 10.639, de 09/01/2003 e Lei n. 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.**
- **Resolução n. 02, de 15 de junho de 2012** – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002** – Políticas de educação ambiental.
- **Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012** – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- **Decreto n. 5.296 de 2004** – dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; **Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015** – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com *Deficiência*; e **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000** – acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- **Resolução CNE/CES n. 1, de 11 de março de 2016** – estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- **Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017** – regulamenta o **artigo 80 da Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, para regular a oferta de educação na modalidade a distância.
- **Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel – Resolução n. 29, de 13 de setembro de 2018** – dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel.
- **Portaria n. 1.134, de 10 de outubro de 2016 (Revoga a Portaria n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004)** – *Dispõe sobre a oferta de disciplinas do currículo que utilizem modalidade semi-presencial).*
- **Portaria do MEC n. 1.428, de 28 de dezembro de 2018.**
- **Resolução UFPel n. 27/2017** – aprova os indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de Ensino a distância.
- **Resolução UFPel n. 22, de 19/07/2018** – dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante.
- **Resolução n. 02/2006 (COCEPE) UFPel** – dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel. 2006.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação (MEC).**
- **Lei n. 13.005, 25/06/2014** – Aprova o PNE - Plano Nacional de Educação. Meta 12, Estratégia 12.7, referente ao Plano Nacional de Educação-PNE, que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- **Resolução CNE/CEB, n. 4, de 13 de julho de 2010** – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.
- **Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.
- **Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012 (Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, Pág. 33) e Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012** – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos

Humanos.

- **Lei 10.639/03** – Ensino de História da África e cultura afro-brasileira e africana.
- **Resolução n. 8, de 20 de novembro de 2012** – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- **Resolução n. 5, de 22 de junho de 2012** – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
- **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017** – Lei da Reforma do Ensino Médio.
- **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, MEC/SEAD, de agosto de 2007** – complementa às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773 de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007. Trata-se um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada.
- **Resolução COCEPE/UFPel n. 25, de 14 de setembro de 2017** – aprova a política institucional da Universidade Federal de Pelotas para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.
- **RESOLUÇÃO Nº 7 , DE 1 8 DE DEZEMBRO DE 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 1 2.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, PNE 2014, e dá outras providências.
- **Guia de Integralização da Extensão – PREC/UFPel. 2019.**
- **Resolução COCEPE nº 10, de 19 de fevereiro de 2015** - que dispõe sobre o Regulamento Geral do Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e dá outras providências.
- **Resolução COCEPE nº 30, de 03 de fevereiro de 2022** - que dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- **Resolução COCEPE nº 66, de 21 de dezembro de 2021**, que aprova o

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022–2026 da UFPel.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

3.1. Políticas institucionais no âmbito do curso

A definição de programas, projetos e ações de extensão do curso de Licenciatura em História ocorrerá no âmbito dos polos a ele vinculados. São registradas periodicamente as ações correspondentes no Sistema Cobalto. Em linha geral, estes propõem atividades que articulam os ofícios do historiador com vistas à atuação na Educação Básica. O princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o incentivo às atividades de cunho interdisciplinar e o compromisso em desenvolver atividades junto às comunidades locais e as escolas do Ensino Básico (no caso, dos municípios que possuem polos EAD/UFPel) são objetivos gerais que orientam grande parte dos programas ou dos projetos de ensino, de extensão e de pesquisa do CLDH. Entre outras ações, buscar-se-á promover atividades de formação continuada para professores da Educação Básica, projetos disciplinares e interdisciplinares nas escolas e ações de inclusão social que buscam integrar universidade e comunidades.

3.2. Objetivos do curso

O CLHD, assim como os demais cursos de graduação da UFPel, tem como objetivo geral a formação de profissionais com competências e habilidades que lhes possibilitem a inserção no mundo do trabalho, de maneira a melhorar a qualidade de vida das pessoas, do ponto de vista do conteúdo, sem descuidar de seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico (PPI UFPel, 2003). De modo mais específico, busca-se formar professores dotados de pensamento crítico, isto é, “capazes de ler a realidade na qual vai intervir e refletir sobre ela” (PPI UFPel, 2003); habilitados para o trabalho em equipe – potencialização a interatividade e a inter/transdisciplinaridade – de modo a “propor soluções para os diversos problemas sociais” (PPI UFPel, 2013). Busca-se a maior aproximação possível com o universo do exercício profissional, colocando os licenciandos em contato direto com as escolas – no intuito de aprimorar sua formação como docentes – e com as fontes de informações históricas (documentos, pessoas, objetos) necessárias à produção do conhecimento histórico – no intuito de aprimorar sua formação como pesquisadores.

3.3. Concepção do curso

O profissional da área de História é, em princípio, alguém habilitado a atuar no processo de definição, preservação e difusão dos conteúdos históricos da cultura. A importância atribuída a esses conteúdos implica na eleição das instituições escolares como ambiente privilegiado

para o desenvolvimento desse processo. Daí a necessidade do cuidado na constante formação do profissional que vai assumir a condição de professor de História. O Curso contempla disciplinas obrigatórias e optativas que contribuem para a formação de um profissional preocupado com o patrimônio histórico, cultural e ambiental da sociedade promovendo um mundo mais justo, tolerante e sustentável. Novas disciplinas auxiliam os discentes a romperem com estereótipos sociais e culturais, favorecendo a superação das barreiras do preconceito e da exclusão de gênero, de raça e de classe social. Ensino, Pesquisa e Extensão convergem para qualificar os egressos do Curso dotando-os de instrumentos e capacidades necessários para avaliar os condicionantes históricos e sociais que tornam o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. As atividades de Extensão e de Pesquisa, assentadas numa atitude de abertura para com os Outros e na mobilização de saberes resultantes de análises científicas, baseadas em debates acadêmicos e fundamentados em fontes documentais, preparam os egressos para uma prática social compromissada com a ampliação da democracia e da cidadania.

3.4. Justificativa do curso

A superação das mazelas sociais e do autoritarismo na construção de uma sociedade democrática, pluralista e inclusiva está assentada na universalização de um Ensino Público, Gratuito e de Qualidade comprometido com a formação cidadã. Neste sentido, a criação do Curso de História na modalidade EAD cumpre papel fundamental ao proporcionar às brasileiras e aos brasileiros – que vivem em regiões dessassistidas – uma formação educacional capaz de favorecer o pensamento crítico, a participação e a inventividade social.

A necessidade de formação de professores em nível superior em nosso país pode ser aferida a partir dos dados fornecidos pelo censo escolar de 2017: segundo esta pesquisa, 75% dos professores que atuam na educação básica possuem curso superior. No Ensino Médio, esse índice fica em 86%. Há que considerar, ainda, as necessidades de substituição dos docentes retirados e ampliação de quadros nas redes públicas, bem como o expressivo número de professores que atuam na área de História, mas têm formação em outras áreas. Aliás, segundo o censo escolar de 2017, um dos grandes problemas da educação brasileira é, justamente, a inadequação de professores às disciplinas que lecionam. Nos anos finais do fundamental, por exemplo, apenas 27,1% dos professores têm ensino superior e licenciatura na disciplina. A oferta de cursos superiores na modalidade à distância pode contribuir para resolver tais problemas através da formação adequada de professores, inclusive dos que já atuam na sala de aula, para o ensino fundamental é médio. De modo difuso, busca-se

contribuir com o desenvolvimento da consciência histórica, enquanto aspecto constitutivo da subjetividade humana, dotada de função orientadora em relação à condução, individual e coletiva, no tempo, bem como com a valorização da memória e do patrimônio local e regional.

3.5. Equipe do curso de licenciatura de história a distância – CLHD

O Curso de Licenciatura de História a Distância (CLHD) apresenta uma estrutura na qual as disciplinas do curso estão vinculadas ao Colegiado de modo que o Curso gerencia tanto a criação, como os professores responsáveis pelas disciplinas, seguindo a ordem de classificação de processo seletivo, conforme determinação de portarias da Capes. O CLHD não possui um quadro fixo de professores formadores e tutores, tal quadro é atualizado semestralmente, conforme a demanda do curso.

Contudo, parte do grupo de professores selecionados nos Editais de bolsista UAB/CAPEL, são efetivos e, a alguns desses cabe a incumbência de administrar o Curso, compondo a Coordenação do Curso e os grupos de Colegiado e NDE (que devem ter membros efetivos, podendo ter participado do processo seletivo, porém para atuar nesses dois grupos podem ser professores convidados oriundos de departamentos afins).

Os bolsistas desempenham uma carga horária de vinte horas semanais de trabalho, segundo suas atribuições, conforme normas da CAPES/UAB. Atualmente, o curso não possui um servidor técnico-administrativo na função de secretário. As atividades específicas de administração estão sendo acumuladas pela Coordenação do Curso (selecionada por edital), entretanto esse PPC prevê um secretário efetivo para atuar na secretaria do CLHD.

A Educação a Distância, tendo em vista a quantidade de alunos e a complexidade do processo de trabalho, não corresponde a chamada unidocência, isto é, não contempla a existência de único profissional realizando todo o processo de ensino e aprendizagem, tampouco de um espaço de sala de aula capaz de reunir, num mesmo tempo e lugar, os estudantes envolvidos no referido processo. Tal particularidade da EAD exige, para sua implementação e funcionamento, a estruturação de uma equipe de trabalho polidocente, isto é, constituída de profissionais de diversas áreas e com funções pré-definidas.

3.5.1. Sistema de Concessão de Bolsas

A concessão de bolsa para as funções de Coordenador de Curso, Coordenador de Tutoria, Professores Formadores (responsáveis pelas componentes curriculares, orientadores de estágios, orientadores de TCC), Professores Tutores Presenciais (Tutores do Polo e Colaboradores de Estágios), Tutores a Distância (Tutores da sede do curso) e Professores

Conteudistas (elaboradores de material didático e desenvolvimento de projetos e pesquisa), bolsistas do SGB – Sistema de Gerenciamento de Bolsas, autorizados pela CAPES/UAB e Coordenação UAB/UFPel, será realizada através de Processo Seletivo, via Edital, de acordo com as Portarias Capes nº. 183/2016, n. 15/2017, n. 102/2019 e da Instrução Normativa Capes n. 2/2017, observadas as disposições contidas no edital e as normas estabelecidas na Lei n. 11.273/2006.

O edital do processo seletivo tem validade conforme as recomendações da Capes, e o período é apresentado no mesmo, devendo as equipes de trabalho, serem renovadas periodicamente. As vagas para as componentes curriculares de oferta e reoferta serão preenchidas segundo a necessidade do curso e, a cada semestre, poderão ser realocados os professores nas componentes curriculares, observando a ordem de classificação no edital, priorizando o professor docente efetivo e, após, os docentes externos, técnicos administrativos da UFPel, com formação docente na área/subárea, e professores externos, conforme ordem de classificação no edital. A aprovação e a convocação do candidato no presente processo seletivo assegura apenas a expectativa de direito à concessão de bolsa do Sistema UAB, estando seu pagamento condicionado à disponibilidade orçamentária da CAPES/UAB, de forma que o candidato está ciente de que se o repasse de verbas para o pagamento de bolsas for suspenso devido a alguma eventualidade, as atividades a serem realizadas pelo candidato convocado serão também suspensas, considerando que o recebimento da bolsa concedida pela CAPES/UAB não gera vínculo empregatício com a UFPEL.

3.5.2. Equipe de Trabalho e suas Atribuições

O quadro abaixo, que leva em conta a concepção de polidocência na formação da equipe de trabalho (na qual o trabalho docente é virtual, colaborativo e fragmentado), identifica os atores necessários para a implementação e execução do Curso, aponta funções específicas, estabelece o número de profissionais e os processos de capacitação dos mesmos:

Função	Quantidade	Capacitação
Alocação Institucional – Coordenador do Curso	01	Capacitação em EaD ao início do curso e gestão em EaD

Alocação Institucional – Coordenador Adjunto do Curso	01	Capacitação em EaD ao início do curso e gestão em EaD
Alocação Institucional – Coordenador de Tutoria do Curso	01	Capacitação em EaD ao início do curso e gestão em EaD
Alocação Institucional – Secretário efetivo	01	Capacitação em EaD ao início do curso e gestão em EaD
Alocação Institucional – Secretários estagiários/bolsistas	02	Capacitação em EaD ao início do curso e gestão em EaD
Tutor a Distância	01 para cada 18 alunos	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Tutor Presencial	01 para cada 18 alunos	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Professores Formadores- para a Componentes Curriculares	01 cota de bolsa para cada 15h/a de CH	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Professor Formador- Professor da Componente Curricular de Trabalho de Conclusão de Curso	01 professor por componente curricular	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Professor Formador-Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso	01 professor a cada 7 alunos a orientar	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Professor Formador- Professor da Componente Curricular de Estágios	01 professor por componente curricular	Capacitação em EaD ao início do curso e gestão em EaD
Professor Formador-Orientador de Estágio	01 professor para cada 10 alunos	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Professor Conteudista	03	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Tutor Presencial – Colaborador no Estágio	01 tutor para cada 30h/a de CH, por grupo de 10 alunos	Capacitação em EaD ao início do curso e conforme necessidade
Supervisor de Estágio	01 professor para cada estagiário	Capacitação conforme necessidade
Suporte técnico (técnicos em informática)	02	Capacitação em EaD ao início do curso
Projeto Gráfico (design gráfico, webdesign, diagramação)	02	Capacitação em EaD ao início do curso

Programadores (sites, softwares Banco de dados etc)	01	Capacitação em EaD ao início do curso
Equipe vídeo/produção audiovisual (banco de imagens, filmagens, documentação)	02	Capacitação em EaD ao início do curso

Quadro 3 – Equipe de trabalho necessária e forma de capacitação para cada função

A estrutura da equipe pedagógica que atua no planejamento e execução do curso em EaD é variada e, em nosso contexto, é organizada da seguinte forma: professor responsável pela oferta dos componentes curriculares, professor tutor presencial (Tutor Presencial), professor tutor a distância (Tutor a Distancia), equipe docente dos estágios, professores orientadores de TCC, equipe técnica, técnico em design, equipe de imagem, filmagem e web conferência, entre outros.

O Sistema de Tutoria antevê o apoio sistemático às atividades pedagógicas de todos os participantes do Curso de Licenciatura em História a Distância e sua contínua capacitação. Este sistema é composto pelo Coordenador de Tutoria, pelos Tutores a Distância e pelos Tutores Presenciais. O tutor exerce um papel central no estabelecimento de canais que asseguram a comunicação entre todos os agentes envolvidos no curso. Neste sentido, um Sistema de Tutoria eficaz aproxima todos os sujeitos envolvidos na ação educativa. Os tutores não são responsáveis por “dar aulas”, entretanto eles deverão orientar os alunos ajudando-os a superar as dificuldades em relação a aprendizagem dos conteúdos, a inserção no curso, a organização do tempo de estudo, realização das atividades de estudo programadas, dentre outras. O tutor é o profissional que auxilia o professor formador tanto na sede como no polo.

Na sequência, definimos as atribuições de cada componente da equipe docente e do sistema de tutoria. Conforme a Resolução 26/2009, da CAPES, cada um tem atribuições específicas e, segundo o entendimento do CLHD, atribuições complementares.

3.5.3. Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso é responsável pela administração didático-pedagógica do curso, juntamente com a unidade acadêmica, onde está alocado na UFPEL. Através do PROCESSO SEI n.. 23110.002351/2018-41, o Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, por solicitação da Pró-Reitora de Ensino, deliberou que as componentes curriculares dos Cursos que tenham natureza específica como o Curso de Licenciatura em História a Distância – CLHD, entre outros, por solicitação da Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA, serão cadastrados diretamente nos Colegiados dos referidos Cursos. No

CLHD, a responsabilidade por esse gerenciamento será da coordenação e secretaria do Curso.

Ao Coordenador de Curso da CAPES/UAB, são definidas as seguintes atribuições conforme a ficha de cadastramento / termo de compromisso do bolsista da CAPES/UAB:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;
- Auxiliar o coordenador UAB na elaboração da planilha financeira do curso.
- Atribuições adicionais do Coordenador de Curso, conforme entendimento do Colegiado do CLHD:
- Gerenciar o Curso mantendo o sistema institucional da UFPEL, Cobalto, atendido conforme calendário de atividades da instituição, atentando aos prazos para administrar entre outras funções, ofertas de componentes curriculares e matrícula do Curso a cada semestre letivo.
- Manter em dia a rotina de trabalho da coordenação do curso.

3.5.4. Professor Formador (PF)

O Professor Responsável pela componente curricular, que terá bolsa de Professor Formador (PF) da CAPES/UAB, estará vinculado ao curso durante o período da bolsa, quando do planejamento e execução da componente curricular, ou seja, num semestre, com cota de até seis bolsas, ou conforme edital de seleção, cabendo a responsabilidade pela produção, adaptação ou complementação do conteúdo disponibilizado de forma impressa e/ou on-line e dos materiais didáticos da componente curricular pela qual será responsável na fase de execução.

Deverá, até o início do semestre letivo, elaborar e postar o planejamento acadêmico com as orientações específicas da componente curricular. Acompanhar o andamento das atividades propostas na Plataforma Moodle, orientando os alunos, via fórum, chats, encontros presenciais, dentre outros. No período em que estiver ministrando as componentes curriculares, os professores formadores deverão dedicar 20 h/aula semanais, em plantões previamente determinados para orientar os tutores a distância e os presenciais, sanando-lhes dúvidas e discutindo questões através do ambiente virtual de aprendizagem, de e-mails. Ainda, orientar os estudos e sanar dúvidas dos acadêmicos através do ambiente virtual de aprendizagem.

É ele, juntamente com os professores tutores e a equipe técnica multidisciplinar do curso, que define os recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho planejado conforme o Plano de Ensino. As componentes curriculares poderão contar com um livro didático escrito especificamente para o curso, podendo o professor formador recorrer a bibliografia indicada na caracterização da componente curricular, preparando assim, os conteúdos de suas aulas. Cabe ao professor formador a elaboração ou adaptação desses materiais, bem como a aplicação desses conteúdos para a realidade dos alunos, através de propostas de trabalho a serem desenvolvidas por toda equipe docente. Desta forma, o professor formador atua com uma equipe multidisciplinar na fase de preparação da componente curricular. Na fase da execução, trabalha com professores tutores, orientando-os para que a componente curricular possa ser oferecida igualmente a todos os polos. Os professores formadores se reunirão periodicamente durante o processo de elaboração dos materiais didáticos e execução das componentes curriculares.

Ao Professor Formador (PF) da CAPES/UAB, são definidas as seguintes atribuições conforme a ficha de cadastramento / termo de compromisso do bolsista da CAPES/UAB:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos

no plano de capacitação;

- Participar das atividades de docência das componentes curriculares do curso;
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em componentes curriculares ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da componente curricular ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da componente curricular;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

Atribuições adicionais do Professor Responsável pela Oferta da componente curricular/ Professor Formador, conforme entendimento do Colegiado do CLHD:

- Elaborar o Plano de Ensino da componente curricular, a ser incluído no Cobalto, no início do semestre e disponibilizar ao aluno, onde deverão constar os instrumentos de avaliação, as atividades previstas, bem como todas as informações necessárias sobre o desenvolvimento da componente curricular, conforme a previsão para o semestre;
- Digitar as notas no sistema COBALTO da UFPEL.
- Gravar em vídeo aulas teóricas com os conteúdos a serem trabalhados durante o semestre;
- Realizar as web conferências previstas para o semestre referentes a sua

componente curricular;

- Realizar reuniões semanais (ou quinzenais) com os tutores sob a sua responsabilidade.
- Elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;
- Adequar conteúdo, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso a linguagem da modalidade a distância;
- Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- Adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar de grupo de trabalho para a produção de materiais didáticos para a modalidade a distância;
- Viajar aos polos a fim de ministrar aulas presenciais, aplicar provas (quando necessário), avaliar bancas dos trabalhos de conclusão do curso (TCC).

3.5.5. Coordenador de Tutoria

Cabe à Coordenação de Tutoria, responsável pela supervisão do trabalho dos tutores a distância e presencial, garantir que os princípios pedagógicos do Projeto estejam presentes nas orientações dadas aos alunos e na forma de trabalho dos tutores, sejam eles tutores da sede ou os tutores nos polos. É o responsável pela articulação entre os diferentes tutores para que haja uma orientação comum em todos os polos. Além disso, é à Coordenação de Tutoria que os tutores se reportam sempre que necessitam de alguma informação ou material para desempenhar suas funções.

O Coordenador de Tutoria é um professor com experiência pedagógica, preferencialmente com capacitação específica em EaD e com experiência em coordenação de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão. O Coordenador de Tutoria manterá um controle das questões levantadas frequentemente pelos alunos, assim como identificará as dificuldades encontradas em seu processo de aprendizagem. Essas informações servirão de base para discussão em encontros periódicos com os tutores bem como serão o conteúdo a ser incluído em tutoriais disponibilizados no ambiente de aprendizagem.

O Coordenador de Tutoria recebe a bolsa respectiva da CAPES/UAB para exercer tal função. Suas atribuições, definidas pela CAPES/UAB são:

- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Verificar *in loco* o bom andamento dos cursos;
- Informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- Acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.
- Colaborar com o trabalho da Coordenação do Curso quando solicitado.
- Acompanhar o desempenho dos alunos no Cobalto, elaborando relatórios de quantidades de alunos matriculados, reprovados e em abandono, quando solicitado.

3.5.6. Professor Tutor a Distância – TD

Os alunos contarão com uma equipe de professores tutores na sede, denominados de Tutores a Distância (TD). Estes irão orientar os acadêmicos em questões relacionadas aos conteúdos. A cada semestre haverá tutores a distância vinculados as respectivas áreas da História e da Educação, conforme necessidade, sendo todos licenciados em suas respectivas áreas. Cada TD atende às componentes curriculares de sua área de conhecimento, com distribuição de alunos e polos conforme organização do curso em cada semestre. Este trabalho é possível porque cada professor tutor da sede trabalha em conjunto com os demais professores tutores, além de receberem orientação do professor responsável pela componente curricular, bem como da Coordenação de Tutoria.

O Tutor a distância atua em três frentes junto aos alunos – como um orientador de estudo, ajudando-o a encontrar soluções para os problemas e promover a interatividade entre os alunos através de grupos de estudo, debates e troca de ideias. Junto ao Professor Formador, colabora complementando o seu trabalho de orientação e assistência ao aluno. E,

com os tutores presenciais com o objetivo de apoiar e ajudar os alunos na construção da autonomia da aprendizagem, fazendo o elo com os professores das componentes curriculares, sob a coordenação direta destes, supervisionado pela coordenação de tutoria do curso. O tutor atua como um mediador entre os Professores Formadores, alunos e a instituição. Cumpre o papel de auxiliar do processo de ensino e aprendizagem ao esclarecer dúvidas de conteúdo, reforçar a aprendizagem, coletar informações sobre os estudantes e prestar auxílio para manter e ampliar a motivação dos alunos, dando retorno dentro das 24h (conforme a resolução da CAPES e da Coordenação do Curso);

Ao Tutor a Distância, são definidas as seguintes atribuições conforme a ficha de cadastramento / termo de compromisso do bolsista da CAPES/UAB:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da componente curricular sob orientação do professor responsável.
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.
- Gravar vídeo aulas com exemplos e exercícios, de forma a apoiar o professor da componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;
- Corrigir as avaliações dos acadêmicos, de forma a colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes, mediante a orientação do professor responsável pela componente curricular;

- Responder aos alunos no Fórum de mensagens com dúvidas de conteúdo;
- Participar, sempre que necessário, das web conferências previstas para o semestre referentes a sua componente curricular, conforme solicitação do professor-responsável;
- Promover o atendimento dos alunos por chat, com horários agendados (momento síncrono), conforme necessidade de cada componente curricular.

Tendo em vista as diferentes atribuições de um professor tutor é possível destacar as seguintes competências e habilidades:

- Capacidade de planejamento e de organização das atividades propostas;
- Capacidade de liderar e coordenar grupos de trabalho;
- Facilidade de comunicação e relacionamento em grupo;
- Conhecimento da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura em História a Distância;
- Conhecimento da utilização das tecnologias utilizadas no Curso que lhe permitam o trabalho em AVA;
- Capacidade de orientação de trabalhos;
- Capacidade de elaborar relatórios;
- Capacidade de identificar as dificuldades acadêmicas dos aprendizes em seu processo educativo;
- Disposição para aperfeiçoar-se constantemente tanto no ponto de vista metodológico para o ensino a distância, bem como, na sua área de conhecimento.
- Capacidade técnica e desenvoltura para lidar com situações-problema, como a falha tecnológica;
- Conhecimento na área de produção de material didático para a EaD;
- Disponibilidade de tempo para atendimento individual aos estudantes;
- Habilidade no planejamento de atividades flexíveis, criativas e atrativas.

O professor tutor é parte de uma equipe polidocente e, desta forma, deve estar aberto a discussões que vão além de sua área de formação específica. Por isso, também deve ser capaz de contribuir para a construção do conhecimento coletivo. O desenvolvimento de

inteligências coletivas deve ser motivado em um processo de trabalho multidisciplinar, especialmente na modalidade a distância.

3.5.7. Professor Tutor Presencial (TP)

Este tutor é um graduado em História capacitado a orientar o aluno nos caminhos que deve seguir para um melhor aproveitamento de seus estudos e da prática pedagógica.

Tutor presencial atua nos polos de apoio presencial tendo como funções colocar a presença humana no processo de aprendizagem, tornando a EaD um processo menos solitário e mais comunitário. Estarão disponíveis por 20 h/aula, em plantões previamente determinados nos Polos, para atendimento e orientações aos alunos, visando ajudá-los a superar as dificuldades que lhes apresentarem quanto à aprendizagem dos conteúdos, inserção no curso, organização do tempo de estudo e realização das atividades de estudos programados, e outras atividades, ou seja, auxiliando os alunos a criarem novos hábitos, comportamento e estratégias de estudo, mantendo contato permanente e regular com todos os alunos que lhe compete orientar, ajudando-os a organizar os estudos e esclarecendo suas dúvidas. É ele a primeira pessoa a quem o aluno recorrerá sempre que tiver dificuldades com relação a questões acadêmicas. É com ele que o aluno também, contará quando não conseguir entender algo da matéria, tiver dificuldades para resolver algum exercício ou não conseguir acompanhar o ritmo de trabalho, pois o tutor presencial poderá, dentro do possível, ajudá-lo ou, encaminhar a demanda, a equipe do curso. Em hipótese alguma o papel do tutor presencial é dar respostas prontas. Pelo contrário, acima de tudo, mostrar caminhos e organizar o processo de aprendizagem junto com os estudantes. A educação a distância deve mais que tudo incentivar a autonomia do aluno, alimentando uma prática de pesquisa nas rotinas de estudo e o trabalho colaborativo na construção do conhecimento.

O professor tutor no polo é o responsável por auxiliar o aluno a manter-se motivado e por acompanhar de perto seu desempenho. É ele que conhece a realidade do aluno. Juntamente com os tutores a distância, avaliam os trabalhos dos alunos, quando solicitados e, também podem sugerir exercícios específicos para aprofundamento de determinados pontos da matéria.

Ao Tutor Presencial (TP) da CAPES/UAB, são definidas as mesmas atribuições do Tutor a Distância, conforme descrito anteriormente, porém, em conformidade com a Coordenação do Curso, acrescentando-se as seguintes atribuições:

- Auxiliar os alunos na organização de grupos de estudos;
- Supervisionar a aplicação das avaliações nos polos;

- Avaliar os acadêmicos em apresentação de trabalhos nos polos, de forma a colaborar com os professores formadores na avaliação dos estudantes, mediante a orientação do professor responsável pela componente curricular;
- Auxiliar os alunos no envio de trabalhos pelo AVA Moodle;
- Participar das web conferências previstas para o semestre.

3.5.8. Professor Formador de Estágios (PFE)

Cabe ao Professor de Estágios, ser responsável pela componente curricular, garantir que os princípios pedagógicos relacionados ao Estágio Curricular Supervisionado do Projeto estejam presentes nas orientações dadas aos alunos e na forma de trabalho dos Orientadores de Estágio (PFE) e Colaboradores de Estágio (TPE). O Professor de Estágio é um professor formador, responsável pela articulação entre os diferentes sujeitos docentes da equipe de estágios, estabelecendo uma orientação comum em todos os polos. Além disso, é ao Professor de Estágios que os Orientadores e Colaboradores se reportam sempre que necessitam de alguma informação ou material para desempenhar suas funções.

O Professor de Estágios manterá um controle das questões levantadas frequentemente pelos alunos, assim como identificará as dificuldades encontradas em seu processo de aprendizagem nas questões pertinentes ao estágio. Essas informações servirão de base para discussão em encontros periódicos com os Orientadores e Colaboradores, bem como, serão o conteúdo a ser incluído em tutoriais disponibilizados no ambiente de aprendizagem. O Professor definirá junto com os orientadores e Coordenação de Curso, questões e distribuições de tarefas e atividades, e assim constituirão uma Comissão de Estágio.

Ao Professor de Estágios da CAPES/UAB, são definidas as mesmas atribuições do Professor Formador, conforme descrito anteriormente.

As atribuições adicionais do Coordenador de Estágios, conforme entendimento da Coordenação do CLHD, são as seguintes:

- Elaborar o Plano de Ensino da componente curricular, a ser incluído no Cobalto, no início do semestre e disponibilizar ao aluno, onde deverão constar os instrumentos de avaliação, as atividades previstas, bem como todas as informações necessárias sobre o desenvolvimento da componente curricular, conforme a previsão para o semestre;
- Digitar as notas no sistema COBALTO da UFPEL.

- Gravar em vídeo aulas teóricas com os conteúdos a serem trabalhados durante o semestre;
- Realizar as web conferências previstas para o semestre referentes a sua componente curricular;
- Realizar reuniões semanais (ou quinzenais) com os tutores sob a sua responsabilidade.
- Elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;
- Adequar conteúdo, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso a linguagem da modalidade a distância;
- Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- Adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar de grupo de trabalho para a produção de materiais didáticos para a modalidade a distância;
- Viajar aos polos a fim de ministrar aulas presenciais, aplicar provas (quando necessário), avaliar bancas dos trabalhos de conclusão do curso (TCC).
- Estabelecer convênios e documentações com Coordenações Estaduais e Secretarias Municipais de Ensino, a fim de garantir as escolas onde os estágios possam ser realizados, contando com o auxílio do Colaborador de Estágio de cada polo;
- Organizar e disponibilizar aos professores que compõem a equipe de estágio, os documentos que formalizem e complementem a componente curricular;
- Encaminhar a documentação necessária para a realização do Seguro Obrigatório;
- Acompanhar, orientar e avaliar, juntamente com os professores supervisores, orientadores e colaboradores de estágio o trabalho desenvolvido pelos estagiários;
- Realizar quando necessário, o papel de mediador entre alunos, professores, escolas e coordenação de curso do CLHD;

- Prestar e dinamizar todas as informações necessárias para a realização do estágio;
- Estar atualizado no que diz respeito à legislação referente ao estágio;
- Convidar os professores supervisores de estágio para participarem de reuniões de caráter ordinário ou extraordinário; que possibilite ao curso repensar a formação acadêmica;

3.5.9. Professor Formador de Estágio (PFE)

O Orientador de Estágios, é um Professor Formador de Estágio (PFE), designado para atuar nos estágios supervisionados, sendo definidas as mesmas atribuições do Professor Formador, conforme descrito anteriormente.

São atribuições adicionais do Orientador de Estágios (PFE), conforme entendimento do Colegiado do CLHD:

- Visitar e estabelecer contato, supervisionar, acompanhar, orientar e avaliar, juntamente com direção e supervisão da escola, sobre o estágio desenvolvido pelos acadêmicos;
- Encaminhar a Carta de Apresentação, o Termo de Compromisso e o Convênio junto aos alunos, com a supervisão do Professor de Estágio;
- Dinamizar todas as etapas do estágio, monitorando o desempenho dos alunos nas atividades pedagógicas desenvolvidas no contexto de estágio;
- Organizar encontros para que os alunos possam socializar as suas experiências e receberem orientações coletivas e individuais;
- Orientar o estagiário na elaboração do relatório de estágio;
- Orientar o estagiário na elaboração do planejamento didático;
- Encaminhar à Comissão de Estágios, através de relatório, todas as irregularidades percebidas durante o estágio;
- Encaminhar um parecer para a comissão de estágios sobre o acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades atípicas ou problemas durante o estágio, sendo que estes deverão receber atendimento diferenciado.
- Sugerir instituições escolares para o estabelecimento de convênios, com vistas a realização de futuros estágios;
- Realizar a visitação às escolas em que os estudantes estão realizando a prática de ensino, acompanhando o desempenho desses, in loco, no campo

de estágio.

- Acompanhar, orientar e avaliar, juntamente com o professor Colaborador, o trabalho desenvolvido na componente curricular de estágio.
- Estar em constante contato com o Colaborador de Estágio.

3.5.10. Tutor Presencial de Estágio (TPE)

O Colaborador de Estágios, é um Tutor Presencial de Estágio (TPE) selecionado e designado para trabalhar, no polo, especificamente com os estágios, são definidas as mesmas atribuições do Tutor, conforme descrito anteriormente.

As atribuições adicionais do Colaborador de Estágios (TPE), conforme entendimento da Coordenação do CLHD:

- Auxiliar o Professor de Estágios nos convênios e documentações junto as Coordenações Estaduais e Secretarias Municipais de Ensino, a fim de garantir as escolas onde os estágios possam ser realizados;
- Visitar e estabelecer contato, acompanhar, ajudar na orientação e avaliar, juntamente com orientador, direção e supervisão da escola, sobre o estágio desenvolvido pelos acadêmicos;
- Orientar os acessos no Ambiente Virtual de Aprendizagem que condizem com os estágios;
- Dinamizar todas as etapas do estágio, monitorando o desempenho dos alunos nas atividades pedagógicas desenvolvidas no contexto de estágio;
- Organizar encontros para que os alunos possam socializar as suas experiências e recebam orientações coletivas e individuais, sempre que solicitado;
- Orientar e auxiliar o preenchimento da documentação de estágios e encaminhar os mesmos às Coordenadorias Estaduais e Secretarias Municipais de Ensinos das cidades dos Polos;
- Encaminhar à Comissão de Estágios, através de relatório, todas as irregularidades percebidas durante o estágio;
- Sugerir instituições escolares para o estabelecimento de convênios, com vistas a realização de futuros estágios;
- Realizar a visitação às escolas em que os estudantes estão realizando a prática de ensino, acompanhando o desempenho desses, in loco, no campo de estágio.

- Relatar todos aqueles alunos que apresentam qualquer tipo de dificuldades ou problemas durante o estágio e deverão receber atendimento diferenciado. O resultado do acompanhamento deverá ser apresentado na forma de relatório.

3.5.11. Professor Titular da Turma (PTT)

O Supervisor de Estágios do CLHD é o Professor Titular da Turma de História na escola ou na instituição de estágio. As atribuições do Supervisor de Estágios, conforme entendimento do Colegiado do CLHD:

- Receber o estagiário e proporcionar um ambiente para que o mesmo realize seu estágio de docência;
- Informar o estagiário do Plano de Curso e do planejamento das aulas da turma na qual o estagiário realizará sua docência;
- Estar ciente do planejamento do estagiário;
- Acompanhar o estagiário durante sua docência, apontando possíveis caminhos;
- Auxiliar o estagiário de acordo com critérios presentes em uma ficha de avaliação fornecida pelo curso.

3.5.12. Professor Formador (PF- TCC)

O Professor de Trabalho de Conclusão de Curso, é um Professor Formador (PF - TCC), designado para atuar na componente curricular, são definidas as mesmas atribuições do Professor Formador, conforme descrito anteriormente.

São atribuições adicionais do Professor de Trabalho de Conclusão de Curso conforme entendimento do Colegiado do CLHD:

- Elaborar o Plano de Ensino da componente curricular, a ser incluído no Cobalto, no início do semestre e disponibilizar ao aluno, onde deverão constar os instrumentos de avaliação, as atividades previstas, bem como todas as informações necessárias sobre o desenvolvimento da componente curricular, conforme a previsão para o semestre;
- Gravar em vídeo aulas teóricas com os conteúdos a serem trabalhados durante o semestre;
- Realizar as web conferências previstas para o semestre referentes a sua componente curricular;

- Realizar reuniões semanais (ou quinzenais) com os orientadores sob a sua responsabilidade.
- Adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar de grupo de trabalho para a produção de materiais didáticos para a modalidade a distância;
- Viajar aos polos a fim de ministrar aulas presenciais, avaliar bancas dos trabalhos de conclusão do curso (TCC).
- Organizar, operacionalizar e avaliar as diversas atividades de desenvolvimento do TCC, que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa, apresentação parcial, quando houver, e defesa final;
- Efetuar a divulgação da banca de defesa de TCC e o lançamento das notas no Cobalto;
- Promover reuniões de acompanhamento com os discentes que estão desenvolvendo os TCCs;
- Constituir, organizar e participar das bancas de avaliação das monografias;
- Acompanhar, junto ao professor orientador, frequência e o desenvolvimento das pesquisas dos discentes;
- Elaborar as atas de defesa;
- Protocolar uma cópia eletrônica da monografia, em PDF, na secretaria do Curso.

3.5.13. Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso - Professor Formador (PF- TCC)

O Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso, é um Professor Formador (PF - TCC), designado para atuar na componente curricular, são definidas as mesmas atribuições do Professor Formador, conforme descrito anteriormente.

As atribuições adicionais do Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme entendimento do Colegiado do CLHD:

- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC, a partir de encontros presenciais periódicos;
- Na componente curricular TCC I, estabelecer um projeto, em conjunto com

seu orientando;

- Registrar a presença de cada orientando aos encontros programados e encaminhar para o professor responsável pela componente curricular de TCC I ou TCC II;
- Comunicar ao professor da componente curricular a ocorrência de problemas relativos ao processo de orientação, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Presidir as bancas de defesa de seus orientandos.
- É de responsabilidade do orientador, verificar a integridade da autoria do TCC apresentado pelo orientando.

3.5.14. Professor Conteudista (PC)

O Professor Conteudista da CAPES/UAB, são definidas as seguintes atribuições conforme a ficha de cadastramento / termo de compromisso do bolsista da CAPES/UAB:

- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar de grupo de trabalho com foco na produção de materiais didáticos para a modalidade a distância;
- Elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;
- Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para linguagem da modalidade a distância;
- Revisar, quando for o caso, os elementos de conteúdo do material didático;
- Adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;

3.5.15. Instituição de realização do Estágio

A instituição que receber o acadêmico do CLHD para a realização do estágio deverá:

- Assinar e carimbar o Convênio e o Termo de Compromisso apresentados pelo estagiário;
- Disponibilizar um professor de História regente de turma como Supervisor de Estágio responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário, através das diretrizes estabelecidas pelo Orientador de Estágio do CLHD;

- Fornecer ao final do estágio:
- Comprovante (atestado) com a carga horária cumprida pelo estagiário (papel timbrado assinado e carimbado pela direção da instituição);
- Fotocópia da folha-ponto, assinado e carimbado pelo acadêmico durante o estágio;
- Avaliação do estagiário a partir de um instrumento elaborado pela Comissão de Estágios do CLHD, carimbada e assinada, pelo professor supervisor de estágios na instituição;
- Parecer descritivo (feito pela direção ou supervisão ou professor responsável pelo estagiário na instituição), a fim de avaliar ao final do estágio o trabalho e o desempenho do estagiário neste processo;
- Autorização para realização de estágio, carimbado e assinado pela direção ou supervisão;
- Cadastro do Acadêmico, carimbado e assinado pelo Supervisor da Instituição.

3.5.16. Seleção de Tutor

O professor tutor (presencial e a distância) é um professor que será contratado, através de processo seletivo, mediante a abertura de edital específico, coordenado pela Coordenação de Curso e de Tutoria e autorizado pela Coordenação UAB/UFPEL para atuar no polo (tutor presencial) e na sede (tutor a distância) e, ainda, seleção específica de tutor no polo (tutor presencial) para atuar como Colaborador de Estágios. Para ser professor tutor, o professor deverá cumprir as exigências da CAPES/UAB vigentes, sendo no mínimo graduado na área. Será considerada como fator de pontuação a experiência em docência em cursos de formação de professores, bem como, capacitação e experiência em educação a distância e uso das novas tecnologias em educação. Na avaliação do perfil do candidato será levada em conta sua capacidade de diálogo, visão do processo educativo, conhecimento histórico e domínio das linguagens dos diferentes meios de comunicação, sem prejuízo de outros estabelecidos pelas bancas examinadoras.

A seleção pública será divulgada através de edital próprio, no site da UFPEL e/ou do CLHD. Para a seleção será formada banca específica com professores da área e o Coordenador de Tutoria. Esta seleção poderá envolver prova de conteúdo, didática, uso dos recursos computacionais e Internet, análise de currículo e entrevista.

3.6. Perfil do profissional/egresso

O licenciado em História deve ser um profissional que alia o saber-fazer da docência ao domínio dos fundamentos teóricos e metodológicos específicos do historiador. Se o ensino e a pesquisa devem estar integrados, é importante que a formação do professor de história corresponda à formação de um professor- historiador. Espera-se que o formando apresente criatividade para se apropriar de seus aprendizados ao longo do curso e para conseguir traduzi-los aos seus futuros alunos. O profissional deve ser capaz de incorporar recursos tecnológicos, audiovisuais e artísticos disponíveis tendo em vista sua prática docente. No caso dos conhecimentos digitais, tal competência, constitutiva dos profissionais que atuam na chamada Era da Informação, ganha importância no âmbito de um curso EAD.

O licenciado formado no Curso de Licenciatura em História EAD da UFPEL deverá saber trabalhar em equipe, na medida em que essa capacidade se constitui numa exigência no mundo do trabalho contemporâneo, com grande influência sobre os procedimentos de organização cooperativa do serviço no setor público e privado em que o professor-historiador poderá atuar.

O humanismo, destacando o compromisso com a igualdade e com a ética, deve ser a coluna vertebral da sua orientação profissional, de modo que o formando deve desenvolver a sensibilidade para compreensão das distintas realidades sociais em que deverá atuar como professor. Deverá igualmente estar apto a lidar com as diversidades de ordem socioeconômica, cultural e de personalidade do conjunto dos alunos, atuando de forma a garantir a inclusão e integração dos mesmos. Tais habilidades, diga-se de passagem, remetem ao PPI da UFPEL que, entre outros aspectos, ressalta a capacidade de “juntar teoria e prática nas ações que visem à melhoria de vida do povo” propondo “soluções para os diversos problemas da realidade social (PPI UFPEL, 2003). O profissional deve ser alguém comprometido com “os princípios da ética, igualdade” (PPI UFPEL, 2003), valorizando a democracia e a liberdade intelectual e científica, entendendo que o conhecimento não pode ser subordinado por convicções obscurantistas e preconceitos.

Com base em seu compromisso com a liberdade de pensamento, deverá sempre lutar contra o cerceamento ideológico sob qualquer forma e manifestação. Espera-se que o formando idealize sua atuação como professor de História como um incentivador da consciência social e comprometido com a valorização da preservação da memória e patrimônio cultural coletivos. É importante que saiba estimular o interesse pela compreensão do processo histórico e a capacidade de refletir sobre questões atuais, fazendo o vínculo entre passado e presente. O professor de História deverá ser capaz de agir e refletir de forma

interdisciplinar, enriquecendo a reflexão sobre a História, para incentivar os seus alunos a acharem no conhecimento histórico um instrumental crítico na leitura da realidade social e uma postura cidadã diante da sociedade. Além disso, conhecedor das legislações que organizam a sua área de atuação e comprometido com a valorização do profissional da educação, os egressos terão a capacidade de atuar na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas públicas, projetos e programas educacionais, assim como seus fundamentos e metodologias.

3.7. Competências e habilidades

O licenciado em História formado pelo Curso de Licenciatura em História EAD da UFPel deverá caracterizar-se pelas seguintes competências e habilidades:

- a) ser capaz de aliar o saber-fazer da docência ao domínio dos fundamentos teóricos e metodológicos específicos do historiador;
- b) ser criativo para se apropriar de seus aprendizados ao longo do curso e para conseguir traduzi-los aos seus futuros alunos;
- c) ter domínio da utilização de meios digitais, audiovisuais e outros recursos tecnológicos e artísticos disponíveis;
- d) ter uma atitude de abertura em relação a inovações tecnológicas, isto é, a aprender a aprender, visto que novas tecnologias surgem constantemente;
- e) saber trabalhar em equipe;
- f) ser sensível e assumir uma atitude propositiva frente aos problemas enfrentados pelas pessoas nas distintas realidades em que atuar como professor;
- g) estar apto a lidar com as diversidades de ordem socioeconômica, cultural e de personalidade do conjunto dos alunos, atuando de forma a garantir a inclusão e integração dos mesmos;
- h) ser comprometido com a liberdade intelectual e científica, entendendo que o conhecimento não pode ser subordinado por convicções obscurantistas e preconceitos;
- i) ser comprometido com a liberdade de pensamento, devendo sempre lutar contra o cerceamento ideológico sob qualquer forma e manifestação.
- j) ser incentivador da consciência social e comprometido com a valorização da preservação da memória e patrimônio cultural coletivos;
- k) saber estimular o interesse pela compreensão do processo histórico e a capacidade

de refletir sobre questões atuais na história, fazendo o vínculo entre passado e presente;

- l) deverá ser capaz de agir e refletir de forma interdisciplinar, enriquecendo a reflexão sobre a História, para incentivar os seus alunos a acharem no conhecimento histórico um instrumental para alimentar uma visão crítica da realidade social e uma postura cidadã diante da sociedade;
- m) atuar na área de Educação, em seus diversos níveis e modalidades, inclusive na pesquisa e na extensão, tanto nos espaços de educação formal como não formal.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1. Estrutura curricular

Seguindo a Resolução do COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018, o currículo do Curso de Licenciatura em História da UFPel tem sua carga horária distribuída em formação específica, formação complementar e formação em extensão. No caso do curso de Licenciatura em História a Distância, agrega-se a exigência, prevista na legislação através do decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005² e, principalmente, nos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, da obrigatoriedade de atividades presenciais. O referido documento é claro ao “definir os momentos presenciais necessários e obrigatórios, tais como estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias” (Referências de Qualidade para a Educação a Distância, 2007). Neste sentido, o CLHD deverá totalizar 20% de suas atividades de modo presencial. Além dos estágios, que correspondem a um número significativo de horas (ao menos 200 horas), é possível elencar outras ações presenciais que, *pari passu* ao estreitamento dos vínculos entre alunos, professores e tutores, contribuem, decisivamente, para a formação qualificada dos alunos, tais como visitas periódicas, aulas presenciais, geralmente durante a abertura e ou fechamento do semestre letivo, atividades de avaliação, defesas de trabalho de conclusão de curso, atividades relacionadas a laboratórios, trabalhos de campo e eventos (seminários, oficinas, encontros).

4.1.1. Formação Específica

A título de **Formação Específica**, integram-se os componentes curriculares obrigatórios e opcionais ligados à organização curricular dos seguintes itens:

I. Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares:

Estes conteúdos serão desenvolvidos sob a forma de um conjunto de disciplinas de caráter obrigatório e de natureza teórica. Fazem parte desse núcleo as seguintes disciplinas: Pré-história, História Antiga Oriental, Fundamentos da História, História da Antiguidade Ocidental, Antropologia, História Medieval,

² Segundo o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005: “A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para: I avaliações de estudantes; II estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso”.

Teorias da História I e II, História Moderna, História do Brasil Colônia, História da América I e II, História da África, História do Rio Grande do Sul I e II, História do Brasil do Império à 1ª República, História do Brasil Contemporâneo, História Contemporânea I e II, Metodologia e Prática de Pesquisa e Orientação de Pesquisa.

II. Estudos de aprofundamento e diversificação das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos.

Estes conteúdos serão desenvolvidos sob a forma de um conjunto de disciplinas de caráter obrigatório, de natureza teórica e prática. Atendendo a Resolução CNE/n. 2 de 1º de julho de 2015, tais disciplinas de dimensão pedagógica atendem a carga horária mínima de 1/5 da carga horária total do currículo. Fazem parte desse núcleo as seguintes disciplinas: Fundamentos Sócio-históricos e Filosóficos da Educação, Libras I, Fundamentos Psicológicos da Educação, Ensino de História, Teoria Prática e Pedagógica, Educação Brasileira: Organização e Política Públicas, Educação para as relações étnico- raciais, Seminário de Ensino de História Geral, Seminário de Ensino de História da África, Educação Inclusiva e Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos.

III. Prática como componente curricular:

Estas práticas serão vivenciadas, ao longo do curso, através de disciplinas de caráter obrigatório e de natureza prática. Para maiores detalhes, ver o item 4.5 deste Projeto Pedagógico. Fazem parte desse núcleo as seguintes disciplinas: Tecnologia da Informação e Comunicação, Oficinas Temáticas de Ensino de História I e II, Educação Patrimonial, Oficina de Ensino de História do Brasil e América.

IV. Estágio curricular supervisionado:

Seguindo a orientação da Resolução do COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018 o Estágio curricular supervisionado trata-se de um componente curricular. As suas atividades reúnem quatro estágios curriculares de natureza prática: Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental I e II e Estágio Supervisionado do Ensino Médio I e II.

V. Trabalho de Conclusão de Curso

Seguindo a orientação da Resolução do COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018 o Trabalho de Conclusão de Curso trata-se de um componente curricular. Para maiores detalhes ver o item 4.7 desse Projeto Pedagógico e a caracterização correspondente no item 4.12.

VI. - Conteúdos curriculares optativos

Estes conteúdos serão desenvolvidos pelo aluno através da matrícula nas disciplinas cadastradas como optativas no currículo ou em disciplinas de sua escolha, de qualquer natureza (teóricas, práticas ou mistas). Para maiores detalhes, ver o item 4.9 deste Projeto Pedagógico.

Além dos conteúdos específicos da área do conhecimento histórico, o currículo, ao atender a Resolução CNE/n. 2, de 1º de julho de 2015, também está relacionado à dimensão histórico-social da educação, às políticas públicas, à organização do trabalho pedagógico na escola, e à gestão educacional, para os sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação, sempre buscando uma maior abordagem interdisciplinar. A estrutura curricular também leva em conta as dimensões pedagógicas relacionadas a temas centrais na formação de um profissional capacitado na área, como os Direitos Humanos, a diversidade étnico-racial, a História e cultura afro-brasileira e africana, a diferença e igualdade de gênero, sexual e religiosa, os direitos educacionais de adolescentes e jovens, a formação em Educação Ambiental e a implementação e consolidação de práticas para a Educação Inclusiva. O currículo atende tais questões a partir de suas disciplinas obrigatórias (Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos, Educação para as relações étnico-raciais, Seminário de ensino de História da África, Libras I, Educação Inclusiva: pedagogia da diferença e Educação patrimonial, História do Brasil Contemporâneo) ou dos conteúdos abordados em parte por determinadas disciplinas, como a história indígena (em História da América I e II, História do Brasil Colonial, História do Rio Grande do Sul I e disciplina optativa de História Indígena) ou história da cultura africana e afro-brasileira (em História da África, História do Rio Grande do Sul I e II, História do Brasil Colônia, História do Brasil Império a Primeira República). Cabe destacar que as diferentes disciplinas que compõem a estrutura curricular garantem a articulação e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e entre as diversas unidades acadêmicas e departamentos da UFPel. As disciplinas diretamente vinculadas à organização e à gestão educacional, bem como aos fundamentos sócio-históricos, filosóficos e psicológicos da educação, são ofertadas por

professores que atuam na área da Educação. A disciplina de Libras é oferecida por profissionais que atuam na área de Letras; as disciplinas de Pré-História e Antropologia são ofertadas por professores que atuam nas áreas de Arqueologia e Antropologia. Neste sentido, oportuniza-se um trânsito entre as áreas e a possibilidade de articulação e criação de práticas interdisciplinares. Além disso, os licenciandos em História estão aptos a cursar disciplinas optativas em outros cursos da universidade. Por fim, é importante destacar que o Curso de Licenciatura em História está vinculado à Comissão de Licenciaturas da Universidade de Pelotas, o que permite uma efetiva articulação entre o Curso e as demais licenciaturas da Universidade e garante espaços de discussão e construção coletiva no que se refere à formação de professores em nossa instituição.

4.1.2. Formação complementar

O aluno integralizará a carga horária prevista através da participação em atividades extra-classe diversas, que contribuam para sua formação, tais como eventos de caráter acadêmico-científico-culturais, atividades de pesquisa e de extensão.

4.1.3. Formação em Extensão

O colegiado do CLHD opera na perspectiva da indissociabilidade entre os três pilares universitários – ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim as atividades de extensão são integralizadas ao currículo do curso através da relação entre disciplinas e ações desenvolvidas nos Projetos EICHO – Extensão e Investigação em Cultura e História Hoje - código 7224; Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160 e Educação Patrimonial na cidade de Pinhal: Inventários Participativos – código 7413, sendo complementada com a realização de ações diversas vinculadas aos estudos integradores. Dessa forma, ficam assegurados os 10% dos créditos curriculares exigidos no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014), bem como o cumprimento da Resolução CNE/CES nº7 de 2018 (BRASIL,2018), Resolução COCEPE 30/2022 (UFPel,2022^a) e Guia de Integralização de Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da UFPel,2019). No que tange à formação em extensão, o colegiado do CLHD, contabilizou o total de 330h, estando distribuídas da seguinte maneira:

- Disciplinas obrigatórias: O curso oferece 09 disciplinas com créditos extensionistas em suas ementas, que se encontram descritas na matriz curricular, estando associadas aos três projetos supra citados, contando com ações diversificadas e que se relacionam com a comunidade em geral. Os professores regentes das disciplinas (com

atribuição da carga horária de ensino) poderão registrar a carga horária de extensão em atividades dos projetos exercidas fora da disciplina. Os alunos matriculados em disciplina curricularizada não poderão ser cadastrados como membros da equipe no programa de extensão vinculado. Só poderão ser certificados os que participarem fora da carga horária prevista no plano de ensino, desde que previsto pelo projeto de extensão. A contabilização da carga horária em extensão fica condicionada à aprovação nas seguintes disciplinas obrigatórias Oficina Temática de Ensino de História I (90h sendo 30h EXT), Educação Inclusiva: Pedagogia da diferença (90h sendo 15h em EXT), Antropologia (60h, sendo 30h EXT), Oficina Temática de Ensino de História II (90h, sendo 30h EXT), História do Brasil Colonial (60h, sendo 15h EXT), Educação para as relações étnico-raciais (60h, sendo 15h EXT), Oficina de Ensino de História do Brasil e América (60h, sendo 15h EXT), Educação Patrimonial (90h, sendo 30h EXT), Seminário de Ensino de História Geral (60h, sendo 30h EXT), totalizando 210h em EXT.

- Estágios obrigatórios A integralização da extensão no curso também dar-se-á através de carga horária no Estágio curricular supervisionado no ensino fundamental I (105h, sendo 30h em EXT), Estágio curricular supervisionado no ensino médio I (105h, sendo 30h em EXT). As atividades em extensão do estágio obrigatório estarão associadas aos projetos EICHO – Extensão e Investigação em Cultura e História Hoje - código 7224; Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160 e Educação Patrimonial na cidade de Pinhal: Inventários Participativos – código 7413. As horas de formação em extensão atrelada aos Estágios não serão contabilizadas como estudos integradores. A equiparação do estágio à extensão está prevista na Lei n.º 11.788/2008, no segundo artigo, fundamentando o que está disposto nesta situação. Contemplarão atividades extracurriculares nas escolas-campo a serem desenvolvidas pelos acadêmicos com os professores e funcionários da escola, ou com estudantes, ou com a comunidade escolar em geral, através de oficinas de leitura e escrita de conteúdos, oficinas de interpretação de textos, de exposições, de visitação a museus e exposições de arte. já existentes nas instituições e demais atividades relacionadas com a história e a cultura. As atividades extensionistas serão planejadas e realizadas pelo estagiário em diálogo com o professor regente e a escola, de acordo com o contexto encontrado e com as necessidades da instituição.

- Estudos integradores em extensão: Ao somarem-se as horas previstas de integralização da extensão ao longo do curso tem-se: 210h em disciplinas obrigatórias e 60h no Estágios I. Para que se atinja 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, isto é, 330 horas, as 60 horas restantes serão computadas através dos estudos integradores especificamente vinculadas a projetos e/ou ações com ênfase na extensão, totalizando 330 horas de EXT. Estudos integradores em extensão são os programas, projetos e ações de extensão cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto, nas quais o aluno deve atuar como membro ativo da equipe e agente da atividade, devidamente registrado. Tais atividades também poderão ser cumpridas em ações de extensão promovidas por qualquer curso da UFPel e/ou de outras instituições de ensino superior. As ações serão propostas, planejadas e executadas pelos discentes sob a orientação de docente responsável, através dos projetos. Poderão se configurar como apresentações, leituras, oficinas, rodas de bate-papo, ações de mediação de grupos de estudos, cursos, entre outros, sempre tendo o discente como participante ativo, em iniciativa orientada e acompanhada pelo docente. Uma vez certificado, o estudante, tal como ocorre para os demais estudos integradores, deverá, conforme o calendário estabelecido pelo curso, apresentar a certificação para fazer constar a carga horária realizada.

Possibilidades da Formação em Extensão	Créditos	Horas
Disciplinas obrigatórias (registro em EXT)	14	210
Estágio curricular obrigatório (registro em EXT)	4	60
ACE (registro através da comprovação por certificação)	4	60
Total ofertado pelo curso	22	330

Síntese genérica da formação em extensão

4.2. Quadro síntese – estrutura curricular

ATIVIDADE	HORAS	CRÉDITOS
a) Formação específica:	3.060 h	204
Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares	1.140 h	76
Estudos de aprofundamento e diversificação das áreas específicas e pedagógicas	750 h	50
Prática como componente curricular	420 h	28
Estágio supervisionado	420 h	28
Trabalho de conclusão de Curso	90 h	6
Disciplinas Optativas	240 h	16
b) Formação complementar	210 h	14
c) Formação em extensão*	-	-
Carga horária total (a + b)	3.270 h	218

Quadro 4 – Carga-horária do curso dividida por atividades.

*A proposta pedagógica referente a inserção da extensão na matriz curricular do Curso de Licenciatura em História a Distância não acarreta alteração na carga horária total, no caso, a inserção da extensão na matriz está caracterizada por dentro das componentes já estabelecidas (conforme tópico 4.1.3).

4.3. Matriz curricular

Estrutura organizacional do curso licenciatura em história:

- Carga horária total do Curso: 3.270 horas/relógio
- Carga horária de Formação específica, Formação pedagógica e Prática como componente Curricular: 2.830 horas
- Carga horária de Formação complementar: 210 horas
- Formação em extensão: 330 horas
- Carga horária de Componentes Curriculares Optativas: 240 horas

4.3.2. 1º Semestre

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	ESTRUTURA CURRICULAR	DEPTº UNID.	C R	T	P	EXT	CH-HORAS	PRÉ-REQUISITO
10770001	Pré-História	Estudos de formação específica	CLHD	4				60	Não há
10770002	Língua Brasileira de Sinais I	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há
10770046	História da Antiguidade Oriental	Estudos de formação específica	CLHD	2	2			30	Não há
10770005	Fundamentos para o Estudo da História	Estudos de formação específica	CLHD	2	2			30	Não há
10770007	Fundamentos da Educação a Distância (FEaD)	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há

4.3.3. 2º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Dept^o Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch- Hora s	Pré-requisito
10770008	Ensino de História	Estudos de Formação Pedagógica	CLHD	4				60	Não há
Novo	Oficina Temática de Ensino de História I	Prática como Componente Curricular	CLHD	6		4	2	90	Ensino de História
10770010	Teoria e Prática Pedagógica	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há
10770011	História da Antiguidade Ocidental	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
10770003	Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há
10770004	Fundamentos Socio- Históricos e Filosóficos da Educação	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há

4.3.4. 3^o Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Dept^o Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch- Hora s	Pré-requisito
10770013	História da Idade Média	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
10770014	Fundamentos Psicológicos da Educação	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há
10770015	Teorias da História I	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Fundamentos para o Estudo da História
Novo	Antropologia	Estudos de formação específica	CLHD	4	2		2	60	Não há
10770017	Tecnologias para informação e comunicação	Prática como Componente Curricular	CLHD	6	2	4		90	Não há

4.3.5. 4º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Deptº Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch- Hora s	Pré-requisito
10770018	Educação Brasileira: Org. Políticas Públicas	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Não há
	Disciplina Optativa	Estudos Optativos	CLHD	4	4			60	Não há
Novo	Oficina Temática de Ensino de História II	Prática como Componente Curricular	CLHD	6		4	2	90	Oficina Temática de História I
10770020	Teorias da História II	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Teorias de História I
10770021	História da Idade Moderna	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há

5º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Deptº Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch- Hora s	Pré-requisito
10770022	História da América I	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
10770023	História da África	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
Novo	Educação Inclusiva: Pedagogia da diferença	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	3		1	60	Não há
Novo	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I	Estudos de formação específica	CLHD	7		5	2	105	Teoria e Prática Pedagógica, Fundamento Psicológicos da Educação, Ensino de História e Educação Brasileira: Organização das Políticas Públicas
Novo	História do Brasil Colonial	Estudos de formação específica	CLHD	4	3		1	60	Não há

4.3.6. 6º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Deptº Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch-Horas	Pré-requisito
10770028	História da América II	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
10770029	História do Rio Grande do Sul I	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
Novo	Educação para as relações étnico-raciais	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	3		1	60	Não há
	Disciplina Optativa	Estudos Optativos	CLHD	4	4			60	Não há
Novo	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II	Estudos de formação específica	CLHD	7	2	5		105	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I

4.3.7. 7º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Deptº Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch-Horas	Pré-requisito
10770031	Metodologia e Práticas de Pesquisa em História	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Teorias da História I e II
10770032	História do Brasil entre o Império e 1ª República	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	História do Brasil Colonial
10770033	História Contemporânea I	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
10770034	História do Rio Grande do Sul II	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	Não há
Novo	Estágio Supervisionado no Ensino Médio I	Estudos de formação específica	CLHD	7		5	2	105	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I e II

4.3.8. 8º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Deptº Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch-Horas	Pré-requisito
Novo	Estágio Supervisionado no Ensino Médio II	Estudos de formação específica	CLHD	7	2	5		105	Estágio Supervisionado no Ensino Médio I
10770037	História do Brasil Contemporâneo	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	4			60	Hist. do Brasil entre o Império e 1ª República
10770038	Ensino de História da África	Estudos de formação pedagógica	CLHD	2	2			30	História da África
10770039	História Contemporânea II	Estudos de formação específica	CLHD	4	4			60	História Contemporânea I
Novo	Oficina de Ensino de História do Brasil e América	Prática como Componente Curricular	CLHD	4		3	1	60	História do Brasil Colonial e História da América I
10770041	Orientação de Pesquisa	Estudos de formação específica	CLHD	4		4		60	Metodologia e Práticas de Pesquisa Histórica

4.3.9. 9º Semestre

Código	Componente curricular	Estrutura curricular	Deptº Unid.	Cr	T	P	Ext	Ch- Hora s	Pré-requisito
Novo	Educação Patrimonial	Prática como Componente Curricular	CLHD	6		4	2	90	Não há
	Disciplina Optativa	Estudos optativos	CLHD	4				60	Não há
	Disciplina Optativa	Estudos optativos	CLHD	4				60	Não há
10770043	Trabalho de Conclusão de Curso	Estudos de formação específica	CLHD	6		6		90	Orientação de Pesquisa
Novo	Seminário de Ensino de História Geral	Estudos de formação pedagógica	CLHD	4	2		2	60	Ensino de História

4.4. Fluxograma do Curso

1º SEM	2º SEM	3º SEM	4º SEM	5º SEM	6º SEM	7º SEM	8º	9º SEM
História da Antiguidade Oriental -Código: 10770046. 30HA. 2 créditos	História da Antiguidade Ocidental Código 10770011 60 HA 4 créditos	História da Idade Média Código 10770013 60 HA 4 créditos	História da Idade Moderna Código 10770021 60 HA 4 créditos	História da América I Código 10770022 60 HA 4 créditos	História da América II Código 10770028 60 HA 4 créditos	Metodologia e Práticas de Pesquisa em História Código 10770031 60 HA 4 créditos	Ensino de História da África Código 10770038 60 HA 4 créditos	Seminário de Ensino de História Geral Código NOVO 60 HA 2 créditos 2 créditos EXT
Pré-História Código 10770001 60 HA 4 créditos	Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos Código 10770003 60 HA 4 créditos	Teorias da História I Código 10770015 60 HA 4 créditos	Teorias da História II Código 10770020 60 HA 4 créditos	História da África Código 10770023 60 HA 4 créditos	História do Rio Grande do Sul I Código 10770029 60 HA 4 créditos	História do Rio Grande do Sul II Código 10770034 60 HA 4 créditos	Orientação de Pesquisa Código 10770041 60 HA 4 créditos	Trabalho de Conclusão de Curso Código 10770043 90 HA 6 créditos
Fundamentos para o Estudo da História Código 10770005 30 HA 2 créditos	Fundamentos Sócio-Históricos e Filosóficos da Educação Código 10770004 60 HA 4 créditos	Antropologia Código NOVO 60 HA 2 créditos 2 créditos EXT		História do Brasil Colonial Código NOVO 60 HA 3 créditos 1 crédito EXT		História do Brasil entre o Império e República Código 10770032 60 HA 4 créditos	História do Brasil Contemporâneo Código 10770037 60 HA 4 créditos	Disciplina Optativa
LIBRAS I Código 10770002 60 HA 4 créditos	Teoria e Prática Pedagógica Código 10770010 60 HA 4 créditos	Fundamentos Psicológicos da Educação Código 10770014 60 HA 4 créditos	Educação Brasileira: Org. Políticas Públicas Código 10770018 60 HA 4 créditos	Educação Inclusiva: Pedagogia da Diferença Código NOVO 60 HA 3 créditos 1 crédito EXT	Educação para as Relações Étnico-Raciais Código NOVO 60 HA 3 créditos 1 crédito EXT	História Contemporânea I Código 10770033 60 HA 4 créditos	História Contemporânea II Código 10770039 60 HA 4 créditos	Disciplina Optativa
Fundamentos da Educação a Distância (FEAD) Código 10770007 60 HA 4 créditos	Ensino de História Código 10770008 60 HA 4 créditos	Tecnologias para Informação e Comunicação Código 10770017 60 HA 4 créditos	Disciplina Optativa		Disciplina Optativa		Oficina Ensino História Brasil América Código NOVO 60 HA 3 créditos 1 crédito EXT	Educação Patrimonial Código NOVO 90 HA 5 créditos 1 crédito EXT
	Oficina Temática de Ensino de História I Código NOVO 90 HA 4 créditos 2 créditos EXT		Oficina Temática de Ensino de História II Código NOVO 90 HA 4 créditos 2 créditos EXT	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I Código NOVO 105 HA 5 créditos 2 créditos EXT	Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental II Código NOVO 105 HA 7 créditos	Estágio Supervisionado do Ensino Médio I Código NOVO 105 HA 5 créditos 2 créditos EXT	Estágio Supervisionado no Ensino Médio II Código NOVO 105 HA 7 créditos	

4.5. Prática como componente curricular (PCC)

A prática como componente curricular, conforme o Parecer CNE/CES n. 15/2005, “é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”, e “a correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar”. Assim sendo, a prática como componente curricular e seus desdobramentos transcendem a sala de aula da universidade para as realidades do ambiente escolar e da própria educação escolar, devendo compreender a articulação com os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas ao longo do curso de graduação. No presente Projeto Pedagógico, a Prática como Componente Curricular está demonstrada nas seguintes disciplinas: Oficina Temática do Ensino de História I (90h); Tecnologia para Informação e Comunicação (90h), Oficina Temática de Ensino de História II (90h), Oficina de Ensino de História do Brasil e América (60h) e Educação Patrimonial (90h), totalizando 420 horas.

A disciplina de Tecnologia da Informação e Comunicação busca propiciar aos alunos a capacidade de articular as novas tecnologias com a profissão de professor, em exercícios práticos no qual os alunos terão a oportunidade de aprender, pensar e propor alternativas de ensino da História com o uso de tais ferramentas, conforme a caracterização da disciplina. Articulada às disciplinas iniciais de Ensino de História e as Oficinas Temáticas I e II, eles estarão sendo bem preparados no contato com as escolas, no diálogo com os colegas e professores elaborar propostas inovadoras para a transposição didática focando num maior aperfeiçoamento de sua formação profissional.

As Oficinas de Ensino de História deverão contemplar atividades práticas que versem sobre temáticas e metodologias de Ensino de História, oportunizando aos discentes o contato com a prática ao realizarem atividades tais como: produção de materiais didáticos (textos didáticos, videoaulas, jogos pedagógicos, e outros); produção e realização de oficinas para alunos da Educação Básica; visita a instituições de ensino e espaços de memória com vistas a observação e produção de planos de ensino; entres outras atividade que propiciem o contato e a realização da prática docente. A Prática como Componente Curricular também será contemplada a partir do desenvolvimento de diversas ações e atividades pedagógicas em espaços educativos formais ou não formais, que incluem: elaboração de visitas guiadas em museus e outros espaços de memória; organização, promoção e mediação de diferentes tipos

de exposições temporárias, a serem promovidas/divulgadas nos próprios polos; desenvolvimento de materiais didáticos que se valem de tecnologias (webs, jogos online, aplicativos para celular, vídeos); organização de cines-debate abertos à toda comunidade acadêmica; realização de vivências de teatralização e *living history* (que se constitui na geração de *performance* para gerar a experiência do vivido no cotidiano). No decorrer da disciplina, também serão desenvolvidos exercícios de análise de conteúdos de livros didáticos e paradidáticos que se referem às áreas de História Geral, da América e do Brasil e a elaboração de exercícios e textos didáticos sobre temáticas vinculadas a tais áreas. Além destas propostas, as disciplinas de Seminário de Ensino também buscarão articular-se e desenvolver atividades práticas vinculadas a projetos de ensino e extensão buscando possibilidades de estabelecer ações interdisciplinares.

Na disciplina de Educação Patrimonial, a Prática como Componente Curricular é desenvolvida através de ações educativas em Educação Patrimonial. Tal disciplina é considerada como Teórico/Prática porque ela é constituída de uma parte teórica, que serve como base para os entendimentos conceituais e metodológicos atinentes à temática e parte prática voltada à formulação de ações educativas com uso do patrimônio cultural. Entre os espaços podemos referenciar os não-formais e formais de educação, como escolas de Educação Básica da região do polo EAD/UAB e asilos, creches, grupos de escoteiros, instituições culturais, bibliotecas, arquivos, associação de bairros e clubes, com públicos diversos. A metodologia da disciplina prevê momentos para a aplicação de ações educativas em Educação Patrimonial.

Exige-se no mínimo três encontros com o público-alvo definido no projeto, além do tempo necessário para a negociação com as instituições, reconhecimento do local e desenvolvimento de observação do público-alvo, escolha do objeto ou bem cultural a ser estudado e a avaliação do trabalho por parte do público que dele participou. Evidencia-se, assim, que tais atividades se constituem em experiências de aplicação de conhecimentos e de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência, o que as caracteriza enquanto atividades de PCC.

4.6. Estágios

Os estágios do Curso Licenciatura em História a Distância, sejam obrigatórios ou não-obrigatórios, são supervisionados pela Coordenação e Colegiado do curso, e estão de acordo com as DCNFP nº 02/2015, com a Lei 11788 do MEC, e com a Resolução nº 4/2009 do COCEPE/UFPel. Segundo a mesma, “Estágio é ato educativo escolar supervisionado,

desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos (...)” (art. 2º), e “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (art. 3º). Em conformidade com essa Resolução, as atividades de estágio, no contexto do CLHD, serão de duas modalidades:

4.6.1. Estágio Supervisionado Não Obrigatório

O estágio não obrigatório está regulamentado conforme a Lei n. 11.788/08 (Lei dos Estágios) e as Resoluções n. 03 e 04, de 08 de junho de 2009, do COCEPE/UFPel. Além das diretrizes destes documentos, ficou estabelecido que serão aceitos como estágios não-obrigatórios, aqueles que atenderem a um dos seguintes grupos: 1) Pesquisa, 2) Memória e Patrimônio, 3) Ensino, 4) Outras atividades compatíveis às profissões do licenciado em História, a serem apreciadas pelo Colegiado do Curso. A carga horária correspondente a esta modalidade de estágio será adicionada à carga total exigida para integralização curricular do Curso de Licenciatura em História e lançada no Histórico Escolar do aluno que o tenha realizado.

4.6.2. Estágio Docente Supervisionado – Obrigatório

Assim como a Resolução CNE/CP n. 02, de julho de 2015, as Resoluções CNE/CP n. 1 e CNE/CP n. 2, de fevereiro/2002, e CNE/CP n. 02, de julho/2015, bem como o Parecer CNE/CP n. 9, de dezembro de 2007, dispõem sobre os estágios curriculares nos Cursos de Licenciatura. Além disso, a avaliação discente atenderá aos critérios e determinações do Regimento Geral da Universidade e do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel (Resolução COCEPE 29/2018).

As atividades pertinentes a este estágio, serão desenvolvidas em escolas da rede pública e privada na área de abrangência dos polos da UFPel, cabendo à Universidade estabelecer os convênios necessários junto às autoridades responsáveis por essas redes. Caberá ao estagiário, nos prazos e formas indicados pelos professores responsáveis, informar aos mesmos os dados relativos à escola onde pretende desenvolver seu estágio. Caberá aos professores, de posse desses dados, tomar as providências necessárias, junto às autoridades competentes, para a viabilização dos estágios.

A carga horária estabelecida pela Resolução CNE/CP 2/2015 (mínimo de 400 horas), está distribuída em quatro estágios de 105 horas cada, que totalizam 420 horas de estágio obrigatório. Dois desses componentes curriculares referem-se ao estágio no nível do Ensino Fundamental (Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I e II), e outros dois no nível do

Ensino Médio (Estágio Supervisionado no Ensino Médio I e II). Em relação a presente Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, especificamente sobre o Parágrafo único: “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

O Estágio supervisionado obrigatório tem como objetivo central oportunizar o exercício da docência em uma escola de educação básica. Cabe ressaltar que a experiência de estágio será acompanhada da reflexão e problematização dos elementos que envolvem a prática, - seleção de conteúdos, disciplina, proposta pedagógica, elaboração de atividades, avaliação, etc. **O Estágio será acompanhado pelo Professor Titular da Turma (PTT) na escola e pelo Professor Formador de Estágio (PFE) e pelo Tutor Colaborador de Estágio.** O Colaborador de Estágios ou **Tutor Presencial de Estágio (TPE)** é um profissional que, além de apresentar as mesmas atribuições do Tutor, será selecionado e designado para trabalhar, no polo, especificamente com os estágios. Professor Formador de Estágio e Tutor Presencial de Estágio deverão assessorar os discentes através de encontros virtuais e ou presenciais, realizar atendimento em pequenos grupos ou atendimento individual, bem como através de visitas à turma em que os estudantes realizam o estágio. O Professor Supervisor de estágio deverá ter sob sua responsabilidade no máximo 15 (quinze) estagiários, para que não haja prejuízo no acompanhamento das atividades, salvo exceções que deverão ser analisadas pela Comissão de Estágio.

I. Comissão de Estágios

A comissão de Estágios será, semestralmente ou anualmente, constituída pelo professor de estágio, regente da componente curricular, e pelos orientadores de estágio, sendo um destes o presidente da comissão, que pode/deve ser coordenada por um Professor ou Orientador de Estágio, que será um professor formador indicado pelo Colegiado, ou eleito entre os docentes da Comissão. Em casos especiais pode o Coordenador do Curso, presidir essa comissão. O presidente da Comissão de estágios será o mediador das questões de estágio entre graduandos e o Colegiado de Curso. A Comissão reúne-se conforme as demandas de estágio e tem caráter exclusivamente consultivo, encaminhando ao Colegiado do Curso pareceres referentes aos casos concernentes da mesma. Compreende-se como demandas da comissão, dentre outros, os seguintes casos:

- –dispensas de estágio (Parecer CNE/CES nº 2/2002);
- –trancamento e reprovações nas componentes curriculares de estágio;
- –suspensão do estágio por solicitação da instituição/projeto;

- –análise de casos de suposto plágio;
- –organização dos estágios;
- - propostas de aproveitamento;
- - prazos e datas
- - suporte a alunos, tutores e professores
- - indicação de docentes para acompanhamento de estágio não-obrigatório
- - encaminhamento de demandas para aprovação do Colegiado.

II. Etapas do Estágio.

O desenvolvimento estágios atenderá as etapas de **Planejamento** e de **Execução**. A etapa de planejamento consiste em:

- Leitura de textos e materiais disponibilizados pelo professor de estágio, tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem como em outros repositórios;
- Participação em fóruns e outras tarefas relativas às leituras, que proporcionarão, durante todo o período do estágio, embasamento teórico para a prática do estagiário, bem como um planejamento e início da escrita do Relatório de Estágio, orientado pelo Professor Orientador.
- Reconhecimento do campo de estágio, com anuência do professor orientador;
- Elaboração de planos de aula, sob orientação do professor orientador e do professor supervisor;
- Planejamento e início da escrita do relatório de estágio, sob orientação do professor orientador.
- Durante essa etapa, o estagiário deverá:
- Conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola, o Plano de Ensino de História do ano em que irá estagiar, as metodologias e teorias utilizadas pelos professores (proposta pedagógica do projeto, sua relação com a historiografia, metodologias e teorias, etc.)
- Elaborar seu cronograma de estágio, em acordo com o professor supervisor, e os planos de aula, que devem ser discutidos com o professor orientador, com a ciência do professor supervisor. Este planejamento deverá ser aprovado pelo professor orientador, com a ciência do professor

supervisor.

- Deverá também fazer o planejamento das aulas que irá ministrar ou do projeto pelo qual será responsável durante o período do estágio e, postá-lo obrigatoriamente no Moodle (ou na plataforma utilizada pelo Curso), no prazo determinado.
- O estagiário apenas poderá iniciar a regência de classe após a liberação do professor orientador, mediante autorização escrita do órgão responsável pela parte concedente (Coordenadorias Regionais de Educação, Secretaria Municipal de Educação). Do total de horas semestrais de cada componente curricular, no mínimo xx horas/aula devem ser de atuação docente em sala de aula, mediante aulas ministradas pelo estagiário.

É importante salientar que o planejamento seguirá o cronograma estipulado pelo Professor Supervisor de Estágios (Professor Titular da Turma - PTT), e deverá ter sido aprovado pelo Orientador de Estágios, com a ciência do Professor Supervisor de Estágios. O estagiário só poderá entrar em regência após a liberação do orientador mediante autorização escrita.

III. Execução do Estágio.

Durante o período de execução o estagiário deverá estar em constantes reflexões sobre a prática docente, embasado em referenciais teóricos abordados no componente curricular.

A etapa de execução consiste no trabalho em três frentes:

- no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- no Polo de Apoio Presencial,
- no campo de estágio, escola onde a prática docente é realizada.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem: leitura e produção textual, fóruns avaliações de atividades, organização e entrega da documentação obrigatória para envio à Instituições cabíveis, elaboração da escrita do Relatório de Estágio, reuniões síncronas com o professor orientador, realizadas por videoconferências ou outras redes que estejam disponíveis.

No polo de apoio presencial com orientador e/ou colaborador de estágio, realizando reuniões periódicas com o grupo de estagiários sob a responsabilidade. Durante a atuação em sala de aula ou projeto, o estagiário receberá a visita de avaliação do Orientador e do Colaborador de estágio.

O Professor Supervisor poderá acompanhar as atividades do estagiário na escola,

quando combinadas/agendadas. Caso não tenham sido realizadas as visitas do orientador ou colaborador na regência ou atividade prática de estágio em projeto, o estagiário tem a obrigação de informar ao Professor de Estágios (regente da componente de estágio) em até 48 horas após o término da mesma, sob o risco de não validação do estágio.

IV. Avaliação do Estágio

Para fins de avaliação do Estágio serão considerados o desempenho do aluno nas atividades de estágio e o relatório de estágio. As atividades de estágio compreendem a observação do espaço escolar (observação do evento aula de história, questões próprias da gestão escolar, e da socialização dos estudantes no ambiente escolar, para citar alguns exemplos), e a regência de classe, acompanhados da reflexão didático-pedagógica. O relatório de estágio deverá contemplar a descrição das atividades realizadas no estágio, alicerçada na reflexão teórica relativa à prática, além dos materiais didáticos produzidos pelo estagiário. Entretanto, o aluno que demonstrar, ao longo dos Estágios, desempenho insuficiente ou inadequado, poderá, havendo solicitação nesse sentido do professor orientador ou supervisor ou da escola onde o estágio é realizado, em qualquer momento, ter o estágio interrompido e será declarado reprovado, devendo matricular-se novamente, no próximo período letivo em que for oferecida a componente curricular correspondente, para realizar esse estágio. Se o estagiário deixar de entregar nos prazos indicados os respectivos relatórios e documentos comprobatórios da realização do estágio, também estará sujeito à reprovação na componente curricular respectiva. Para aprovação no Estágio o aluno deverá obter média final igual ou superior a 7,0 (sete) (sendo essa média cadastrada pelo CRA), não sendo o mesmo passível de exame, de acordo com o Regulamento de Graduação da UFPel.

A conclusão do estágio consiste na escrita do relatório de estágio, que deve ser construído no decorrer do período de estágio, em conformidade com as discussões e orientações do professor Orientador. O registro final da documentação do estágio e das avaliações realizadas pelo professor orientador também se dará nesta etapa.

Ainda em relação aos estágios, vale ressaltar que estes contemplam a abordagem de diferentes temas que perpassam a docência na educação básica. Um dos eixos dos estágios é a discussão acerca dos direitos de crianças e adolescentes, à luz, especialmente, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Busca-se, assim, garantir que as premissas básicas que regem a proteção legal de crianças e adolescentes sejam conhecidas e compreendidas pelos/as discentes estagiários/as. Ao mesmo tempo, a disciplina oportuniza discussões sobre as múltiplas formas de viver a infância e a adolescência, bem como sobre as diferentes

culturas juvenis que estão presentes nos espaços escolares. Neste sentido, também são estimuladas investigações acerca da realidade onde cada escola está inserida e sobre como tais culturas juvenis se expressam (ou não) naqueles espaços. Outro aspecto significativo das componentes de estágio é sua vinculação com o debate acerca dos direitos humanos, conforme prevê o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), na perspectiva de apresentar e problematizar diferentes perspectivas e concepções teóricas em torno das questões que envolvem uma educação em direitos humanos e para a diversidade e suas relações com o Ensino de História. No que se refere a este debate sobre direitos humanos, são privilegiadas questões que envolvem gênero, diversidade sexual e diversidade religiosa. Tais temas, de modo transversal, estão contemplados em distintas disciplinas, como, por exemplo, Educação para as Relações Étnico-raciais, no caso, da diversidade étnica e do racismo, também em História do Brasil Colonial, História da América II, tendo em vista a abordagem de questões como escravidão (negra e indígena), religiosidade e relações de gênero no contexto colonial. Outrossim, de modo específico, o tema dos direitos humanos e da educação para a alteridade são tratados de modo sistemático na disciplina Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos, cujo objetivo, conforme ementa, “é oportunizar espaços para a construção de práticas pedagógicas e materiais didáticos que permitam preparar os/as discentes para a abordagem de temáticas relativas aos direitos humanos, gênero e sexualidades em sala de aula na Educação Básica”.

Em relação a temas de gênero e diversidade sexual, as discussões desenvolvidas no âmbito dos estágios oportunizam reflexões acerca da abordagem destes temas na educação básica, buscando instrumentalizar os/as discentes com ferramentas teóricas e metodológicas para tal abordagem. A diversidade religiosa é contemplada na medida em que se busca evidenciar que diferentes grupos e sociedades experimentaram diferentes formas de viver a religiosidade e a espiritualidade ao longo da História. Assim, objetiva-se refletir sobre como a escola pode promover os diálogos necessários entre as diferentes perspectivas religiosas, de forma a garantir que sejam respeitadas e valorizadas na sala de aula.

4.7. Trabalho de conclusão de curso

Na medida em que se entende a formação do professor de história como a formação de um professor-historiador, torna-se relevante a exigência de um Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para a integralização curricular do Curso de Licenciatura em História a Distância da UFPel. O Trabalho de Conclusão de Curso se caracteriza como um trabalho de iniciação científica, onde o aluno irá exercitar-se no ofício de historiador e aprimorar

conhecimentos sobre um determinado tema de seu interesse, de caráter histórico ou relacionado ao ensino de História, sob orientação de um professor do quadro docente da Universidade. A formulação do TCC abrange a pesquisa para construção ou qualificação do conhecimento relativo à História ou ao seu ensino, incluído a pesquisa para a divulgação científica como, por exemplo, artigos científicos, trabalhos de revisão crítica da literatura sobre determinado tema e ou a elaboração de material didático.

O Trabalho de Conclusão de Curso incorpora ao currículo do licenciando a experiência de produção textual na área de história, podendo ser dirigida para o ensino formal ou não-formal da disciplina. Ele articula uma série de aprendizados dos discentes ao longo do curso, com seus interesses de pesquisa, apresentando-se como importante momento na formação dos alunos.

Para assessorar os alunos, o Colegiado de História disponibilizará um manual técnico atualizado para a elaboração do Trabalho de Conclusão, com todas as normas de redação e organização detalhadas. Além disso, será marcado no calendário uma semana de defesas, que estará aberta ao público e divulgada na página do curso, incentivando uma maior integração dos alunos com os procedimentos acadêmicos, além de divulgar a produção científica dos formandos.

O Professor responsável por orientar os alunos na realização do Trabalho de Conclusão de Curso, Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso é um Professor Formador (PF- TCC), trata-se de um profissional designado para atuar na componente curricular, a ele, além das atribuições do Professor Formador, também correspondem atribuições específicas, conforme descrito anteriormente.

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso atenderá aos critérios e determinações do Regimento Geral da Universidade e do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPEL (Resolução COCEPE 29/2018). Ela será efetuada por Banca Examinadora específica, integrada pelo Professor Orientador e por outro professor indicado conjuntamente pelo orientador e pelo aluno. Os membros da Banca Examinadora avaliarão o trabalho escrito e cada membro atribuir-lhe-á uma única nota. Para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso o aluno deverá obter média final igual ou superior a 7,0 (sete). A média final será obtida pela média aritmética entre a nota conferida por cada examinador. Os examinadores emitirão, também, um parecer comum sobre o trabalho. Esse parecer, as notas e o resultado final serão consignados em Ata específica.

Posteriormente, após as correções recomendadas pela banca, a versão final dos trabalhos ficará disponível no formato PDF em repositório institucional próprio, qual seja, a

página dos cursos de História da UFPel, disponível para consulta do público geral. A avaliação do TCC contemplará os seguintes aspectos: apresentação da monografia; coerência entre a problematização, os objetivos e a argumentação; normas da ABNT; relevância e coerência no trato da questão; clareza e precisão textual; resultados obtidos.

4.8. Componentes curriculares optativas ou opcionais

Visam possibilitar a formação dos licenciandos na integração com outros cursos da UFPel e em outras modalidades de formação acadêmica, considerando esta como parte integrante da formação dos licenciandos.³ O reconhecimento pelo Colegiado de saberes obtidos em outros cursos e centros de formação, sem restrição apenas ao elenco de componentes curriculares do curso, contribui para uma melhor flexibilização curricular e contribui para uma trajetória acadêmica mais interdisciplinar.

- - **Conteúdos curriculares optativos:** estes conteúdos serão desenvolvidos pelo aluno através da matrícula nas disciplinas cadastradas como optativas no currículo. O aluno deverá integralizar **pelo menos 240 horas em disciplinas de conteúdo curricular optativo**. Disciplinas cursadas em outros cursos poderão ser aproveitadas como Optativas do Curso de História, desde que aprovadas pelo Colegiado do curso e seguindo as determinações do Regimento Geral da Universidade e do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPEL (Resolução COCEPE 29/2018).

Além do fato de que os alunos precisam cursar ao menos 240 horas de disciplinas optativas, é importante mencionar que as mesmas também buscam estar em sintonia com as obrigatórias no que diz respeito às dimensões de caráter específico e pedagógico. A relação a seguir apresenta uma notável possibilidade da prática interdisciplinar, assim como o contado dos alunos com diversas temáticas exigidas pela referida Resolução, dialogando fortemente com as dimensões políticas, éticas e educacionais. Neste sentido, destacamos as disciplinas “História Indígena”, “Ensinar História no Ensino Médio: Juventude, Cultura e Educação”, “Ensino de História, Diversidade e Direitos Humanos”, “Seminário de Estudos de Gênero e Relações de Poder” e “História dos Movimentos Sociais”. As disciplinas optativas oferecidas têm por objetivo alargar as perspectivas dos alunos acerca do ensino e do conhecimento

³ Para efeito de integralização serão computadas 240 horas de carga horária optativa.

histórico e historiográfico promovendo o diálogo com as demais componentes curriculares, tanto obrigatórias como optativas, mediante o aprofundamento de discussões e possibilitando novas reflexões. Optativas, tais como, História Indígena e História dos dos Movimento Sociais dialogam com outras componentes curriculares, enriquecem o conhecimento sobre outras áreas da História, por exemplo, História do Brasil e da América, oferecem outros recortes espaço-temporais e podem propor outras chaves de leitura acerca da universo social, mobilizando, muitas vezes, conceitos distintos daqueles trabalhados nas disciplinas obrigatórias, tais como etnia, raça e ou gênero. Segue a relação das Disciplinas Optativas e suas respectivas caracterizações:

4.8.2. Relação das disciplinas optativas

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CL HD	C R	T	E	P	EXT	± C H	PRÉ- REQUI- SI TO
10770049	História da Arte no Brasil I	CL HD	4	4				72	
10770053	História de Pelotas	CL HD	4	4				72	
10770054	Seminário de História do Brasil Republicano	CL HD	4	4				72	
10770048	Seminário de História Social I	CL HD	4	4				72	
10770064	Seminário de História Antiga II	CL HD	4	4				72	
10770077	Seminários de História Contemporânea	CL HD	4	4				72	
10770081	O Livro didático e seu circuito: produção, circulação e recepção	CL HD	4	4				72	
10770082	Seminário de Estudos de Gênero e Relações de Poder	CL HD	4	4				72	
10770089	História Indígena	CL HD	4	4				72	
Novo	Manifestações Culturais, Educação e Memória	CL HD	4	4				72	
Novo	História, Folclore e Culturas Populares	CL HD	4	4				72	
Novo	Leitura e Escrita na Formação Docente em História	CL HD	4	4				72	

4.8.3. Caracterizações das disciplinas optativas

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da Arte no Brasil I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Exercícios:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: Não possui	
1.12. Ementa: Estudo das manifestações artísticas ocorridas no Brasil, desde o período pré-cabralino até o Barroco.	
1.13. Objetivos: - Oportunizar aos alunos um contato e aprendizado a respeito das principais correntes artísticas do Brasil ao longo da sua história.	
1.14. Bibliografia básica: - AMARAL, Aracy A. Artes Plásticas na Semana de 22. 5ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora 34, 1998. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=LHuZVkJUgsP8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false - CHIARELLI, Tadeu. De Anita à academia: para repensar a história da arte no Brasil. In: Novos estud. CEBRAP (88) • Dez 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300007 . - MARQUES, Luiz; MATTOS, Claudia; ZIELINSKY, Mônica; CONDURU, Roberto. Existe uma arte brasileira? Perspective, INHA, Paris, vol. 2, 2013. Disponível em: http://perspective.revues.org/5543 .	
1.15. Bibliografia complementar: SANTOS, Renata Aparecida. A pálida história das artes visuais no Brasil: onde estamos negras e negros? / La pálida historia de las artes visuales en Brasil: ¿dónde estamos negras y negros? In: Revista Artes e Ensaios (28). 2022. Disponível em: https://doi.org/10.37235/ae.n43.14 HOFFMANN, Ana Maria. A Arte Moderna no Brasil e seu Processo de Institucionalização. In: Resgate: Revista Multidisciplinar de cultura. v. 25 n. 1 (2017). Disponível em: https://doi.org/10.20396/resgate.v25i1.8648341 CHIARELLI, Tadeu. De Anita à academia: para repensar a história da arte no Brasil. In: CEBRAP (88) • Dez 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300007 DRUMOND, Matheus Madeira.	

CHRISTO, Moraliz de Castro. A pintura de história no Brasil no século XIX: panorama introdutório. In: Arbor: ciencia, pensamiento y cultura. Nov. 2009. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/386/387>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História de Pelotas	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Exercícios:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: Não possui	
1.12. Ementa: A disciplina estuda a história da cidade de Pelotas desde a sua formação, no século XVIII, até os dias atuais, reunindo aspectos socioeconômicos e político-culturais	
1.13. Objetivos: - Oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer as principais contribuições historiográficas a respeito da história de Pelotas, desde estudos clássicos até as dissertações e teses mais recentes.	
1.14. Bibliografia básica: - ANJOS, Marcos Hallal dos. Italianos e Modernização: a cidade de Pelotas no Último Quartel do Século XIX. História em Revista , Pelotas, v.5, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12013 - LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório. Dicionário de História de Pelotas [recurso eletrônico]. 3 ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3735 - VARGAS, Jonas M. "Entre ricos e pobres". Desigualdade Econômica, Diversidade Ocupacional e estratificação social no Brasil Oitocentista: uma análise da cidade de Pelotas-RS (1850-1890). Tempos Históricos , v. 20, 1º Semestre de 2016, p. 131-153. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/artigos/ https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13809	
1.15. Bibliografia complementar: - VARGAS, Jonas M.. O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 – c. 1900). In: KLEIN, Ana Inez et al. (Org.). Estudos de História Regional Platina . 1.ed. Porto Alegre: FI, 2018, p. 221-250. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8287 - SILVEIRA, Aline Montagna da. De fontes à aguadeiros à penas d'água : reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, FAUUSP, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26032010-162420/publico/DE_FONTES_E_AGUADEIROS_DIGITAL.pdf	

- OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da Imprensa Negra**: o caso *O Exemplo* e *A Alvorada* – 1920-1935. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2021/04/A-racializacao-nas-entrelinhas-da-imprensa-negra-o-caso-O-Exemplo-e-A-Alvorada-%E2%80%93-1920-1935.pdf>

- LONER, Beatriz Ana. Pelotas se Diverte: Clubes Recreativos e Culturais do Século XIX. **História em Revista**, Pelotas, v.8, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11801/7532>

- GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas & olarias - um estudo sobre o espaço pelotense. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=19114

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Seminário de História do Brasil Republicano	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos Prática:	Exercícios: 1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: Não possui	
1.12. Ementa: A disciplina estuda as doutrinas religiosas, ideologias e sistemas de pensamento na República Velha (a Igreja Católica e o fim do regime do Padroado), o cristianismo reformado, o espiritismo, a maçonaria, o anarquismo, o socialismo, as teorias científicas, o positivismo científico, o positivismo político e o positivismo religioso.	
1.13. Objetivos: Promover nos alunos o desenvolvimento das capacidades de análise, síntese e crítica, a partir da leitura de textos concernentes à história e à historiografia do Brasil das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, em especial no que diz respeito às transformações ocorridas no campo das idéias e das ideologias ao longo do período aludido.	
1.14. Bibliografia básica: - BERTONHA, João Fábio. A direita radical brasileira no século XX: Do monarquismo e das ligas nacionalistas ao Fascismo e à ditadura militar (1889-2011). Stud. hist., H.^a cont. , 30, 2012, p. 133-150. Disponível em: https://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/9904 - COWAN, Bejamin. "Nosso Terreno" crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. Varia História , Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGfBcVrs7z46k35rm/abstract/?lang=pt - MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Revista Mundos do Trabalho , UFSC, v.1 n. 1, p. 51-64, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p51	
1.15. Bibliografia complementar: CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e as direitas brasileiras: entre aproximações e distanciamentos. Locus : revista de História, Juiz de Fora, v.18, n.1, 2012, p.147-165. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20367 -Capítulos de história política [recurso eletrônico] : problemas e estudos : volume 2 / Charles Sidarta Machado Domingos ... [et al.] (Orgs.). – Passo Fundo : Acervus Editora, 2020. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8193 - NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Revista Estudos Históricos , Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 607-626, set/dez/2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003 - NEGRÃO. Lísias N. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro.	

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 119-129, jun 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000200006>

- RAMÍREZ, Hernán. Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p.179-214. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6439>

- RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, 2002, p.463-488. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tM4btpprcSKfZTJQDTwj99t/?lang=pt>

- ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 30, n.1, 2010, p. 87-101. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20136>

1. Identificação		
1.1. Disciplina: Seminário de História Social I		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a		1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Exercícios:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum		
1.11. Ano /semestre: Não possui		
1.12. Ementa: A disciplina trata da história da escravidão no Brasil, do tratamento aos cativos, as formas de luta e resistência, a crise do escravismo, o processo de abolição, a formação do mercado de trabalho e o disciplinamento da mão de obra, além das formas de luta do trabalhador livre na República Velha.		
1.13. Objetivos: - Estudar a escravidão em seus condicionantes econômicos e sociais e identificar os traços distintivos da sociedade brasileira da colônia e do império das demais sociedades escravistas. Analisar a forma como se deu a transição para o trabalho livre e as experiências que os trabalhadores escravizados trouxeram ao trabalho livre.		
1.14. Bibliografia básica: - ALONSO, Ângela. O Abolicionismo como Movimento social. Novos Estudos . CEBRAP. n. 100, p. 115-137, Novembro 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007 - BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECA. Disponível: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana - GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma Breve Discussão. In: BRASIL . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p. 39-62. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf - MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa , n. 117, p. 197-217, novembro 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559 . Acesso em: 27 Set. 2020. - SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de		

conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 59-92, 2º. Sem. 2011, Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n17p59>

1.15. Bibliografia complementar:

-GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>

- PEREIRA, Amílcar Araújo. O movimento negro brasileiro e a Lei 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 22, p. 13-30, ago/dez de 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3452>.

- Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf

- BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil.

Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 175 – 196, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025>

- HOOKS, Bell. Escolarizando Homens Negros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): p.677-689, setembro-dezembro/2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41784>.

- **Diversidade na Educação**: reflexões e experiências. (org) Marise Nogueira Ramos. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 27- 34. Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf

- SABALLA, Viviane A. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – o papel da Extensão Universitária na formação continuada de professores em interface com a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003: por uma Educação Antirracista. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 9, n. 3, p. 692 - 707, set/dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/57883>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Seminário de História Antiga II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Exercícios:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: Não possui	
1.12. Ementa: A disciplina trata das questões socioculturais e do cotidiano na Antiguidade Clássica	
1.13. Objetivos: Estudos sobre a sociedade e o cotidiano do Mediterrâneo antigo Estudar as categorias sociais: cidadãos, estrangeiros, escravos. Estudar questões de gênero, sexualidade e idade: o masculino e o feminino; sexualidades heteroafetivas e homoafetivas. Estudar o cotidiano (seus rituais; esferas da vida diária, como trabalho, lazer, etc.). Estudar as representações e vestígios da vida social e cotidiana nos diversos tipos de fontes (literárias, visuais, materiais).	
1.14. Bibliografia básica: - AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. <i>A Domus Caesarum</i> e as mulheres da dinastia Júlio-Cláudia. In: História, retórica e mulheres no Império Romano : um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito. Coleção Impérios Romanos. Série Estudos. Ouro Preto: EdUFOP, 2012, p. 59-90. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/4570 - BAKOS, Margaret. Um testamento materno em tempos faraônicos. Revista Justiça e História . Revista do Memorial do Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, 2002, p. 77-96 (arquivo eletrônico: p. 01-15). Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/static/2017/02/Justica-Historia-v2-n3-artigo-3.pdf - SEBILLOTE CUCHET, Violaine. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero? Revista Tempo . V. 21, n. 38, jul.-dez., 2015, p. 281-300. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/wKZ3nkdNP833CgcBJ8c5kXs/abstract/?lang=pt	

1.15. Bibliografia complementar:

- ANDRADE, Marta Mega. Palavra de Mulher: sobre a “voz das mulheres” e a história grega antiga. **Revista Brasileira de História** (Dossiê: A história antiga entre o local e o global: integração, conflito e usos do passado), v. 40, n. 84, maio-agosto 2020, p. 119-140.
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/TwrQKFVXpjhNcpqsrWwnTTC/?lang=pt>
- AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. **O adultério, a política imperial, e as relações de gênero em Roma**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26102017-115352/pt-br.php>
- CARIA, Thamís Malena Marciano. Aspectos da condição feminina no Egito antigo. **Revista Mundo Antigo**, NEHMAAT/UFF, ano II, vol. 2, n. 1, 2013, p. 93-106.
<http://www.nehmaat.uff.br/revista/2013-1/artigo04-2013-1.pdf>
- CORSI SILVA, Semíramis. Uma mulher síria como imperatriz romana: considerações sobre elementos do poder e da identidade cultural de Júlia Domna (século III EC). **Hélade** (Dossiê: Gênero no Mundo Antigo: Contribuições para um Debate), v. 4, n. 1, 2018, p. 32-55
<https://periodicos.uff.br/helade/article/view/13275>
- JUNQUEIRA, Nathália. Heródoto e as mulheres egípcias: a construção dos comportamentos femininos no segundo logos das Histórias. In: *Revista Do Grupo De Estudos E Pesquisas Sobre a Antiguidade Clássica E Suas Conexões Afro-asiáticas*, 3(1), 188–205. Disponível: <https://doi.org/10.31669/herodoto.v3i1.345>
-

Identificação		
1.1. Disciplina: Seminário de História Contemporânea		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos	
Teórica: 4 créditos	Exercícios:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum		
1.11. Ano /semestre: Não possui		
1.12. Ementa: a disciplina visa o estudo das principais transformações da história contemporânea a partir da Segunda Guerra Mundial até o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além de averiguar a constituição da sociedade contemporânea estudando as principais revoluções, guerras, conflitos e movimentos de independência ocorridas na segunda metade do século XX.		
1.13. Objetivos: - Oferecer ao aluno o acesso aos debates historiográficos e obras mais recentes a respeito da história contemporânea.		
1.14. Bibliografia básica: - BRANDALISE, Carla. <i>Europes des Patries: Histórico da extrema direita europeia</i> . Em. Cena Int. 7 (1), p. 50-82, 2005. Disponível em: https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIInternacional/2005/vol7/no1/3.pdf - BERTONHA, João. A questão da "Internacional Fascista" no mundo das relações internacionais: a extrema direita entresolidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. Em. Bras. Polít. Int. 43 (1), p. 99-118, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100005 - RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo em em perspectiva conosureña de largo plazo. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise . São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.311-348. Disponível em: http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/468		
1.15. Bibliografia complementar: - ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson - BOHOSLAVSKY, Ernesto. Las derechas em Argentina, Brasil y Chile (1945-1959): una propuesta comparativa. Revista de História Comparada , Rio de Janeiro, 4-2, p, 19-42, 2010. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813067 - FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. La formación de la 83ociedade civil neoliberal em América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ,		

Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional**: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.58-78. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/468>

- PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, jan/abr 2014, p.17-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/Y4pgLWDLShPDJ9QmKrzMb9y/abstract/?lang=pt>

- POWER, Margaret. De la campaña del terror a la marcha de las cacerolas vacías. In: POWER, Margaret. **La mujer de derecha**: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p.151-215. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-65335.html>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: O Livro Didático e seu Circuito: Produção, Circulação e Recepção	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Exercícios:	
Prática:	
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: Não possui	
1.12. Ementa: a disciplina dará ênfase aos estudos históricos desenvolvidos acerca dos livros didáticos, nas suas variadas dimensões - produção, circulação e recepção -. Sendo problematizado, em especial, o livro didático de História enquanto instrumento pedagógico, suporte curricular, veículo de um sistema de valores, e mercadoria editorial.	
1.13. Objetivos: - Compreender e problematiza o livro didático em seus diferentes aspectos: produção, circulação e usos.	
1.14. Bibliografia básica: - CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. Revista História da Educação , [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596 - CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa , São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrKGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/?format=pdf&lang=pt . - ROSA, FGMG. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In PORTO, CM. (org.). Difusão e cultura científica : alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-92. Disponível em: http://books.scielo.org	
1.15. Bibliografia complementar: - CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O manual escolar: uma falsa evidência histórica - The school textbook: a falsely obvious historic fact. Revista História da Educação , [S. l.], v. 13, n. 27, p. 9–75, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29026 - FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. In: Educação e Pesquisa , São Paulo, v.30, n.3, p. 531-545, set./dez. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/xHpd4pX4jxcQwSfFQXWdqcG/?format=pdf&lang=pt . - FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Vanderly Ferreira. O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil . Brasília, INEP Coordenadoria de Editoração e Divulgação, 1987. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001994.pdf . - MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. <i>Revista Brasileira de História da Educação</i> . V. 20, 2020, dossiê. p. 1-18. Disponível em :	

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/CV7vnC7HvkhQjBRj4YsK9Dc/?lang=pt>
- SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em:
http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Seminário de Estudos de Gênero e Relações de Poder	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Exercícios:	
Prática:	
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: Não possui	
1.12. Ementa: a disciplina busca estudar as relações de poder como elemento base das reflexões sobre o gênero, propondo o debate sobre os conceitos que se articulam com os estudos sobre a ideia de poder e gênero, tais como, identidade, poder, sexualidade, violência, cristianismo e medievalismo.	
1.13. Objetivos: - Estudar os conceitos de Poder e Gênero como elementos fundadores das sociedades humanas.	
1.14. Bibliografia básica: - FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber . Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. FOUCAULT, Michel. Disponível em: https://geffoucault.blogspot.com/p/livros-para-download.html . - FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder . Ed. Graal. Rio de Janeiro. 1988. Disponível em: https://geffoucault.blogspot.com/p/livros-para-download.html . - PERROT, Michelle. Os excluídos da história [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros. Seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. recurso digital. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5569693/mod_resource/content/1/PERROT%20Michelle.%20Os%20excluidos%20da%20hist%C3%B3ria.pdf .	
1.15. Bibliografia complementar: - GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais . Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5493296/mod_resource/content/1/ginzburg-mitos-emblemas-sinais1.pdf . - LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista . Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf . - PEDRO, Joana Maria. Um diálogo sobre mulheres e história: 1. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. Revista Estudos Feministas , v. 11, n. 2, julho-dezembro,	

2003, p. 509-512. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil.
Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38111209.pdf>.
- PERROT, Michelle. Ecos de uma história silenciosa das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 147-163, janeiro-abril/2008.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/ZQfG5qQzsM95BM9Fmn7HWqx/?format=pdf&lang=pt>.
- PRAUN, A. G. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011. Disponível em:
<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641>

1. Identificação		
1.1. Disciplina: História Indígena		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos	1.7. Caráter: () obrigatória (x) optativa
Teórica: 4 créditos	Exercícios:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum		
1.11. Ano /semestre: Não possui		
1.12. Ementa: a disciplina busca oferecer aos alunos, a partir de análise bibliográfica correspondente: Noções gerais de história indígena (tempo, fontes, métodos, etnicidade, indigenismo etc.); História indígena entre os campos da antropologia social, arqueologia e história; Debates e perspectivas pós-coloniais para a história dos povos indígenas; Institucionalização da história indígena e desafios na formação docente; Estudos de caso sobre a história dos povos indígenas no Brasil.		
1.13. Objetivos: - Propiciar aos alunos um maior conhecimento a respeito das produções acadêmicas clássicas e as mais recentes a respeito da História Indígena.		
1.14. Bibliografia básica: - OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf . - CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceito, método e relevância da pesquisa. História , São Paulo, 30 (1), 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/j9CyCym5St8xmR4pn9HtcvD/?format=pdf&lang=pt . - MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. Patrimônio e Memória , São Paulo, 10 (2): 5-16, 2014. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/463 .		
1.15. Bibliografia complementar: - CAVALCANTE, Thiago Leandro V. 2013. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/handle/11449/106620 . - OLIVEIRA, Jorge Eremites de. 2012. A História Indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Espaço Ameríndio , Porto Alegre, 6 (2): 178-218. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/31745 . - MIGNOLO, Walter. D. 2008. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF , Niterói, 34: 287-324. Disponível em: http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf . - JIMENES, A.; SILVEIRA, M. C. B. da. (2015). Domesticando a cidade: ser ticuna na Manaus contemporânea (1980-2014). História Oral , 18(1), 147–167. Disponível em:		

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/527>.

- RAMOS, André R. F. 2014. A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, 1 (1): 241- 265. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/populacao-indigena/artigos_teses_dissertacoes/artigo-7-andre-ramos.pdf.

- SANTOS, Carlos José F. dos (Casé Angatu). 2015. “Histórias e culturas indígenas” – alguns desafios no ensino e na aplicação da Lei 11.646/2008: de qual história e cultura estamos mesmo falando: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, 53: 170-209.

1. Identificação		
1.1. Componente Curricular: Manifestações Culturais, Educação e Memória		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável*: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável: Prof. Dr. Thiago Silva de Amorim Jesus		
1.5. Distribuição de carga horária semanal:	1.6. Número de créditos: 4	1.7. Caráter: () obrigatória (x) optativa
Teórica: 4 créditos Prática: 0	Exercícios: 0	
1.8. Currículo: (X) semestral () anual		
1.9. Carga horária total, em (h): 60h, em (h/a) 72 h/a		
1.10. Pré-requisito(s): -		
1.11. Ano /semestre: -		
1.12. Objetivo Geral		
Conhecer e registrar manifestações culturais das comunidades, atentando-se para a preservação da memória coletiva e a articulação de possibilidades de ensino na área de História junto à Educação Básica.		
1.13. Objetivo Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Estudar, registrar e divulgar manifestações culturais das comunidades vinculadas aos Polos de EAD atendidos pelo Curso de Licenciatura em História à Distância; - Estabelecer conexões teórico-práticas sobre tais manifestações, de modo que fomentem o campo da História em suas possibilidades de ensino; e - Conceber e produzir materiais didáticos no âmbito da Educação Básica, articulados com as manifestações culturais das comunidades. 		
1.14. Ementa:		
Estudos sobre as manifestações culturais das comunidades. Memória coletiva e seu ensino na área de História. Possibilidades educacionais e produção de materiais didáticos sobre manifestações culturais na Educação Básica.		
1.15. Programa		
Fundamentação sobre Memória e Cultura Mapeamento de manifestações culturais das comunidades Possibilidades educacionais para o ensino na área de História Materiais didáticos voltados à Educação Básica		
1.16. Bibliografia Básica		
<p>BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. Disponível em: < https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf df ></p> <p>CATENACCI, Vivian. CULTURA POPULAR: entre a tradição e a transformação. Disponível</p>		

em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/VNzdi3bndNsGT3mHhwg5krk/?lang=pt>>
LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 535-553. Disponível em: < <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> >
VILLAS BÔAS, Lúcia. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cp/a/N48GkzwvckTVBYC64M6Bcx/?format=pdf&lang=pt> > DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143290>

1.17. Bibliografia complementar

ANGROSINO, Michael. Etnografia e Observação Participante. São Paulo: Bookman Artmed, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter, O Que É História Cultural? Zahar, 2005.

MANZKE, Sabrina; ROCHA, Beliza; JESUS, Thiago. Folclore de Margem: um olhar sobre as manifestações populares do Rio Grande do Sul e sua (in)visibilidade. Disponível em: <<http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/viewFile/504/743>>

MENESES, U. A história, cativa da memória? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, pp. 9-24, 1992. Disponível em : < http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/estagio_arquivo_2012_artigo_rieb3401_1348517923.pdf >

NÉIA, Vitor Hugo Silva. O folclore e a escrita da História: a cultura popular como fonte. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/download/8648158/16645/30951> >

PINSKY, Carla B. (Org). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.p. 81-110.

RICOUER, Paul. A memória, história e esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Beliza; MANZKE, Sabrina; JESUS, Thiago. Folgedos no Rio Grande do Sul: estudos iniciais sobre folclore de margem. Disponível: <<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/47193/25744>>

ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. Disponível em: < <https://biblat.unam.mx/hevila/Mediacoessrevistadecienciassociais/2009/vol14/no1/10.pdf> >

1. Identificação		
1.1. Componente Curricular: História, Folclore e Culturas Populares		
1.2. Unidade: Instituto de Ciências Humanas		
1.3. Responsável*: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável: Prof. Dr. Thiago Silva de Amorim Jesus		
1.5. Distribuição de carga horária semanal:	1.6. Número de créditos: 4	1.7. Caráter: () obrigatória (x) optativa
Teórica: 4 créditos Prática: 0	Exercícios: 0	
1.8. Currículo: (X) semestral () anual		
1.9. Carga horária total, em (h): 60h, em (h/a) 72 h/a		
1.10. Pré-requisito(s): -		
1.11. Ano /semestre: -		
1.12. Objetivo Geral		
Iniciação aos estudos em folclore e cultura popular: seus aspectos históricos, conceituais e educacionais. Possibilidades de abordagem de folclore e culturas populares para Pesquisa e Ensino de História.		
1.13. Objetivo Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer manifestações folclóricas e suas possibilidades de diálogo com a Educação Básica na área de História; - Fomentar estudo e prática de atividades folclóricas como lendas, danças, contos, mitos, brincadeiras, jogos, parlendas, entre outras; e - Propor experiências teórico-práticas em folclore e culturas populares para seu desenvolvimento na escola e na comunidade. 		
1.14. Ementa:		
Contextualização histórica do Folclore e Cultura Popular. Elementos e características das manifestações folclóricas e populares. Possibilidades de ensino do Folclore no campo da História. Estudo das atividades folclóricas das comunidades, voltadas aos espaços formais e não formais de ensino.		
1.15. Programa		
<p>Iniciação aos estudos em folclore e cultura popular</p> <p>Fato folclórico: características e elementos</p> <p>Estudo e prática de atividades folclóricas e populares como lendas, danças, contos, mitos, brincadeiras, jogos, parlendas, entre outras</p> <p>Ensino do Folclore e das Culturas Populares no campo da História</p> <p>Atividades folclóricas e populares para espaços formais e não formais de ensino: relação com as comunidades</p>		
1.16. Bibliografia Básica		
CATENACCI, Vivian. CULTURA POPULAR: entre a tradição e a transformação. Disponível		

em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/VNzdj3bndNsGT3mHhwg5krk/?lang=pt>>
NÉIA, Vitor Hugo Silva. O folclore e a escrita da História: a cultura popular como fonte.
Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/download/8648158/16645/30951>>
ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. Disponível em:
<<https://biblat.unam.mx/hevila/Mediacoesrevistadecienciassociais/2009/vol14/no1/10.pdf>>

1.17. Bibliografia complementar

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é folclore. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
CORTÊS, Gustavo. Dança, Brasil!: festas e danças populares. Belo Horizonte: Leitura, 2000.
JESUS, Thiago; SOUZA, Marco; MACARA, Ana. (org.) Saberes-Fazeres em Danças Populares. Disponível em: <<https://portalanda.org.br/publicacoes/>>
MANZKE, Sabrina; ROCHA, Beliza; JESUS, Thiago. Folclore de Margem: um olhar sobre as manifestações populares do Rio Grande do Sul e sua (in)visibilidade. Disponível em: <<http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/viewFile/504/743>>
ROCHA, Beliza; MANZKE, Sabrina; JESUS, Thiago. Folguedos no Rio Grande do Sul: estudos iniciais sobre folclore de margem. Disponível: <<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/47193/25744>>
TATIT, Ana; LOUREIRO, Maristela. Festas e danças brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

4.9. Formação complementar (estudos integradores)

As atividades complementares deverão ser realizadas ao longo de todo o curso e incluem estudos e práticas independentes e presenciais e/ou à distância, inclusive disciplinas cursadas opcionalmente e que excedam a carga horária exigida para conteúdos curriculares optativos. Serão reconhecidos: monitorias, programas de iniciação à docência, programas de iniciação científica, programas de extensão, programas de tutoria, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins, participação em eventos de caráter acadêmico-científicos-culturais (congressos, simpósios, jornadas, etc), participação em grupos de pesquisa e grupos de estudo, publicações, etc, devidamente certificados. Preferencialmente, a carga horária destas atividades deverá ser distribuída entre ensino, pesquisa e extensão de forma eqüitativa (respeitando-se 1/3 da carga horária para cada uma delas). São atividades complementares, ainda, viagens e visitas de estudos, de forma coletiva, a sítios históricos e instituições de interesse para o ensino e a pesquisa, como museus, arquivos, centros de documentação e instituições de ensino, etc. Atividades desenvolvidas e disciplinas cursadas em outras instituições, quando não computadas em outro componente curricular, também serão consideradas como atividades complementares.

O limite de carga horária a ser creditada por cada tipo de atividade é o constante da seguinte tabela:

Estudos Integradores: Atividades e Carga Horária

	Atividades	Carga horária máxima por atividades
Ensino	Bolsas, Monitoria ou equivalente	20 horas
	Cursos de língua estrangeira	40 horas
	Disciplinas opcionais (optativas)	60 horas
	Participação voluntária em Projetos de Ensino	40 horas
	Participação em Grupos de Estudo	20 horas
	Participação como ouvinte em eventos (Seminários, Simpósios, Congressos, etc.)	60 horas
	Participação na Semana Acadêmica do Curso	60 horas
Pesquisa	Participação voluntária em Projetos de Pesquisa	40 horas
	Apresentação de trabalhos, oficinas, comunicações, seminários, etc. (20 horas cada um)	20 horas
	Resumos publicados em Anais	20 horas
	Publicação de trabalho completo, individual ou em co-autoria	40 horas
	Viagens e visitas de estudos	20 horas
	Participação como ouvinte em eventos (Seminários, Simpósios, Congressos, etc.)	60 horas
Extensão		

	Participação voluntária em Projetos de Extensão	90 horas
	Resumos publicados em Anais	20 horas
	Bolsas, Monitoria ou equivalente	20 horas
	Apresentação de trabalhos, oficinas, comunicações, seminários, etc. (20 horas cada um)	20 horas
	Participação como ouvinte em eventos (Seminários, Simpósios, Congressos, etc.)	60 horas
	Publicação de trabalho completo, individual ou em co-autoria	40 horas
Representação Discente	Participação no Centro Acadêmico	20 horas
	Participação no colegiado do curso	20 horas

4.9.1. Dimensão pedagógica e formação de professores

Entende-se por dimensão pedagógica os conhecimentos e as atividades voltadas à constituição de conhecimentos sobre os objetos de ensino, constituindo-se em uma ação intencional que aproxima as discussões acadêmicas à realidade escolar e a outros espaços informais de exercício da docência. No Curso de Licenciatura em História, a dimensão pedagógica está articulada com os demais componentes curriculares, buscando oportunizar espaços de reflexão entre a teoria e a prática. Objetiva-se aproximar os temas, conceitos e abordagens desenvolvidas nas disciplinas específicas direcionadas ao estudo da história e da historiografia de reflexões voltadas à sua transposição didática e ao ensino de História na Educação Básica. Além disso, para um maior desenvolvimento de tais questões, também se busca aproximar o aluno de questões atuais, de sua vivência no mundo contemporâneo, compartilhando suas experiências coletivas do cotidiano, sua visão de mundo, tendo em vista que todos esses aspectos socioculturais também são fundamentais no processo de aprendizado.

Muitas disciplinas do curso estabelecem esse diálogo do aluno com suas experiências cotidianas e auxiliam a promover uma maior reflexão a respeito da docência e da sua formação enquanto professor de História. Contudo, algumas disciplinas contemplam essa dimensão pedagógica em sua totalidade. As disciplinas que contemplam a dimensão pedagógica em suas ementas são as seguintes: Fundamentos Sócio-históricos e Filosóficos da Educação (60h); Libras I (60h); Fundamentos Psicológicos da Educação (60h); Ensino de História (60h); Teoria Prática e Pedagógica (60h); Educação Brasileira: Organização e Política Públicas (60h); Educação para as relações étnico-raciais (60h); Educação Inclusiva: Pedagogia da diferença (60h); Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos (60); Seminário de Ensino de História Geral (60), Seminário de Ensino de História da África (30h) e História do

Brasil Contemporâneo (60h). Juntas elas somam 690 horas, atendendo a exigência de 1/5 da carga horária total do currículo em Dimensão Pedagógica.

Vale ressaltar que tais disciplinas, além de contemplarem, de forma mais específica, temáticas e discussões direcionadas ao campo escolar, do cotidiano dos alunos e suas relações com o Ensino de História, também oportunizam espaços para a abordagem de temas centrais nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (2015), tais como direitos humanos e educação ambiental. Na disciplina “Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos”, por exemplo, além de discussões sobre diferentes concepções acerca dos direitos humanos, serão tratados temas relacionados aos direitos educacionais de adolescentes e jovens (também abordados nas disciplinas de Estágio Supervisionado); liberdade e igualdade religiosa; diversidade de faixa geracional; relações de gênero e diversidade sexual, em uma perspectiva interdisciplinar. No que se refere à Educação Ambiental, sua abordagem está presente em diferentes etapas da formação, seja nos estágios supervisionados - especialmente no que se refere à sua vinculação com a observação e as vivências no espaço escolar – seja nas Oficinas Temáticas de Ensino de História, que procurarão vincular as suas propostas pedagógicas com as perspectivas da Educação Ambiental. A Educação Ambiental também é diretamente trabalhada na disciplina de Educação Patrimonial, conforme caracterização dessa disciplina. Cabe também destacar a disciplina “Educação para as relações étnico-raciais”, que permite a abordagem da história e da cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas - conforme estabelecem as leis 10.639/03 e 11.645/08 - e contribuem para a construção de uma educação antirracista. Neste sentido, ao priorizar a abordagem das temáticas acima citadas, evidencia-se que o Projeto Político Pedagógico do Curso de História dialoga com as dimensões políticas, éticas, estéticas e técnicas da educação, conforme orientam as DCNFP.

4.9.2. Caracterização curricular

1. Identificação		
1.1. Componente Curricular: Fundamentos de Educação a Distância (FEaD)		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável*: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de carga horária semanal:		1.6. Número de créditos: 4
Teórica: 4 créditos Prática: 0	Extensão: 0	1.8. Currículo: (X) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em (h): 90h, em (h/a) 108h/a		

1.10. Pré-requisito(s):
1.11. Ano /semestre: 1º semestre
1.12. Objetivo Geral Reconhecer a Educação a Distância como modalidade comprometida com a Educação de qualidade e estudar sua história e sistemas de financiamento e aprendizagem.
1.13. Objetivo Específicos Conhecer a história da Educação a Distância e do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Utilizar as ferramentas básicas do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Identificar o perfil do aluno da EaD. Identificar os diferentes sujeitos que atuam na EaD e definir as atribuições de cada um.
1.14. Ementa: História da Educação a Distância. A Universidade Aberta do Brasil (UAB): Histórico e concepções, administração e funcionamento. Ferramentas tecnológicas da plataforma Moodle. O aluno na EaD. Papeis dos sujeitos em EaD.
1.15. Programa História da Educação a Distância (EaD). Princípios e Fundamentos do EaD. A Universidade Aberta do Brasil (UAB): Histórico e concepções, administração e funcionamento. Ambientes Virtuais de Aprendizagem para o Ensino a Distância: Moodle e suas principais ferramentas Os sujeitos na EaD: os novos papeis do professor e do aluno. A motivação do aluno virtual. Orientação <i>online</i> e o processo de tutoria no Ensino a Distância.
1.16. Bibliografia Básica - HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. 126 p. Disponível em: https://uab.ufsc.br/portugues/files/2012/04/livro-introdu%c3%a7%c3%a3o-a-EAD.pdf . Acesso em: 23/10/2020. - HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Versão On-line ISSN 1809-4465. vol.25 no.95. Rio de Janeiro. abr./jun. 2017 Epub 27-Abr-2017. https://doi.org/10.1590/s0104-40362017002500777 . Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ensaio/2017nahead/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500777.pdf . Acesso em: 23/10/2020. - VIDAL, Eloísa Maia & MAIA, José Everardo Bessa. Introdução a EaD e informática básica. 2. ed. rev. – Fortaleza : EdUECE, 2015. 134 p. Disponível em: http://www.uece.br/computacaoead/index.php/downloads/doc_download/2106- . Acesso em: 23/10/2020.
1.17. Bibliografia complementar - CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. Instrumentalização para o ensino a distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 72p. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52801/000708635.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 23/10/2020. - _____; TURCHIELO, Luciana Boff. (Orgs.) Educação à Distância e tutoria: considerações pedagógicas e práticas. Porto Alegre: Evangraf: 2013. Série EAD. 148p. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109246/000917212.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 23/10/2020. - PEREIRA, Adriana Soares (et.al.). Metodologia da aprendizagem em EAD. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2017. e-book. ISBN 978-85-8341-185-7 . Disponível em:

https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/Metodologiaaprendizagem.pdf . Acesso em: 23/10/2020.

- PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko. (Orgs). Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível em:

https://www.ead.unb.br/arquivos/livros/ead_reflexoes_critica_praticas.pdf . Acesso em: 23/10/2020.

- SOTO, Ucy; MAYRINK, Mônica Ferreira; GREGOLIN, Isadora Valencise, (Orgs.).

Linguagem, educação e virtualidade [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 249 p. ISBN 978-85- 7983-017-4. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/px29p/pdf/soto-9788579830174.pdf> . Acesso em: 23/10/2020.

1. Identificação		
1.1. Disciplina: Pré-História		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável*: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de carga horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos: 04 créditos	1.7. Caráter: (x) obrigatória () optativa
Teórica: 4 créditos	Extensão:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total, em (h): 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum		
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 1º semestre		
1.12. Ementa: a disciplina propõe a investigação do processo de formação das sociedades humanas de sua origem até a constituição das primeiras cidades no mundo.		
1.13. Objetivos: Apresentar uma caracterização geral da Pré-História no mundo desde o processo de hominização até a constituição das primeiras cidades. Reconhecer as formas de estudo e datação relativa e absoluta utilizadas pela arqueologia e pré-história. Conhecer os processos geoclimáticos que estão relacionados aos processos físicos da hominização e formação das culturas. Discutir a formação física do ser humano de sua origem ao humano atual. Investigar a formação e dispersão da cultura. Reconhecer e entender os vários períodos de desenvolvimento cultural do humano.		
1.14. Bibliografia básica: - BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. Estud. av. [online]. 2015, vol.29, n.83 [cited 2020-10-18], pp.119-147. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100119&lng=en&nrm=iso - HARARI, Yuval Noah. Sapiens : uma breve história da humanidade. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4899892/mod_resource/content/2/Sapiens%20Uma%20Breve%20Hist%C3%B3ria - NEVES, W.A. (org) Dossiê Surgimento do Homem na América. Revista USP , 34. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1886- - MORAES, Claide P. (org.). Dossiê Cenários e processos das primeiras ocupações humanas no Brasil: o papel da pesquisa arqueológica. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi . Ciências Humanas [online], vol.14, n. 2, 2019. Disponível em: http://editora.museu-goeldi.br/humanas/edicao/Humanas_V14N2_baixa.pdf		

1.15. Bibliografia complementar:

- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. **Arqueologia, ontologia, epistemologia**: quando a teoria encontra a matéria. 2017. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/71/tde-04022020-201608/publico//Araujo2017LD.pdf>
- BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'?. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** [online]. 2019, vol.14, n.2 [cited 2020-10-18], pp.477-496. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222019000200477&lng=en&nrm=iso
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, jan.- abr. 2011, p. 11-23. . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>
- PEREIRA, Thiago. Panorama da arte rupestre brasileira: o debate interdisciplinar. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 16, Jul.-Dez, 2011, p. 21-38. . Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista16.htm>
- VIALOU, Águeda Vilhena; VIALOU, Denis. Manifestações simbólicas em Santa Elina, Mato Grosso, Brasil: representações rupestres, objetos e adornos desde o pleistoceno ao holoceno recente. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 343-365, maio/ago. 2019. . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222019000200343&lng=en&nrm=iso.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Língua Brasileira de Sinais I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3 Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) regente:	
1.5 Distribuição da carga horária semanal: 4 h/a Teórica: 4 créditos Prática:	1.6 Número de créditos: 4 créditos
Extensão:	1.8 Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em (h): 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10 Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 1º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina propõe o estudo dos fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais, o desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários e a introdução aos Estudos Surdos.	
1.13. Objetivos: Instrumentar os alunos para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas; Favorecer a inclusão das pessoas surdas no contexto escolar; Expandir o uso de Libras legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil.	
1.14. Bibliografia básica: - LIBRAS. 2. Porto Alegre SER - SAGAH 2019 1 recurso online ISBN 9788595027305. . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/pageid/0 - Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais . Porto Alegre Penso 2019 1 recurso online ISBN 9788584291687. . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291687/epubcfi/6/6%5B%3Bvnd.vs.t.idref%3DFolha_Rosto.xhtml!%5D!/4%5BCRUZ_Completo%5D/4%400:0 - BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos ideologias e práticas pedagógicas . 3. São Paulo Autêntica 2007 1 recurso online ISBN 9788582179314. . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179314/pageid/0	
1.15. Bibliografia complementar: - QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos a aquisição da linguagem . Porto Alegre ArtMed 2001 1 recurso online ISBN 9788536316581. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536316581/pageid/0 - LOPES, Maura Corcini. Surdez & educação . São Paulo Autêntica 2007 1 recurso online ISBN 9788582179932. . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179932/pageid/0 . - Felipe, Tanya. O discurso verbo-visual na língua brasileira de sinais-Libras. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso , São Paulo, vol. 8, no. 2, p. 67-89, Jul./Dez. 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1135 - GÓES, Alexandre M. e tal. Língua Brasileira de Sinais - Libras: uma introdução . São Carlos: UFSCar, 2011. Disponível em: http://audiovisual.uab.ufscar.br/impresso/2016/PE/Pe_libras.pdf?fbclid=IwAR0HDAqtx8K1LZqpEEFc8Y7tBGzhL7ZFMdihEk-1Fq0DY2ISFVGZBqMBm8 - Libras e Arte: manifestações verbovisuais de artefatos culturais da comunidade surda. Revista Espaço . Periódico Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Rio de	

Janeiro, Dossiê 54. Jul-Dez. 2020. Disponível em:
<https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/issue/view/41/showToc>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da Antiguidade Oriental	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de carga horária semanal em (h/a): 2 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 2 créditos
Teórica: 2 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 30 horas/relógio e 36 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 1º semestre	
1.12. Ementa: a Disciplina propõe o estudo da geografia e cronologia do Oriente Próximo antigo, com destaque ao Vale do Nilo (Egito) e Vale do Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), e suas interfaces com os povos vizinhos, entre o final do quarto milênio AEC e o início do primeiro milênio EC.; aspectos político-jurídicos e socioeconômicos do Egito em profundidade e da Mesopotâmia em perspectiva panorâmica (destaque ao direito babilônico); aspectos culturais, religiosos, funerários e imaginários e a recepção da Antiguidade oriental na posteridade e mundo contemporâneo.	
1.13. Objetivos: Compreender o processo de formação das primeiras civilizações (baseadas no trabalho hidráulico, na organização do Estado teocrático centralizado e no uso da escrita), na região do Crescente Fértil (também denominado Oriente Próximo). Compreender o quadro geral de desenvolvimento das diversas culturas da região do Oriente Próximo, entre o IV e o I Milênio a.C. Aprofundar-se no estudo da história do Egito e da Mesopotâmia antigos. Abordar uma pluralidade de aspectos destas culturas, com ênfase na organização do Estado, nos trabalhos hidráulicos, na organização social, na arte, nos mitos e religiosidade, nos cultos funerários, no direito e na literatura.	
1.14. Bibliografia básica: - BARBOSA, Michele Tupich. Do antigo Oriente Próximo a Roma : uma abordagem da antiguidade Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/905 . Acesso em: 12 Out. 2020. - CARDOSO, Ciro Flamarion. A economia e as concepções econômicas no Egito faraônico : síntese de alguns debates. História Econômica & História de Empresas. V.6, n.1, 2003, p. 151-178. Disponível em: https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/157 . Acesso em 14 Out. 2020. - COELHO, Liliane Cristina; SANTOS, Moacyr Elias. A Escrita da História do Antigo Egito. NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade 2014, Ano VII, Número I, p. 260- 284. Disponível em: http://www.neauerj.com/Nearco/arquivos/numero13/16.pdf . Acesso em: 18 Out. 2020 - DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. O Egito antigo . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1460 .	

Acesso em 15 Out. 2020.

- POZZER, Katia Maria Paim. Do prazer e da dor em estudar a Antiguidade Oriental: uma reflexão sobre o uso de fontes. **Romanitas** – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 8, p. 18-34, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/issue/view/738>. Acesso em 10 Out.2020.

1.15. Bibliografia complementar:

- BARBOSA, Michele Tupich. **Do antigo Oriente Próximo a Roma**: uma abordagem da antiguidade Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/905>. Acesso em: 12 Out. 2020.
- BELTRÃO, Claudia; DAVIDSON, Jorge. **História antiga**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/5916>. Acesso em 18 Out. 2020.
- CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). **A Tradição Clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/3302408/A_Tradi%C3%A7%C3%A3o_Cl%C3%A1ssica_e_o_Brasil. Acesso em: 17 Out. 2020.
- LEAL, Tito Barros; LIMA, Francisco Wellington Rodrigues. A Morte, os Mortos, o Julgamento e a Salvação no Egito Antigo. **REVISTA M**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 114-128, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8189/7054>. Acesso em: 17 Out. 2020.
- PAULA, Eurípedes Simões de. Hamurabi e o seu Código. **Revista de História**. V. 27, n. 56, 1963, p. 257-270. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/9170>. Acesso em 14 Out. 2020.
- POZZER, Katia Maria Paim. Cidades Mesopotâmicas: história e representações – o mundo urbano, espaço profano e sagrado. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 17, julho de 2003, p. 61-73. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/615/showToc>. Acesso em: 16 Out. 2020.
- _____. Medir o Tempo: um saber Mesopotâmico. NEARCO- Revista Eletrônica de Antiguidade. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2013, Vol. 6, N. 1, p. 13-24. Disponível em: <http://neauerj.com/Nearco/arquivos/numero11/2.pdf>. Acesso em: 15 Out.2020.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Ensino de História	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica:	Extensão
Prática: 4 créditos	
1.8. Currículo: (x) semestral () anual	
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 1º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina visa o ensino escolar de História, em seus aspectos didático-pedagógicos, políticos, legais e curriculares, as funções sociais atribuídas à História e a seu ensino, as finalidades do ensino de História e os usos do passado, as formas de aquisição e construção de conhecimentos históricos e controle social, a produção e a utilização de materiais didáticos para essa disciplina, os aspectos históricos acerca da escolarização da História, além de outros aspectos e temas relativos ao ensino-aprendizagem da História.	
1.13. Objetivos: Desenvolver no aluno competência didático-pedagógica para o ensino escolar de História. Permitir ao aluno perceber as especificidades dos conhecimentos históricos como objeto de ensino-aprendizagem escolar. Colocar os alunos em contato com a produção intelectual pertinente ao campo da Educação, especialmente no que respeita ao ensino escolar de História. Possibilitar ao aluno o desenvolvimento de uma compreensão acerca das funções sociais atribuídas ao ensino escolar de História, a partir do exame de aspectos didático-pedagógicos, políticos, legais e curriculares pertinentes a esse ensino.	
1.14. Bibliografia básica: - FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História & ensino de história . São Paulo: Autêntica, 2007. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172124/cfi/4!/4/4@0.00:68.0 - OLIVEIRA, Regina Soares de. História . A reflexão e a prática no ensino. São Paulo: Blucher, 2012. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521206750/cfi/4!/4/4@0.00:39.1 - PORTES, Écio Antônio. História da educação : ensino e pesquisa. São Paulo: Autêntica, 2007. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179437/cfi/0!/4/4@0.00:10.2	
1.15. Bibliografia complementar: - BARRETO, Flavio Chame. Educação escolar : evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. São Paulo: Érica, 2014. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel:	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522227/cfi/2!/4/4@0.00:0.00>
 - BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010. Recurso online. Disponível no Repositório Digital da UFRGS: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163894/000757416.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
 - FONSECA, Thais. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179444/cfi/4!/4/4@0.00:33>
 - GOMES, Carla Renata. **Metodologia do ensino de história**. Porto Alegre: SAGAH, 2016. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020016/cfi/1!/4/4@0.00:56.8>
 SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498390>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Fundamentos para o Estudo da História	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 2 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 2 créditos
Teórica: 2 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 30 horas/relógio e 36 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 1º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina propõe a reflexão sobre fundamentos cognoscitivos da disciplina de História	
1.13. Objetivos: Introduzir o aluno na disciplina histórica, por meio de um panorama do desenvolvimento do conhecimento acadêmico; Debater a natureza do conhecimento histórico e seus usos sociais e políticos; Debater os efeitos da formação acadêmica na conformação do mercado de trabalho.	

1.14. Bibliografia básica:

- de Andrade, E. P. (2021). História pública e ensino de história: convergências entre a escrita da história e o ensino em contexto. *Estudos Ibero-Americanos*, 47(2), e40294. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.2.40294>
- REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. São Paulo Autêntica 2019 1 recurso online ISBN 9788551305089. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5036061&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTUxMzA1MDg5&label=acesso%20restrito
- SAMARA, Eni de Mesquita. **História & documento e metodologia de pesquisa**. São Paulo Autêntica 2007 1 recurso online ISBN 9788582172223. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5029214&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTk1MDI4NzA4&label=acesso%20restrito
https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5017292&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTgyMTcyMjIz&label=acesso%20restrito

1.15. Bibliografia complementar:

- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro Zahar 2005 1 recurso online ISBN 9788537808696. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5019906&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTM3ODA4Njk2&label=acesso%20restrito
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX** o caso Varnhagen. São Paulo Autêntica 2018 1 recurso online (História e historiografia). ISBN 9788551303467. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5034433&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTUxMzAzNDY3&label=acesso%20restrito
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & ensino de história**. 3. São Paulo Autêntica 2007 1 recurso online ISBN 9788582172124. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5017293&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTgyMTcyMTI0&label=acesso%20restrito
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. São Paulo Autêntica 2009 1 recurso online (História e historiografia). ISBN 9788551306116. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5035339&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTUxMzA2MTE2&label=acesso%20restrito
- **TEORIA da história e historiografia**. Porto Alegre SAGAH 2019 1 recurso online ISBN 9788533500594. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5269239&acesso=aHR0cHM6Ly9pbmRIZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTMzNTAwNTk0&label=acesso%20restrito

1. Identificação		
1.1. Disciplina: Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a		1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum		
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 2º semestre		
1.12. Ementa: Tem como objetivo os pressupostos metodológicos, filosóficos, antropológicos, econômicos, políticos-institucionais e sociológicos de forma "interdisciplinar", centrando-os na perspectiva de possibilitar aos alunos aquisição educacional em geral e, particularmente, a escola e suas relações constitutivas mais imediatas. Espera-se que os alunos desenvolvam maior capacidade de agir no meio em que vivem com perspectiva histórica mais elaborada.		
1.13. Objetivos: Possibilitar aos alunos a aquisição progressiva de sensibilidade e competência para interpretar a Educação em geral e a escola em particular, através do estudo das categorias/conceitos e fundamentos histórico, sociológicos e filosóficos da educação.		
1.14. Bibliografia básica: - FREIRE, PAULO. Pedagogia do oprimido . 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Audiobook disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/2928 - GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 8, Ed.2011. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2787 - SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. Educação e Pesquisa , São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/rhVxLn4XhLWjYJKXB7grswG/?format=pdf&lang=pt		
1.15. Bibliografia complementar: - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação . Coleção Primeiros Passos, nº 20. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf - CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia . SP. Ática, 1999. Disponível em: Convite à Filosofia (usp.br) https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/533894/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf - PINZANI, A. Teoria Crítica e Justiça Social . Civitas. Porto Alegre, v.2, n.1, p. 88-106,		

jam.-abr 2012. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11149/7649>

- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências, Vitória da Conquista, v. 3, p. 11-36, 2014

. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2415103&forceview=1>

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225433/mod_resource/content/1/Saviani_Pedagogia%20historico%20cr%C3%ADtico%20rev%20binac%20bra%20argent%202014.pdf

- SEVERINO, Antonio J. Metodologia de trabalho científico. 21 ed. SP: Cortez, 2013.

Disponível em:

[https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia do Trabalho Cient%C3%ADfico - 1%C2%AA Edi%C3%A7%C3%A3o -](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf)

[Antonio Joaquim Severino - 2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf)

1. Identificação		
1.1. Disciplina: Oficina Temática de Ensino de História I		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em 6 (h/a)		1.6. Número de créditos (aulas semanais): 6
Teórica: Prática: 4 créditos	Extensão: 2 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em (h): 90 horas/relógio e 108 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Ensino de História		
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 2º semestre		
1.12. Ementa: a disciplina estuda as atividades práticas relacionadas ao ensino de História que permitam aos/às discentes elaborar propostas e ferramentas pedagógicas a serem desenvolvidas no contexto escolar e/ou em outros espaços educativos, a partir de projetos ou ações coordenados pelo/a docente responsável pela disciplina. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.		
1.13. Objetivos: Promover o aprendizado e um maior contato dos discentes com propostas práticas nas escolas e o uso de ferramentas pedagógicas a partir de ações coordenadas pelos docentes. Realizar práticas extensionistas nas comunidades que articulem os saberes propostos neste componente.		
1.14. Bibliografia básica: - BAUER, Caroline Silveira. Conteúdo e metodologia do ensino de história . Porto Alegre: SAGAH, 2018. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027602/cfi/0!/4/4@0.00:0.00 - HERMETO, Miriam. Canção popular brasileira e ensino de história , palavras, sons e tantos sentidos. São Paulo: Autêntica, 2012. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179529/cfi/0!/4/4@0.00:0.00 - PEREIRA, Nilton Mullet. Ensinando sobre o holocausto na escola: informações e propostas para professores dos ensinos fundamental e médio. Porto Alegre: Penso, 2014. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848879/cfi/1!/4/4@0.00:41.2		

1.15. Bibliografia complementar:

- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, câmera e história**: práticas de ensino com o cinema. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302989/cfi/0!/4/4@0.00:23.3>
- FORTUNA, Cláudia. **Fios de História e Memórias dos Africanos e Afro-descendentes no Brasil Moderno**. Por uma educação política dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2008. Recurso online. Disponível no Repositório Digital da UNICAMP:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251851/1/Fortuna_ClaudiaReginaAlvesPrado_D.pdf
- GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Recurso online. Disponível no Repositório Digital da UFRGS:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174705/001065511.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. São Paulo: Autêntica, 2015. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582174302/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>
- WITTMANN, Luisa. **Ensino (d)e história indígena**. São Paulo: Autêntica, 2015. Recurso online. Disponível no site da biblioteca da UFPel:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582174265/cfi/0!/4/2@100:0.00>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Teoria e Prática Pedagógica	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4
Teórica: 4 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Extensão:	
Prática:	
1.9. Carga horária total, 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano, 2º semestre	
1.12. Ementa: Compreensão dos sentidos e das representações sociais de escola. Profissão e identidade docente. Formação de professores. Teorias de currículo. Planejamento educacional e do ensino. Avaliação escolar. A sala de aula como espaço multicultural de experiências, conflitos e aprendizagens múltiplas.	
1.13. Objetivos: Discutir questões relativas à história da profissão docente; Analisar aspectos da identidade docente; Refletir sobre a questão: como nos tornamos professores/as; Caracterizar os processos de formação docente, os saberes e as competências necessárias ao exercício da docência e que são norteadores da prática pedagógica; Relacionar aspectos da história de vida com a prática escolar; Discutir as representações sociais e as imagens e autoimagens da/na profissão docente; Compreender os ciclos de vida profissional; Analisar alguns problemas próprios do trabalho e da ação docentes.	
1.14. Bibliografia básica: - LUCKESI, Cipriano. Avaliação da Aprendizagem Escolar . SP, Cortez, 10 ed. 1994. Disponível em: Minha Biblioteca. Número de chamada: 371.26 L941a 7.ed. (BM) (BCS) (BCP) Web: https://docplayer.com.br/77769386-Avaliacao-da-aprendizagem-escolar.html - MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. Web: https://interdisciplinarmackenzie.files.wordpress.com/2015/02/livro-ensino-as-abordagens-do-processo-mizukami.pdf - SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em: Minha Biblioteca. Número de chamada: 375 S586d 2.ed. (BCS). Web: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5735262/mod_resource/content/1/Livro%20-%20Silva%20%281999%29%20Curr%C3%ADculoDocumentos%20de%20Identidade.pdf	

1.15. Bibliografia complementar:

- GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. SP: Cortez, 17 ed. 2005. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Avalia%E7%E3o%20da%20aprendizagem%20Escolar_Cap%EDtulo%20II.pdf
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Papyrus, 2002. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1748940/mod_resource/content/1/PPP%20-%20VEIGA.pdf
- VERAS Medeiros, Marinalva; DE OLIVEIRA CABRAL, Carmen Lúcia. Formação docente: da teoria à prática, em uma abordagem sócio-histórica **Revista e-Curriculum**, vol. 1, núm. 2, junho, 2006, p. 0 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/766/76610205.pdf>.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: Alternativas em perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/luizvillalta%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/luizvillalta%20(4).pdf)

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Gênero, sexualidades e Direitos Humanos	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (X) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em (h) 60h - em (h/a) 72 h/a	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 2º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina propõe-se a apresentar e discutir temáticas relativas à direitos humanos, gênero e sexualidades, sua dimensão histórica e suas vinculações com o campo da educação.	
1.13. Objetivos Busca-se oportunizar espaços para a construção de práticas pedagógicas e materiais didáticos que permitam preparar os/as discentes para a abordagem de temáticas relativas aos direitos humanos, gênero e sexualidades em sala de aula na Educação Básica.	
1.14. Bibliografia básica: - FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. Cad. Cedex , Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a08v3081.pdf - LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. In: Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFggDFQyh5hj5RbPD/?format=pdf&lang=pt - SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação & Realidade . 20(2), 1995, p. 71-99. https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975	
1.15. Bibliografia complementar: - Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de insegurança . TOSI, Giuseppe e BITTAR, Eduardo C. B. (orgs.). Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2008. Disponível em: content/uploads/2015/11/DEMOCRACIA.DH_EPOCA_INSEGURAN%C3%87A.pdf - MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. Cadernos Pagu , (53), 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530002.pdf - PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. Introdução: História, História das mulheres, História de gênero. Produção e transmissão do conhecimento Histórico. Ex aequo , n. 30, Lisboa, 2014, p. 9-21. http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n30/n30a02.pdf - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos,	

Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>

- TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3) 1994, p. 29- 62. Disponível em:

[https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Tilly.pdf)

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da Antiguidade Ocidental	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 1º ano/ 2º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina trata a Geografia e cronologia da Antiguidade Grega e Romana, seus aspectos político-jurídicos e socioeconômicos e os aspectos culturais e imaginário.	
1.13. Objetivos: Compreender a singularidade do Mundo grego no processo histórico ocidental, com suas especificidades históricas na produção de aspectos políticos e culturais determinantes para o surgimento de um mundo sustentado sobre as bases humanistas, distinto das experiências históricas orientais que o precederam. Compreender o quadro geral de desenvolvimento das diversas fases do processo histórico grego (períodos creto-micênico, homérico, arcaico, clássico e helenístico). Compreender a particularidade da experiência grega, sustentando-se numa visão articulada dos fatores, de um lado, políticos, sociais e econômicos, e, de outro, os fatores culturais, imaginários e mentais. Compreender a particularidade da experiência grega não como uma experiência isolada no tempo e no espaço, mas entendendo seus liames cronológicos e geográficos com as culturas do Oriente Próximo que a precederam (no passado) e com as quais realizam trocas (na contemporaneidade). Desenvolver contato com as fontes primárias escritas, através do acesso aos textos clássicos, de forma integral ou parcial.	
1.14. Bibliografia básica: - BARBOSA, Michele Tupich. Do antigo Oriente Próximo a Roma : uma abordagem da antiguidade Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/905 . Acesso em: 12 Out. 2020. - BELTRÃO, Claudia; DAVIDSON, Jorge. História antiga . v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recursos/6813 . Acesso em: 18 Out. 2020. - CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). A Tradição Clássica e o Brasil . Brasília: Fortium, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/3302408/A_Tradi%C3%A7%C3%A3o_Cl%C3%A1ssica_e_o_Brasil . Acesso em: 17 Out. 2020. - GAIA, Deivid Valério. Questões para o estudo da Economia Antiga: notas para uma discussão. Mare Nostrum , São Paulo, v. 1, n. 1, p. 84-98, 2010. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/105761 . Acesso em: 14 Out. 2020.	

- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Ensaio sobre a História Antiga**. São Paulo: USP, 2014 (Tese Apresentada para o Concurso de Livre-Docência na Área de História Antiga). Disponível em: https://www.academia.edu/9890350/Ensaio_sobre_Hist%C3%B3ria_Antiga. Acesso em: 18 Out. 2020 .

1.15. Bibliografia complementar:

- ASSUMPTÃO, Luis Filipe Bantim de. AS Periodizações da Hélade – considerações acerca dos conceitos de Arcaico, Clássico e Helenístico. **NEARCO- Revista Eletrônica de Antiguidade**, Rio de Janeiro: UERJ/NEA, v. 6, n. 1, p. 94-115, 2013. Disponível em: <http://www.neauerj.com/Nearco/arquivos/numero11/7.pdf>. Acesso em: 16 Out.2020.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. A Iconografia dos Vasos Gregos Antigos como Fonte Histórica. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, p. 1-7, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12079>. Acesso em: 13 Out. 2020.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. **POLITÉIA. Hist. e Soc., Vitória da Conquista**, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/issue/view/297>. Acesso em: 18 Out. 2020.
- MACEDO, José Rivair. Um outro olhar para a Antiguidade: a contribuição de Moses Finley. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 99-109, Junho de 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6148>. Acesso em: 17 Out. 2020.
- MAGALHÃES, Luiz Otpavio de; RIBEIRO, Márcia Cristina Lacerda. A Democracia ateniense e a Teatralização da Política. **POLITÉIA. Hist. e Soc., Vitória da Conquista**. v.1, n. 1, p. 11-27, 2001. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3963/3263>. Acesso em: 12 Out. 2020.
- MAUAD, Ana Maria; CAVALCANTE, Paulo. **História e Documento**. v. 1 . Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/5920>. Acesso em: 18 Out. 2020.
- ROSA, Cláudia Beltrão da. O Problema da Periodização da “República Romana”: algumas observações a partir do estudo da Religião Romana. **NEARCO- Revista Eletrônica de Antiguidade**, Rio de Janeiro: UERJ/NEA, v.6, n. 1, p. 116-137, 2013. Disponível em: <http://www.neauerj.com/Nearco/arquivos/numero11/8.pdf>. Acesso em: 18 Out. 2020.
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, nº 84, p. 43-66, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882020000200043&tlnq=pt. Acesso em: 18 Out. 2020.
- ZANON, Camila Aline. Homero: qual cultura? Que sociedade? **Romanitas Revista de Estudos Grecolatinos**, Vitória, n. 2, p. 174-196, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/7416>. Acesso em: 18 Out. 2020.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da Idade Média	
1.2. Unidade: Instituto de Ciências Humanas	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 3º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina pretende apresentar os grandes temas que dizem respeito à formação da Europa Medieval. Fornecendo ao aluno as principais discussões e linhas teóricas que tem norteado os estudos medievais. Busca-se ainda, através da análise e interpretação do contexto histórico, de transição da antiguidade ao medievo, observar as principais contradições do período, bem como, estudar as transformações nas estruturas culturais, sociais, políticas e econômicas entre os séculos V e XV, formadoras do mundo moderno.	
1.13. Objetivos: Analisar a gênese e desagregação do feudalismo europeu através da contextualização das transformações nas estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas entre o século V e XV. Distinguir as características da economia dominial agrícola e da artesanal urbana e as implicações nas estruturas sociais, culturais e políticas da Idade Média. Explicar os elementos constitutivos da revitalização da sociedade cristã ocidental, a partir do século X, e as contradições destes com a ordem feudal estabelecida. Caracterizar a ação, influência e contradições da Igreja na Idade Média Compreender a dinâmica política do período através da reestruturação dos poderes públicos e da centralização monárquica.	
1.14. Bibliografia básica: - ANGOLD, Michael. Bizâncio : a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Tradução de Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p.68-86. Disponível em: https://www.academia.edu/42380047/ANGOLD Michael Bizâncio A ponte da Antiguidade para a Idade Média?auto=download - BOVO, Cláudia. El Tiempo en cuestión. Ubicar la Edad Media en la actualidad. Revista Chilena de Estudios Medievales , Chile, n. 11, p. 134-155, enero - junio 2017. Disponível em: https://revistas.ugm.cl/index.php/rcem/article/view/120 . Acesso em: 02 dez. 2021. - MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. A Antiguidade Tardia, a Queda do Império Romano e o debate sobre o “Fim do Mundo Antigo”. Rev. Hist. , São Paulo, no.173, p. 81-114, July/Dec. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rh/n173/2316-9141-rh-173-00081.pdf . Acesso 08 nov. 2021.	

- PEREIRA, Nilton M.; TEIXEIRA, Igor S. A Idade Média nos currículos escolares - as controvérsias nos debates sobre a BNCC. **Diálogos**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 16-29, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33538/pdf> Acessado em 02/03/2020. Acesso em: 05 dez. 2021.

1.15. Bibliografia complementar:

- HERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, Alfonso. Iconoclasmo e iconodulia entre Oriente y Occidente (siglos viii-ix). **Byzantion Nea Héllas**, Chile, n.30, p. 75-84, 2011. Disponível em: <https://byzantion.uchile.cl/index.php/RBNH/article/view/18225/19116>. Acesso em 18 jan. 2022.
- MARÍN-RIVEROS, José. Bizancio, cruzada y guerra santa. **Tiempo y Espacio**, Caracas, n. 11-12, p. 77-101, 2001. Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/TYE/article/download/1640/1586/>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- MARTÍNEZ-LACY, Ricardo. El feudalismo en Bizancio. Corrientes interpretativas modernas. **Nova Tellvs**, México, 29/2, p. 139-150, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/novatell/v29n2/v29n2a6.pdf>. Acesso em 30 nov. 2021.
- FIGUEIRA, Carlos; CARCALHO, João; PARENTE, Paulo; SANCOVSKY, Renata. **História Medieval – Vol.1**. RJ: CECIERJ, 2010. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/5924>
- FIGUEIRA, Carlos; CARCALHO, João; PARENTE, Paulo; SANCOVSKY, Renata. **História Medieval – Vol.2**. RJ: CECIERJ, 2011. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/6816>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Tecnologias para Informação e Comunicação	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em h/a: 6 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 6
Teórica: 4 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática: 2 créditos	
1.9. Carga horária total: 90 horas/relógio e 108 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 3º semestre	
<p>Ementa: A disciplina aborda temas de utilização de tecnologias de virtualização e formas alternativas de comunicação para a sala de aula de História, sem se importar com a data em que essas mídias ou tecnologias tenham sido desenvolvidas, desde que sirvam os diferentes propósitos e diferentes realidades internos de processos de ensino e aprendizagem. Portanto, os jogos, físicos ou não, as redes sociais, mensagem eletrônica, blogues, realidade aumentada, aula invertida, realidade virtual, recursos de planilha e edição de texto, apresentações multimídia, ambientes virtuais de aprendizagem, simuladores, entre outros, são discussões de interesse dessa disciplina. Boa parte dessa abordagem, inclusive para que os alunos possam compreender alguns conceitos-chave de virtualização das salas de aula e as duas pontas (docente-discente) desses procedimentos, depende da utilização de ferramentas próprias para isso, como os AVA e, para tal, o ensino a distância é inextricável. Quanto ao desenho da disciplina, a proposta é que:</p> <p>a) Os intermediários (das aulas a distância) serão integralmente constituídos de audiovisuais e programas interativos. Na proporção de 20% e 80% das atividades a distância, em média.</p> <p>b) As atividades presenciais serão organizadas ao longo do semestre de forma regular, na medida que se trata de um curso presencial.</p> <p>c) As atividades a distância serão avaliadas por questionários virtuais (<i>quizzes</i>), pela participação dos alunos nas atividades e em provas presenciais.</p> <p>d) Os audiovisuais serão todos gravados para que os alunos acessem a qualquer momento. As demais atividades podem ser feitas pelos alunos num largo espaço de tempo, permitindo que sejam contornados eventuais problemas de falta de energia, sinal, etc.</p>	

1.13. Objetivos

Preparar os discentes os diferentes usos de tecnologias de virtualização e formas alternativas de comunicação para o ensino e aprendizagem da História em sala de aula.

1.14. Bibliografia básica:

- BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. Disponível em:

<http://www.nuted.ufrgs.br/oa/arqueads/apoio/modelospedagogicos.pdf>

- BACCEGA, M. A. Meios de Comunicação na Escola. Comunicação & Educação, São Paulo, set/dez 2002. 7-15. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37451>

- McLUHAN, Marshall. **Os meios de Comunicação como Extensões do Homem**. 14 ed.

Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 2005. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/352425/mod_resource/content/1/MCLUHAN%2C%20Marshall%20-%20Os%20Meios%20de%20Comunicac%CC%A7a%CC%83o%20como%20Extens%CC%83es%20do%20Homem.pdf

1.15. Bibliografia complementar:

- Tecnologias educacionais / Organizado por Mônica Maria Siqueira Damasceno e Ricardo Damasceno de Oliveira. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/600539/2/COLETANEA%20TECNOLOGIAS%20EDUCACIONAIS.pdf>

- Silva, Juarez Bento Integração de Tecnologias na Educação: Práticas inovadoras na Educação Básica. Volume 3 / Juarez Bento Silva, Simone Meister Sommer Bilessimo, João Bosco Mota Alves. Araranguá/SC: Editora: Hard Tech Informática Ltda., 2019. 497 p.

Disponível em:

https://rexlabs.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/08/ebook_vol_3_final_.pdf

- VALENTE, José Armando (Org.). **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1993. Disponível em:

<https://www.nied.unicamp.br/biblioteca/computadores-e-conhecimento-repensando-educacao/>

- VELOSO, Renato. **Tecnologia da informação e comunicação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-71643/tecnologia-da-informacao--contribuicao-importante-para-o-exercicio-profissional>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Fundamentos Psicológicos da Educação	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aulas	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 3º semestre	
1.12. Ementa: Estudar aspectos psicológicos, cognitivos, afetivos e sociais, disponibilizando subsídios para problematizar, entender e intervir nos processos educacionais relativos à prática profissional docente.	
<p>1.13. Objetivos:</p> <p>Geral: Capacitar o aluno a compreender os conhecimentos da Psicologia da Educação na prática educativa.</p> <p>Específicos: -Reconhecer a Psicologia da Educação como ciência, a partir dos seus objetos, campos, métodos de estudo e das suas principais teorias sobre o desenvolvimento e a aprendizagem. Compreender as diferentes fases do desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo, relacionando-as a situações de aprendizagem. Identificar os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem nas diferentes abordagens teóricas da Psicologia da Educação e suas implicações à prática educativa. Fundamentar e compreender diferentes linhagens epistemológicas (empirista, apriorista e interacionista) e práticas pedagógicas (diretiva, não-diretiva e relacional) subjacentes a práticas educativas e a correntes teóricas da Psicologia. Caracterizar os papéis do professor em seu relacionamento com o aluno. Problematizar questões psicossociais e contemporâneas que atravessam a prática docente, tais como: diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, bullying, inclusão, entre outros temas emergentes. Desenvolver as habilidades de análise, síntese, elaboração pessoal e aplicação dos assuntos da psicologia de educação nas situações de aprendizagem.</p>	

Bibliografia básica:

- CHIARO, Sylvia; MONTEIRO, Carlos Eduardo. Bases epistemológicas das relações entre Psicologia e Educação. In: CHIARO, Sylvia; MONTEIRO, Carlos Eduardo (orgs).

Fundamentos psicológicos do ensino e da aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.10-18. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/402>

- DAVIDOFF, Linda. Introdução à psicologia. Makron. Books. São Paulo. 2001. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4239221/mod_resource/content/1/C%C3%B3pia%20de%20Davidoff_Cap1.pdf

- NUNES, Ana Ignes; SILVEIRA, Rosemary. **Psicologia da aprendizagem:** processos, teorias e contextos. Fortaleza: Ed UECE, 2015. Recurso online. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431616/2/Livro_Psicologia%20da%20Aprendizagem.pdf

Bibliografia complementar:

- DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia da educação.** São Paulo: Cortez, 2010. Recurso online. Disponível em: [https://pensando-em-educacao.webnode.com/files/200000068-](https://pensando-em-educacao.webnode.com/files/200000068-c6b80c7b43/Livro%20Psicologia%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Claudia%20Davis.pdf)

[c6b80c7b43/Livro%20Psicologia%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Claudia%20Davis.pdf](https://pensando-em-educacao.webnode.com/files/200000068-c6b80c7b43/Livro%20Psicologia%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Claudia%20Davis.pdf)

- DIAS, Maria Sara de Lima (Org.). **Lev Vygotsky:** teoria e prática da perspectiva histórico-cultural. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Recurso Online. Disponível em:

<https://www.editorafi.org/252lev>.

- MEDEIROS, Blenda; LIMA, Cárita; ARAÚJO, Thiago. Para uma história das contribuições teóricas da psicologia ao campo da educação escolar brasileira. **Revista Educare**, João Pessoa, PB, v. 4, n. 2, p. 1-19, ago./dez. 2020. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.

- NEVES, Rita; DAMIANI, Magda. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. **UNirevista** - Vol. 1, n° 2: (abril 2006). Recurso Online. Disponível em:

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3453/Vygotsky%20e%20as%20teorias%20da%20aprendizagem.pdf?sequence=1>

WUNDT, Wilhelm. Esboços de psicologia: introdução. *Psicologia em Estudo*. 18 (2) • junho de 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/yQycZDfc8W9VwDS9KzPMKmN/?lang=pt>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Teorias da História I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Fundamentos da História	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 3º Semestre	
1.12. Ementa: A disciplina trata do desenvolvimento do saber histórico no longo século XIX	
1.13. Objetivos: Dar a conhecer os padrões historiográficos constituídos ao longo do século XIX; Verificar o uso (ou não) desses padrões no Brasil	
1.13. Bibliografia básica: - CALDAS, Pedro. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática. Revista de Teoria da História . Goiânia, v. 3, n. 1, p. 6–19, 2014. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28628 . - LEVI, Giovanni. O Trabalho do Historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo , 2014, p.1-20. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606 - SCHMITD, Benito. O Historiador entre o ofício e a profissão: desafios contemporâneos. Revista História Hoje , 2013. Disponível em: https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/67	
1.14. Bibliografia complementar: - BARROS, José D'Assunção. Koselleck, a História dos Conceitos e as temporalidades. Araucaria . Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 18, núm. 35, enero-junio, 2016, pp. 41-53. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/282/28245351003.pdf - CEZAR, Temistocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, n.4, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1983-201X.6159 . - MAUAD, Ana; GRINBERG, Lucia; CALDAS, Pedro. Teoria da História - Vol.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recursos/5929/metadados - NARCIZO, Makchwell. A História e a escrita da História: Uma análise sobre o papel que a narrativa exerceu no debate sobre o conhecimento histórico. Revista de Teoria da História . Goiânia, v. 1, n. 1, p. 32–42, 2014. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28450 . - REIS, José Carlos. Lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. Revista de Teoria da	

História. Goiânia, v. 6, n. 2, p. 4–26, 2014. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Antropologia	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 2 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:	
Extensão: 2 créditos	
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 3º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina visa o estudo das condições de emergência do saber antropológico e do modo como ele foi formalizado como campo disciplinar, definindo, a partir daí, procedimentos teóricos, conceitos e métodos de pesquisa. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivos: Proporcionar uma iniciação aos estudos antropológicos, enfatizando sua interface com a disciplina histórica e discutindo a diversidade das representações de tempo através das culturas. Promover estudos sobre as principais escolas que marcaram o desenvolvimento dessa área do conhecimento, em seus aspectos complementares e/ou contraditórios. Discutir etnografia a partir de seus procedimentos metodológicos e através de leitura de obras clássicas e contemporâneas. Reconhecer conceitos antropológicos fundamentais, como etnocentrismo, relativismo, cultura, identidade, alteridade, holismo, individualismo, reciprocidade. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente	
1.14. Bibliografia básica: - LEVI-STRAUSS, Claude. Introdução: História e Etnologia. In: Antropologia Estrutural . Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/letx_td-24-site-13-03-14.pdf . - MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca entre as sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia . SP: Cosac Naify, 2003 (1950). Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1888?show=full - VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose : antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1064645/mod_folder/content/0/Textos%20-%20aula%2012/VELHO,%20Gilberto.%20Trajet%C3%B3ria%20individual%20e%20campo%20de%20possibilidades.%20%5BCap2%20em%20Projeto%20e%20metamorfose%5D.pdf?forcedownload=1	

1.15. Bibliografia complementar:

- BENATTE, Antonio Paulo. História Social e Antropologia no campo da Nova História. **História em Reflexão**. Dourados, 2007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/480/0>
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2006. pp. 17-35. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/TrabalhodoAntropologo.pdf
- DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. Lisboa: Edições 70, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861113/mod_resource/content/1/pureza-e-perigo-mary-douglas.pdf
- VALPASSOS, Carlos; CUNHA, Neiva. **História e Antropologia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/8754>
- VALPASSOS, Carlos; CUNHA, Neiva. **História e Antropologia**. Vol.2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/13881>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Extensão:	
Prática:	
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 4º semestre	
1.12. Ementa: O Estado e suas relações com as políticas públicas educacionais no percurso da história da educação brasileira; Organização e funcionamento da educação básica no Brasil; Legislação, sistemas educacionais e a organização da escola; A profissionalização docente e o financiamento da educação.	
<p>Objetivos:</p> <p>Estudar a legislação, as políticas educacionais e a realidade educacional na sua relação com a estrutura política, econômica e social;</p> <p>Desenvolver estudos sobre os sistemas educacionais para construir instrumentos que permitam exercer a crítica, possibilitando a tomada de posições e o exercício da análise das transformações da realidade educacional e social;</p> <p>Analisar criticamente os fatos educacionais necessários à formação docente para o exercício do magistério na rede de ensino.</p>	
<p>1.14. Bibliografia básica:</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: julho de 2020.</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais: educação básica/Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso: julho de 2022.</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Ano CXXXIV, nº 248, p. 27.8333-27.841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: julho de 2022.</p> <p>- Baczinski, Alexandra Vanessa de Moura BacEducação escolar brasileira: : possibilidades e limites para uma formação de caráter omnilateral / Alexandra Vanessa de Moura Baczinski ; Avelino da Rosa Oliveira, orientador. — Pelotas, 2017. Disponível em: http://quaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7725/1/Tese_Alexandra_Vanessa_de_Moura_Baczinski.pdf</p> <p>- SAVIANI, Demerval. Organização da Educação Nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/5vSs583Yt7RFvNk5QQztsc/?lang=pt.</p>	

1.15. Bibliografia complementar:

- BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**. 26 (92) • Out 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>
- BALL, S. J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- CASTRO, A. M. D. A. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 24, n. 3, 2011. DOI: 10.21573/vol24n32008.19265. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19265>.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?lang=pt&format=pdf>.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7Wj4ZqtJgQDm55nTFxx3PrN/?format=pdf&lang=pt>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Oficina Temática de Ensino de História II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em 6 (h/a)	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 6
Teórica:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática: 4 créditos	
Extensão: 2 créditos	
1.9. Carga horária total, em (h): 90 horas/relógio, em 108 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Oficina Temática de Ensino de História I	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 4º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina propõe atividades práticas relativas a temas e problemas do ensino de História, que permitam aos/às discentes refletir sobre suas experiências de ensino em espaços educativos escolares e não-escolares, bem como elaborar novas propostas e ferramentas pedagógicas a serem desenvolvidas em tais espaços, a partir de projetos ou ações coordenadas pelo/a docente responsável pela disciplina. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivos: Promover o aprendizado e um maior contato dos discentes com propostas práticas nas escolas e o uso de ferramentas pedagógicas a partir de ações coordenadas pelos docentes. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.	
Bibliografia básica: ARAÚJO, Fátima; PINHEIRO, Francisco; SOUZA, Joilson. O projeto “escola sem partido” e o ensino de história no Brasil: inquietações do tempo presente. Revista Educação e Formação . V. 3 N. 9 (2018). Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/860 AZEVEDO, Crislaine; CASTRO, Débora. A Base Nacional Comum Curricular e as mudanças para o ensino de História no Ensino Médio. Ensino em Revista . v. 29 (2022). Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/62388 - TORGAL, Luís. História e ensino da história. Que história e que ensino? Revista Maracanan . UERJ. v. 8, n. 8 (2012). Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12786 Bibliografia complementar: - FORTUNA, Cláudia. Fios de História e Memórias dos Africanos e Afro-descendentes no Brasil Moderno . Por uma educação política dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2008. Recurso <i>online</i> . Disponível no Repositório Digital da UNICAMP: http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/426607 - GIACOMONI, Marcelo Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. Jogos e ensino de história . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Recurso <i>online</i> . Disponível no Repositório Digital da UFRGS: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174705/001065511.pdf?sequence=1&isAllowed=y	

UNESCO/CNE. **Subsidio a Formulação e Avaliação a Políticas Educacionais Brasileiras**. Luís Donisete Grupione (consultor), São Paulo, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=34951-documento-tecnico-historia-cultura-povos-indigenas-pdf&Itemid=30192

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Teorias da História II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos Prática:	Extensão: 1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Teorias da História I	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 4º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina propõe o estudo sobre o desenvolvimento do saber histórico durante o século XX e início do século XXI. Para tanto, parte da análise das principais tendências do marxismo no século XX, em especial do marxismo britânico, adentrando a seguir no exame da evolução do conhecimento histórico pela via da Escola dos Annales, enfatizando as transformações operadas no fazer historiográfico. Preocupa-se ainda com o estudo das principais tendências recentes da historiografia e suas contribuições metodológicas.	
1.13. Objetivos: Dar a conhecer os padrões historiográficos utilizados ao longo do século XX; Verificar o uso (ou não) desses padrões no Brasil	
1.13. Bibliografia básica: - HARTOG, François. "Experiência do tempo: da história universal à história global?". História, histórias . Brasília, 2013. p. 164-179. Disponível em: https://doi.org/10.26512/hh.v1i1.10714 https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10714/9409 - LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf - POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf	
1.14. Bibliografia complementar: - BENATTE, Antonio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. Revista História em Reflexão , Vol. 1 n. 1, Dourados Jan/Jun 2007, p. 1-25. Disponível em: http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/523/ARTIGO_HistoriaAntropologiaCamp_o.pdf?sequence=1 - GOMES, Anderson Soares. Narrando Fatos : História e Historicidade em o Homem do Castelo Alto de Philip K. Dick. Disponível em: http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno07-08.html . - Le GOFF, Jacques. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: - MAUAD, Ana Maria; GRINBERG, Lucia. Teoria da História . v. 2 , Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em:	

<https://canal.cecierj.edu.br/012016/6909b5f8a46b4822805a7e64681be492.pdf>

- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dezembro de 1996.

Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artq2-3.pdf

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da Idade Moderna	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (X) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula.	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 2º ano/ 4º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina visa compreender as transformações e permanências durante o período histórico denominado Idade Moderna. Problematizar as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais advindas com a crise do feudalismo e a emergência da monarquia absoluta e a crise da mesma em finais do século XVIII.	
1.13. Objetivos: Compreender as diferentes interpretações historiográficas sobre a passagem do feudalismo à Modernidade. Discutir a formação do Estado Moderno. Compreender a nova cultura do renascimento. Problematizar as temáticas: expansão, colonização e mercantilismo. Compreender as dinâmicas que envolvem as Reformas protestantes e a Reforma católica. Discutir o processo da Inquisição e suas consequências. Compreender como se deu a Revolução Inglesa e qual sua importância para outros processos de natureza próxima. Discutir a crise do antigo regime, relacionando-a com a formação do mundo contemporâneo.	
Bibliografia básica: - BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Estudos Históricos : indivíduo, biografia, história, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 83- 97, 1997. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038 . - FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no Ocidente. Lua Nova : Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 71, p. 11-39, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/LypXK3NPB5PXvG3CvBvbLvn/?lang=pt&format=html - LIMA, Lana Lage da Gama. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. Revista de Sociologia e Política , Curitiba, n. 13, p. 7-21, nov. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vSgDrG75Lkj7C9WzXgp3xfB/?format=pdf&lang=pt . - MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. Varia Historia , Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, p.130-150, Jan/Jun 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/jcnhd3XcRGMnsvLJCZkd9mb/?format=pdf&lang=pt .	

- RAMOS, Fábio Pestana. Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias. **Revista de História**, São Paulo, n. 137, p. 75-94, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18828/20891>.

1.15. Bibliografia complementar:

- ALMEIDA, Rogério Miranda de. Arte, superstição e “filosofia” no Renascimento. **Rev. Filos.**, Curitiba, v. 27, n. 42, p. 895-916, set./dez. 2015. Disponível em: <https://pucpr.emnuvens.com.br/aurora/article/view/559/493>.
- CAETANO, Joana. Oliver Cromwell: o braço de Deus, o punho do exército. **E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia**, Porto, n.º 14, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11673.pdf>.
- GRESPAN, Jorge. O esclarecimento: ruptura ou tradição. **Revista de História**, São Paulo, n. 136, p. 101-105, 1º semestre de 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18814/20877>.
- RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial. **História**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 36-67, jul.- Dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/y76wGy8nbByd5ySfsSYjmcb/?lang=pt>
- VIDEIRA, Mario. Filosofia e Poesia no Iluminismo Alemão: a questão da tolerância religiosa no Nathan Der Weise, de Lessing. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, p. 57-74, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/YdtzJ8hnVzGGmsZZ3TqHgRt/?lang=pt&format=pdf>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da América I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 5º semestre	
<p>1.12. Ementa: a disciplina trata das origens do homem americano, as sociedades pré-colombianas, a expansão europeia, o descobrimento e a conquista, a organização da conquista, a colonização espanhola, a colonização inglesa e a formação dos E.U.A e a crise dos sistemas coloniais. Em se tratando de uma disciplina que contém 01 crédito em EaD, ela segue os indicadores de qualidade para as atividades de ensino à distância e os parâmetros normativos fixados pela UFPel a partir da resolução n. 27, de 14 de setembro de 2017.</p> <p>O uso da carga horária em EaD busca aproximar os alunos da utilização de tecnologias de virtualização e formas alternativas de comunicação para a sala de aula de História. Nesse processo de ensino e aprendizagem serão usados jogos, físicos ou não, as redes sociais, mensagem eletrônica, blogues, realidade aumentada, aula invertida, realidade virtual, recursos de planilha e edição de texto, apresentações multimídia, ambientes virtuais de aprendizagem, simuladores, entre outros. Boa parte dessa abordagem depende da utilização de ferramentas próprias para isso, como os AVA e, para tal, o ensino a distância é inextricável.</p> <p>Quanto ao desenho, os intermediastes (das aulas a distância) serão integralmente constituídos de audiovisuais e programas interativos. As atividades presenciais serão organizadas ao longo do semestre de forma regular, na medida que se trata de um curso presencial. As atividades a distância serão avaliadas por questionários virtuais (<i>quizzes</i>), pela participação dos alunos nas atividades e em provas presenciais. Os audiovisuais serão todos gravados para que os alunos acessem a qualquer momento.</p>	
<p>1.13. Objetivos:</p> <p>Possibilitar a organização, pelo aluno, de repertórios histórico-culturais que sejam capazes de contribuir na compreensão do processo histórico de formação da América;</p> <p>Levar o aluno a conhecer, analisar e discutir a realidade social na qual está inserido, atuando conscientemente nela;</p> <p>Capacitar o aluno a caracterizar e distinguir as relações de trabalho próprias das sociedades coloniais americanas;</p> <p>Permitir que o aluno seja capaz de reconhecer as diferentes formas de relações de poder inter e intragrupos sociais na América colonial;</p> <p>Desenvolver no aluno competência didática para o ensino escolar da História da América.</p>	

1.13. Bibliografia básica:

- COLOMBO, Cristóvão. **Carta de Colón Anunciando el Descubrimiento**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=1941
- FONSECA, Thais Nivia de Lima E. Serge Gruzinski e as Dinâmicas Culturais na América Colonial. *Cultura Histórica & Patrimônio*. v.2, n. 1, p. 60-71, 2013. Disponível em: http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/05_art_v2n1_fonseca
- LANGUE, Frederique. Las Elites en América Española, actitudes y mentalidades. **Revista Nuevo Mundo Nuevos Mundos** [Online], fev. 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/562>

1.14. Bibliografia complementar:

- GUERRA, François-Xavier. A nação na América Espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 9-30, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13242/10116>.
- NADALIN, Sérgio Odilon; SCOTT, Dario. Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América (projeto integrado). **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.649-657, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/svN9jXfCJfSLqVMTzymDdLx/?format=pdf&lang=pt>
- SILVA, Bruno. A construção do homem americano no século XVIII: viagens, teorias e o inventário da humanidade do Novo Mundo. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.15, p. 161-180, jul/dez 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/viewFile/24687/17825>.
- PARADISO, SR. A demonização em A Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya e na Festa de S. Lourenço (1587), de José de Anchieta. In MAGALHÃES, ACM., et al., orgs. O demoníaco na literatura [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 199-214. ISBN 978-85-7879-188-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y742k/pdf/magalhaes-9788578791889-15.pdf>
- VIANNA, Hélio. **Estudos de História Colonial**. Companhia Editora Nacional: São Paulo:1948 (Coleção Brasileira- volume 261). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/347/1/261%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História do Brasil Colonial	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 3 créditos Prática:	Extensão: 1 crédito 1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 5º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina propõe-se a estudar a história dos indígenas e as novas perspectivas historiográficas, o antigo sistema colonial, a polêmica historiográfica sobre o modo de produção colonial, o comércio negreiro, a escravidão e a presença africana na sociedade colonial, a crise do sistema e os movimentos de revolta e o processo de independência. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160 e Educação Patrimonial na cidade de Pinhal: Inventários Participativos – código 7413.	
1.13. Objetivos: Propiciar aos alunos conteúdos básicos de história colonial com vistas a subsidiar o ensino de história do Brasil nos ensinos médio e fundamental, com ênfase em: orientação da colonização brasileira, principais instituições sociais, administrativas e econômicas da colônia. . Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente	
1.14. Bibliografia básica: - ALMEIDA, Maria Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História , 37 (75), Maio/Agosto, 2017, p.17-38. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02 - BICALHO, Maria Fernanda. Redimensionando a Independência. Revista Tempo (24), Rio de Janeiro, 2006, pp. 194-200. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/P66rDk8bM7D59BJTNxw4DwN/?format=pdf - RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no antigo regime ibérico setecentista. Revista História , São Paulo, jul/dez, 2013, p. 83-110. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p83-110	
1.15. Bibliografia complementar: - MAXWELL, Kenneth. Conjuração mineira: novos aspectos. Estudos Avançados . São Paulo: v. 3, n. 6, 1989, p. 23-25. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_artic_e_1fcfbf39cf6d40ce9d4b59bde572b721 - ASSIS, Angelo A. F de. Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial - Nordeste, séculos XVI-XVII. Revista Brasileira de História . São Paulo, v. 22, n. 43, 2002, p. 47-66. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_artic_e_02e49174760a4b729b631ca7a251bba1	

- WIESEBRON, Marianne. As muitas facetas da sociedade durante a ocupação neerlandesa no Brasil. **Revista Iberoamericana**, América latina, Espanha e Portugal. v.6, n. 24, 2006, p. 7-26. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_75fa2b1848324d4ca6e6a27d91aafa1
- FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 122-146. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_1590_S1413_77042007000100007
- SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-27. Disponível em: : https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_580bb21429fc45f5bc69df29dc7301.

1. Identificação		
1.1. Disciplina: Educação Inclusiva: Pedagogia da diferença		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a		1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 3 créditos	Extensão: 1 crédito	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum		
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 5º semestre		
1.12. Ementa: Aborda os fundamentos da Educação Especial, analisando sua constituição como campo de saber sobre as alteridades deficientes. Problematisa os significados da normalidade e os discursos que produzem o “outro” e o “mesmo” na Educação. Analisa as recomendações e proposições da Política de Educação Inclusiva e suas implicações nas práticas educacionais nos espaços escolares. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.		
1.13. Objetivos: Geral: Proporcionar a aproximação ao campo da chamada Educação Especial, problematizando os diferentes discursos que permeiam a Educação e as Ciências Humanas e Sociais e que fundamentam as atuais diretrizes educacionais na perspectiva da educação inclusiva. Específicos: Analisar os fundamentos da Educação Especial em suas implicações históricas, sociais, culturais e educacionais; Problematiza a constituição da anormalidade no discurso científico e educacional e as formas de nomeação e classificação que inventam a alteridade deficiente; Proporcionar aos alunos e às alunas uma aproximação às práticas educacionais pensadas e organizadas a partir da diferença, com ênfase nas necessidades educacionais especiais; Analisar o currículo e as possibilidades de uma pedagogia da diferença. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.		
1.14. Bibliografia básica: - BRASIL (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão , v.4, n.1, p. 7-17, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf - Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. 96 p. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002692.pdf . - CUNHA, Maria Isabel da; SOARES, Sandra Regina. Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade [livro eletrônico]. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/cb/pdf/soares-9788523211981.pdf		

1.15. Bibliografia complementar:

- FERREIRA, Marco; PRADO, Susana Agudo; CADAVIECO, Javier Fombona. **Educação inclusiva: o professor como epicentro do processo de inclusão. Revista nacional e internacional de educación inclusiva**. v. 8, n. 1, p. 1889-4208, Marzo 2015. Disponível em: <https://revistaeducacioninclusiva.es/index.php/REI/article/viewFile/117/113>
- FIDALGO, Sueli Salles. A avaliação na escola: um histórico de exclusão social-escolar ou uma proposta sociocultural para a inclusão? **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 6, n. 2, p. 15-31, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gmjJ7ygNskbttSyTHXwVCBq/?format=pdf&lang=pt>
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33, p. 387- 559, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>
- MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: Desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, v. 7, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880>.
- TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/?format=pdf&lang=pt>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da África	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 5º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina procura apresentar uma perspectiva ampla da trajetória dos povos do continente africano, estudando o espaço geográfico, as diferentes etnias ali presentes, a influência da religião muçulmana no norte do continente, a formação de impérios na África Negra, a chegada dos europeus, a escravização dos negros africanos, os efeitos da abolição, a partilha do continente africano pelas potências europeias e o processo de descolonização posterior à 2ª Guerra Mundial.	
1.13. Objetivos: Compreender as características geográficas do continente africano e os traços culturais característicos dos distintos grupos étnicos que ocupam o seu território. Discutir a formação dos impérios na África Negra (século X-XV). Problematizar acerca das influências exercidas pelo islamismo no continente africano. Estudar as relações entre as nações europeias e os povos africanos, analisando o impacto da escravização dos negros, os efeitos da extinção do tráfico de escravos, a partilha do continente pelas grandes potências e o processo de descolonização a partir de meados do século XX.	
1.14. Bibliografia básica: - BRUNDSCHWIG, Henri. A partilha da África . São Paulo: Perspectiva, 2004. Disponível em: http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/703/1/A%20PARTILHA%20DA%20AFRICA.%20BRUNDSCHWING%2C%20Henri.%202004..pdf . Acesso em: 08 Set. 2021. - MACEDO, José Rivair. Desvendando a história da África . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008 (Série Diversidades. Linha Editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade). Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf . Acesso em: 26 Jul. 2021. - UNESCO. História Geral da África . São Paulo / Brasília: Cortez / UNESCO, 2011 (8 volumes). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?skip=0&co_categoria=132&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=2&co_idioma&colunaOrdenar=DS TI TULO&ordem=null . Acesso em: 15 Set. 2021.	
Bibliografia complementar: - ALAGOA, E. J. Do Delta do Níger aos Camarões: os fon e os ioruba. In.: História Geral da África , vol. V, organizado por Bethwell Allan Ogot, p. 519-540. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000322.pdf - HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In.: História Geral da África I. Metodologia e	

pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212. Disponível em:

- OLIVA, Anderson Ribeiro. Desafrikanizar o Egito, embranquecer Cleópatra: silêncios epistêmicos nas leituras eurocêntricas sobre o Egito em manuais escolares de História no PNL 2018. **Romanitas** - Revista de estudos Grecolatinos, v. 10, p. 26-63, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/18970>.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)**. 2007. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 415p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1132>.
- PEREIRA, Matheus Serva. Batuques negros, ouvidos brancos: colonialismo e homogeneização de práticas socioculturais do sul de Moçambique (1890-1940). **Revista Brasileira de História** (ONLINE), v. 39, p. 155-177, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HRbRxstZg8Q5HN8q9jtYkLw/abstract/?lang=pt>.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável:CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5.Distribuição de horária semanal, em (h/a) 7 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 7 créditos
Teórica: 5 créditos	Extensão:2 créditos
Prática: 90 h/a	1.8. Currículo: (X) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em (h): 105 horas/relógio e 126 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Teoria e Prática Pedagógica, Fundamentos Psicológicos da Educação, Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas e Ensino de História	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 5º semestre	
1.12. Ementa: Práticas de estágio curricular supervisionado no Ensino Fundamental, com ênfase na observação do espaço escolar e na regência de classe na disciplina de História. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivo geral: Desenvolver competência didática para o ensino escolar de História no Ensino Fundamental ao articular os saberes pedagógicos e específicos da área. Objetivos específicos: Criar espaços de observação crítico-reflexiva a respeito dos aspectos que envolvem a organização e a gestão das instituições escolares; Planejar atividades práticas de ensino que contemplem fazeres e conhecimentos históricos e pedagógicos; Articular os saberes científicos/ pedagógicos e os saberes da profissão de forma a reconhecer o estágio como atividade integradora entre teoria e prática, que permite análise reflexiva sobre a práxis educativa; Possibilitar a experiência de regência de turma nos anos finais do Ensino Fundamental, em instituições escolares. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.	

1.14. Bibliografia básica:

- CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? **História & Ensino**, Londrina, v.21. n.2, 2015. Recurso online. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23853>
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. Recurso *online*. Disponível em: <https://docsbarraespartana.files.wordpress.com/2012/03/dayrell-juarez-multiplos-olhares-sobre-educacao-e-cultura.pdf>
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n 38, 1999, p. 125-138. Recurso *online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jKD6TyyYNJXW7JMPnyxgBps/?lang=pt&format=pdf>

Bibliografia complementar:

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 143-162. Recurso *online*. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596
- PEREIRA, N. M.; RODRIGUES, M. C. M. (2018). BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(107), p. 1-22. Recurso *online*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/187986>
- **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Recurso *online*. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. In: **Revista História da Educação**, Porto Alegre. v. 16, n. 37, Maio/ago. 2012, p.73-91. Recurso **online**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/24245>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Educação para as relações étnico-raciais	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 3 créditos	Extensão: 1 crédito
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 6º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina estuda os fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira e trata das considerações e análises sobre pertencimento étnico e preconceito étnico-racial, do pluralismo étnico e multiculturalismo, dos conteúdos políticos e pedagógicos que permeiam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatória a inserção da História da África, dos africanos, dos afro-brasileiros e dos indígenas no currículo escolar, além da reflexão para a ação pedagógica das relações étnico-raciais, com base na diversidade. . Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivos: Proporcionar aos discentes a análise dos debates sobre a Educação das Relações Étnico-raciais, sob o entendimento de complexidade de conhecimentos e concepções, importantes ao exercício da cidadania plena e prática da alteridade. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.	
Bibliografia básica: - BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana . Brasília: SECAD/ME, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf - Protagonismo indígena na história / Fábio Feltrin de Souza, Luisa Tombini Wittmann (Organizadores). - - Tubarão, SC: Copiart ; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. 367 p. Disponível em: https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-na-histc3b3ria.pdf . - GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A Miragem da Miscigenação. Revista Novos Estudos 80, CEBRAP p. 141- 160, março de 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a10n80.pdf . Acesso em: 6 jul. 2020. - OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Mônica Regina Ferreira. Pedagogia do conflito: ensaios didáticos para a educação antirracista e pluriétnica . Disponível em: https://www.academia.edu/5422672/Pedagogia_do_conflito_ensaios_did%C3%A1ticos_para_a_educac%C3%A7%C3%A3o_antirracista_e_pluri%C3%A9tnica . SILVA, Edson. Os Povos Indígenas e o Ensino: Reflexões e Questionamentos às Práticas Pedagógicas. Tópicos Educacionais , Recife, v. 23, n.2, p. 089-105, jul/dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/235106	

Bibliografia complementar:

- FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. **A lei 11.645/2008**: história, movimentos sociais e mudança curricular. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). PUCSP, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21368>
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sThSK33jrNMh5hQxB7VHWmJ/?format=pdf&lang=pt>
- MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações ÉtnicoRaciais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n.1, p. 55-77, jan.-mar. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/61184>.
- MUNANGA, kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05. Nov. 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>
- SILVA, Ana Célia da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, A.D; HETKOWSKI, T.M (Org.). **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 87- 101. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História da América II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 6º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina busca propor ao aluno um estudo bibliográfico sobre os seguintes pontos: Processo de Independência e organização dos estados nacionais na América Latina; a América Latina nos séculos XIX e XX e suas relações com os EUA e Europa; as sociedades; as economias; a política; a Questão indígena e o indigenismo.	
1.13. Objetivos: Possibilitar a organização, pelo aluno, de repertórios histórico-culturais que sejam capazes de contribuir na compreensão do processo histórico de desenvolvimento da América Latina; Levar o aluno a conhecer, analisar e discutir a realidade social na qual está inserido, atuando conscientemente nela; Capacitar o aluno a caracterizar e distinguir as relações de trabalho próprias das sociedades latino-americanas pós-independência; Permitir que o aluno seja capaz de reconhecer as diferentes formas de relações de poder inter e intragrupos sociais, bem como entre os Estados Nacionais na América independente; Desenvolver no aluno competência didática para o ensino escolar da História da América.	

Bibliografia básica:

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensaio latino-americano: "caráter nacional" e construção de estereótipos. **História**. Dossiê: Deslocamentos Culturais, v. 32, n. 1, p. 162- 174, Jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/qPLBJT3dNbsDBwFwtrb5XpG/?format=pdf&lang=pt>
- RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik. As origens das revoluções de independência da América Latina na perspectiva atlântica. **Estudos Ibero-Americanos**, Dossiê - Bicentenário das Independências da América Latina, v. 36, n. 2, 2010, p. 153- 178. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2010.2.8760>.
- TORRES, Pedro Henrique Campello. Populismos, relações de poder e cultura política na história do tempo presente: América Latina dos anos 30 aos dias de hoje. : **Revista Veredas da História**, v. 4 n. 2, 2011, p. 204- 215. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48786/26495>

Bibliografia complementar:

- MOREIRA, Luiz Felipe. Debates contemporâneos da historiografia latino-americana **Viel Diálogos**, v.21, n.1, p. 49-56, 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.4025/dialogos.v21i1.35581>
- PRADO, Maria Lígia. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História** (153), 2005, p. 11-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19004>
- QUADRAT, Samantha Viz; SILVA, Izabel Pimentel da. Marcas territoriais do passado autoritário: lugares de memória e de consciência na América Latina. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, Jan./Abr. 2021, p. 117-123. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/S9RNKyHGQzQ8byBM5RxBH7P/?format=pdf&lang=pt>.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. A nova missão das forças armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, 2004, p. 115-129. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wJ4r8gcXG9tWZkh4wSy6ZVt/?lang=pt&format=pdf>
- SOUZA, André Coelho Farias de. O papel da sociedade e das instituições na definição das crises políticas e quedas de Presidentes na América Latina. **Monções**. Dossiê - América Latina: Cenários e Perspectivas, v. 2, n. 3, 2013, p. 227-260. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2694>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História do Rio Grande do Sul I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 6º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina busca estudar os grupos indígenas e o povoamento do Rio Grande do Sul, as lutas de fronteira e o militarismo, a ocupação da terra e a formação das estâncias e charqueadas, a importância da escravidão negra na sociedade e economia rio-grandense, a colonização europeia, a Revolução Farroupilha, a política e a economia no II Império.	
1.13. Objetivos: Analisar a História do Rio Grande do Sul desde a fundação das primeiras reduções jesuíticas até o advento da República Brasileira, relacionando-a com as interações externas e a realidade socioeconômica contemporânea.	
Bibliografia básica: - NEUMANN, Eduardo. "Um só não escapa de pegar em armas": as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). Revista de História (USP), n.171, p. 83-109, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89008/91910 - PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Os calhambolas do General Manoel Padeiro : práticas quilombolas na Serra dos Tapes RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2020. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1092 - POSSAMAI, Paulo. De núcleo de povoamento à praça de guerra: A Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. Topoi . v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 23-36. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/tCjfnrbGJfpw359Y4STS9QB/?lang=pt&format=pdf	
1.15. Bibliografia complementar: - ALVES, F. das N. Fontes para o estudo da História do Rio Grande do Sul no acervo da Biblioteca Rio-Grandense: o jornal Sentinella do Sul e a guerra do Paraguai. BIBLOS , v. 20, 2007, p. 79–91. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/720 - GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (Orgs.). 180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense : as idéias da república em debate. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook-180anosProclamRepublica.pdf . - LUVIZOTTO, CK. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082.pdf .	

- MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218284>
- ZUBARAN, Maria Angélica. Repensando o Passado Escravista no RS: entre a História Social e a Nova História Cultural. **Revista Sociais E Humanas**, v. 11, n. 1, 1998, p. 90–101. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1335>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 7 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 7 créditos
Teórica: Prática: 5 créditos	Extensão: 2 créditos 1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em (h): 105 horas/relógio e 126 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I	
1.11. Ano /semestre: 3º ano/ 6º semestre	
1.12. Ementa: Práticas de estágio curricular supervisionado no Ensino Fundamental, com ênfase na regência de classe e na reflexão crítica a respeito dos processos de ensino-aprendizagem da disciplina de História. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivo geral Desenvolver competência didático-pedagógica para o ensino escolar de História no Ensino Fundamental, realizando reflexão teórica a partir das atividades práticas de regência de classe. Objetivos específicos: Permitir a experiência de Regência de turma nos anos finais do Ensino Fundamental, em instituições escolares; Possibilitar aos alunos o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão docente, a partir de uma vivência participativa; Realizar a reflexão da prática docente a partir da experiência possibilitada pela realização do estágio supervisionado. Produzir relatório crítico-reflexivo em que constem todas as atividades e aprendizagens que resultaram da experiência vivenciada no contexto escolar.	
1.14. Bibliografia básica: - MANKE, Lisiane Sias. Leitura em aulas de História: práticas e possibilidades de ensino-aprendizagem. Revista Educação , PUCRS. v. 42, p. 287-297, 2019. Recurso <i>online</i> . Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/faced/article/view/28677 - MONTEIRO, Ana Maria; AMORIM, Mariana. "Narrativas de si" e afetos nos caminhos iniciais da docência em história. Currículo sem Fronteiras , v. 19, n.1, jan./ abr.2019, p.23-38. Recurso <i>online</i> . Disponível em: Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/amorim-monteiro.pdf - SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. In: Educação Unisinos , v. 20, n.1, janeiro/abril, 2016, p. 48-57. Recurso <i>online</i> . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-2102016000100048&lng=en&nrm=iso&tlng=pt	

1.15. Bibliografia complementar:

- BEZERRA, Holien Gonçalves. O processo de avaliação de livros didáticos – História. In: **Simpósio Nacional De História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 195-202. Recurso *online*. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/21-snh20?start=20>
- FERREIRA, Ângela Ribeiro et. al. **BNCC de História nos Estados**: o futuro presente. Porto Alegre. Editora Fi, 2021. Recurso *online*. Disponível em: <https://www.editorafi.org/292bncc>
- FRANCO, Alécia Pádua; SILVA JR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes Históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino em revista**. Uberlândia, v.25, n. Especial, p. 1016-1035, 2018. Recurso *online*. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46455>
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades. In: **História: fronteiras**. São Paulo: ANPUH/USP, 1999, p. 203-212. Recurso *online*. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/21-snh20?start=20>
- ZARBATO, Jaqueline. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.4, n.8 jan-jun, 2015, p.49-65. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/694>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Metodologia e Práticas da Pesquisa Histórica	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Teorias da História I e II	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 7º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina oferece instrumentos para a pesquisa em História e em Ensino de História.	
1.13. Objetivos: Acompanhar alunos e alunas na elaboração e desenvolvimento de seu projeto de pesquisa na área da História	
1.14. Bibliografia básica: - HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Revista de História , n.148, p. 9-34, 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952 - LEVI, Giovanni. O Trabalho do Historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo , v. 20, 2014, p.1-20. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/RsMtSYwQHd9vqYLrLZQLw/?format=pdf&lang=pt - TEIXEIRA, Felipe, <i>et al.</i> Metodologia da Pesquisa Histórica . Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13882	
1.15. Bibliografia complementar: - BARROS, José D'Assunção. História comparada, um novo modo de ver e fazer a história. Revista de História Comparada , vol. 1, n. 1, 2007. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813084 . - BAUER, Caroline Silveira. Conteúdo e metodologia do ensino de história . Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/ - DE LUCA, Tania Regina. Nota sobre os historiadores e suas fontes. MÉTIS: história & cultura , v. 11, n. 21, jan./jun. 2012. Disponível em: http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2064 - ELMIR, Cláudio P. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. Anos 90 , 19(36), p. 67–90, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063 . - SAMARA, Eni de Mesquita. História & documento e metodologia de pesquisa . São Paulo: Autêntica, 2007. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/	

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História do Brasil entre o Império e a 1ª República	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão
Prática: -	
1.8. Currículo: (X) semestral () anual	
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): História do Brasil Colonial	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 7º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina aborda a História do Brasil entre a vinda da família real portuguesa, em 1808, e a revolução de 1930, abarcando os períodos Imperial e a Primeira República.	
1.13. Objetivos: - Proporcionar aos alunos o aprendizado dos principais debates historiográficos e processos históricos relativos às transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas no Brasil desde a sua Independência até a Revolução de 1930.	
1.14. Bibliografia básica: - ARAÚJO, Valdeir L. de. A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. Revista de História , n. 159, p. 107-134, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19090 . - CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. Varia História , Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, p.141-157, jan/jun 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/wbk5zthk6v5smbvy8cwwdswq/?lang=pt - CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). História Social , n.19, 2011, p.33–62. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315	
1.15. Bibliografia complementar: - ALBUQUERQUE, Wlamyra. A vala comum da raça emancipada. Abolição e racialização no Brasil, breve comentário. História Social , n. 19, 2011, p. 91-108, 2010. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/317 - CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados , Rio de Janeiro, n. 2, 1995. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003 - DECCA, Edgar de. Cidadão, mostre-me a identidade! Cad. Cedex , Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dezembro/2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/T7RqBK4Xhbk4yGmjHDDqrb/?lang=pt&format=pdf - FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. Revista Tempo , v. 23 n. 3, Set./Dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2017v230301 - MAMIGONIAN, Beatriz. Em nome da liberdade: abolição e tráfico de escravos, o direito, e o	

ramo brasileiro de recrutamento de africanos (Brasil, Caribe, 1830/1850). **Revista Mundos do trabalho**, v.3, n.6, 2011, pp. 67-92. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/1808>

- NEVES, Lúcia Maria Bastos. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/TpD8gkJLwxtv5Xgv5K9dknn/?lang=pt>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História Contemporânea I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 7º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina visa a compreender como se deu a formação do mundo contemporâneo, através da ascensão e fortalecimento do capitalismo. O maior debate está relacionado as revoluções industrial e francesa, além daquelas ocorridas no século XIX, como a de 1820, 1830, 1848 e a Comuna de Paris (1871).	
1.13. Objetivos: Compreender como se deu a formação do mundo contemporâneo, através da ascensão e fortalecimento do capitalismo. Discutir os processos da revolução industrial e da revolução francesa, como provocadores de profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Problematizar as revoluções do século XIX. Discutir as teorias políticas que embasaram os movimentos revolucionários e contrarrevolucionários dos séculos XIX e XX.	
1.14. Bibliografia básica: - GEARY, Patrick J. A Europa Das Nações Ou A Nação Europa. Mitos de Origem Passados e Presentes. Revista Lusófona de Estudos Culturais , v. 1, n.1, p. 21-35, 2013. Disponível em: https://rlec.pt/article/view/1719 . - OLIVEIRA, Josemar. A teoria democrática robespierrista : do republicanismo clássico à democracia social. Vitória: EDUFES, 2021. v. 1. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/handle/10/11795 - ROMANI, Carlo; SCARRETTA, Massimo. História Contemporânea I – Vol. 1. RJ: Fundação CECIERJ, 2011. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/8712	
1.15. Bibliografia complementar: - COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a Revolução Francesa. Projeto história , São Paulo, n. 47, p. 281-322, ago. 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/17137 - MENEZES, Marcos Antonio de. A Comuna: mais uma flor de Paris. História Revista . Vol. 16, Nº. 2, 2011, págs. 137-149. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3913916 - ROMANI, Carlo; SCARRETTA, Massimo. História Contemporânea I – Vol. 2. RJ: Fundação CECIERJ, 2011. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/8756 - SANTOS, Afonso C. M. dos. Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. Revista de História , n. 144, p. 151-180, 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18913	

- SILVA, André Luiz. A nova ordem europeia no século XIX: os efeitos da dupla revolução na história contemporânea. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 47, p. 11-24, jan./jun. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andre-Da-Silva-19/publication/267802158_A_nova_ordem_europeia_no_seculo_XIX_os_efeitos_da_dupla_r_evolucao_na_historia_contemporanea/links/5571d27d08ae75215866fde5/A-nova-ordem-europeia-no-seculo-XIX-os-efeitos-da-dupla-revolucao-na-historia-contemporanea.pdf

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Médio I	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 7 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 7 créditos
Teórica: Prática: 5 créditos	Extensão: 2 créditos 1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 105 horas/relógio e 126 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I e II	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 7º semestre	
1.12. Ementa: Práticas de estágio curricular supervisionado no Ensino Médio, a partir da observação do espaço escolar e da regência de classe na disciplina de História. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
<p>1.13. Objetivo geral: Desenvolver com os/as estudantes competências didático-pedagógicas para o ensino escolar de História no Ensino Médio, a partir da observação e regência de turma em instituições escolares;</p> <p>Objetivos específicos: Criar espaços de observação crítico-reflexivos a respeito dos aspectos que envolvem a organização e a gestão das instituições escolares, bem como compreender a comunidade escolar e o contexto multicultural nos quais os estudantes da educação básica estão inseridos. Planejar atividades práticas de ensino que contemplem conhecimentos históricos e pedagógicos, bem como dialoguem com as diferentes culturas juvenis; Problematizar diferentes aspectos da prática pedagógica, como a questão da avaliação, do currículo, do planejamento do trabalho escolar e das aprendizagens em História. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.</p>	
<p>1.14. Bibliografia básica:</p> <p>- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf</p> <p>- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares [org.]. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/materiais/autor/observatorio-da-juventude-da-ufmg/</p> <p>- SILVEIRA, Éder; SILVA, Monica; OLIVEIRA, Falconiere. Reformas, docência e violência curricular: uma análise a partir do “Novo Ensino Médio”. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, 2021. p. 1562- 1585. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15298</p>	

1.15. Bibliografia complementar:

- CIAMPI, Helenice. O presente do passado na formação do professor de História. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p. 113-130, jan.-jun., 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/421>
- FRANÇA, Cyntia Simioni. Reflexões sobre o estágio curricular e produção de conhecimentos históricos educacionais na formação docente. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n.2, p. 68-87, jul. /dez. 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/10880/6376>
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 16 fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a03v2567.pdf>
- SILVA, Petronilha. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História do Rio Grande do Sul II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Não há.	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 7º Semestre	
1.12. Ementa: a disciplina busca estudar os principais aspectos culturais, políticos e econômicos do Rio Grande do Sul durante o período republicano, tratando a República positivista, a crise econômica na República Velha, os movimentos armados e os conflitos políticos de 1893 a 1923, a economia colonial, a rizicultura, a frigorificação da carne e a industrialização, a política e a economia gaúcha no período de Getúlio Vargas, até 1945. Também trata do Rio Grande do Sul no período populista, o período da ditadura militar e a questão fundiária urbana e rural.	
1.13. Objetivos: Promover o desenvolvimento das capacidades de análise, síntese e crítica. Relacionar os conteúdos estudados sobre a História do Rio Grande do Sul com a realidade atual da nossa formação social. Dominar os conteúdos programáticos e compreender a formação histórica do Rio Grande do Sul como parte integrante da História Brasileira. Identificar as influências externas étnicas, econômicas e políticas no processo histórico rio-grandense	
1.13. Bibliografia básica: - GERTZ, René. Intelectuais gaúchos e o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Revista História: Debates E Tendências , n.13(1), p.19-32, 2013. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2998 - MARTINY, Carine. “ O chefe político dos mais avançados republicanos ”: Júlio de Castilhos e o Processo de construção da República (1882-1903). Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: 001072342.pdf (ufrgs.br) - RODEGHERO, Carla. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. Anos 90 , n.7(12), p.129–152, 1999. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6597	

1.14. Bibliografia complementar:

- BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050** - 3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/7422>
- FORNO, Rodrigo Dal. "**Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade**": o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2020.
Disponível: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9147>
- GASPAROTTO, Alessandra "**Companheiros ruralistas!**": mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964) Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158335/001021630.pdf?sequence=1>
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A luta pelo poder**: a política gaúcha em perspectiva(1934-1937). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2016. Disponível: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6950>
- WEIMER, Rodrigo. Em que a trajetória do Sr. Manoel Inácio Marques Neto pode contribuir à compreensão da formação do proletariado brasileiro (Rio Grande do Sul, década de 50, século XX). **Revista Mundos do Trabalho**, v.8, n. 16, julh/dez 2016, p. 11-32. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2016v8n16p11>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História do Brasil Contemporâneo	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável*: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 h/a
Teórica: 4 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Hist. do Brasil entre o Império e 1ª República	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 8º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina busca colocar o aluno diante das principais transformações políticas, econômicas e socioculturais da história do Brasil desde os anos 1930 até os dias atuais, promovendo um maior debate a respeito da história do tempo presente articulada com tais questões, além de pensar as formas de abordagens didático-pedagógicas possíveis de serem desenvolvidas em sala de aula, de acordo com a vivência dos discente e sua compreensão da história brasileira recente.	
1.13. Objetivos: Conteúdos básicos de história contemporânea do Brasil, com vistas a subsidiar o ensino desses temas nos ensinos médio e fundamental, com ênfase em: crise do sistema populista, ditadura militar, redemocratização, principais instituições sociais, políticas e econômicas do período.	
1.14. Bibliografia básica: - FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História . São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN/ - GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. LOCUS (UFJF), v. 24, p. 251-275, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880 - PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. Revista de Sociologia e Política . Rio de Janeiro, v. 9, 1997, p.7-23. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39295	
1.15. Bibliografia complementar: - ALMEIDA, Antonio. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990. Revista Brasileira de História . V.19, n.37. São Paulo, Set. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/PqrKm99j33XQ3FbbWQHdY5L/?lang=pt - ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). Justiça de transição: manual para a América Latina . Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 473-516. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf	

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo** 14 (28), Jun 2010. p. 123-143. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/?lang=pt>

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4971026/mod_resource/content/0/Marcos%20Napolitano%20-

[1964.%20Histo%CC%81ria%20do%20regime%20militar%20brasileiro.%20SP%2C%20Contexto%2C%202014%2C%20p.%2069-95.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4971026/mod_resource/content/0/Marcos%20Napolitano%20-1964.%20Histo%CC%81ria%20do%20regime%20militar%20brasileiro.%20SP%2C%20Contexto%2C%202014%2C%20p.%2069-95.pdf)

NEGRO, Antonio Luigi Paternalismo, populismo e história social. **Cadernos AEL**, v.11, n.20/21, 2004, p.9-39. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24672/1/2004%20negro%20CADs%20AEL.PDF>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Ensino de História da África	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 2 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 2
Teórica: 2 créditos	Extensão:
Prática:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 30 horas/relógio e 36 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): História da África	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 8º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina visa a estudar os fundamentos históricos e legais que levaram à criação da lei 10.639/03, analisando experiências de sua aplicação em diversos âmbitos do sistema de ensino no país e ainda cotejando tais iniciativas com aquelas desenvolvidas em outros países.	
1.13. Objetivos:	
- Proporcionar aos alunos reflexões historiográficas, didáticas e pedagógicas para o ensino de História da África nas escolas.	
1.14. Bibliografia básica:	
- COSTA, Hilton. Para construir outro olhar: notas sobre o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras. In: Revista História Hoje , nº 1, vol. 1, nº 1. 2013. Disponível em: https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/17	
- MOORE, Carlos. A África que Incomoda : sobre a Problematização do Legado Africano no Quotidiano Brasileiro. p. 157–210. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/19089	
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. In: Estudos Afro-Asiáticos , Salvador, Ano 25, n. 3, 2003, p. 421-461. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf	
1.15. Bibliografia complementar:	
- LAUREANO, Marisa. O ensino de história da África: experiências a partir da sala de aula. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-15.pdf	
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. História Hoje . Disponível em: https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/4	
- LIPPOLD, Walter. A África no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul : possibilidades de efetivação da Lei 11.645/2008 e da Lei 10.639/2003: um estudo de caso. Porto Alegre: PPG-Educação da UFRGS, 2008 (dissertação de mestrado). Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14838/000669608.pdf?sequence=1	
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África – abordagens da história africana nos livros	

didáticos brasileiros. In: **Revista de História**, São Paulo, nº 161, p. 213-244, 2009.
Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19124/21187>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Médio II	
1.2. Unidade: Instituto de Ciências Humanas	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal em h/a: h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 7 créditos
Teórica: Prática: 5 créditos	Extensão: 2 créditos 1.8. Currículo: () semestral () anual
1.9. Carga horária total: 105 horas/relógio e 126 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Estágio Supervisionado no Ensino Médio I	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 8º semestre	
1.12. Ementa: Práticas de estágio curricular supervisionado no Ensino Médio, com ênfase na reflexão crítica a respeito da experiência de regência na disciplina de História na escola. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivo geral Oportunizar momentos de reflexão e discussão sobre a experiência de regência de classe realizada pelos/as discentes na disciplina Estágio Supervisionado no Ensino Médio I, problematizando diferentes aspectos da prática pedagógica. Objetivos específicos: Compreender a sala de aula como um espaço sociocultural multirreferencial de aprendizagem; Estimular o debate reflexivo com base na teoria e na prática vivenciada na escola, considerando os processos de ensino aprendizagem e as especificidades das culturas juvenis. Oportunizar o diálogo e a troca de experiências entre os/as discentes estagiários/as, a partir de suas experiências em diferentes espaços escolares.	
1.14. Bibliografia básica: - CAIMI, Flávia Eloisa; ROCHA, Helenice. A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial. Revista Brasileira de História , São Paulo, v. 34, n. 68, p. 125-147, 2014. Recurso <i>online</i> . Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n68/a07v34n68.pdf - CAMPI, Helenice. Ensinar história no século XXI: dilemas curriculares. Exposição na Mesa Redonda ocorrida no XX Encontro Regional da ANPUH - Seção São Paulo , em Franca, em 10/09/2010. Recurso <i>online</i> . Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=11917 - FERREIRA, Marieta Moraes e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje , v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013. Recurso <i>online</i> . Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90	

1.15. Bibliografia complementar:

- BARROSO, Vera. Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre:

EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010. Recurso *online*. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/qtensinohistoriaedurs/livro-ensino-de-historia-desafios-contemporaneos/>

- MIRANDA, Sônia Regina; ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro. **Escritas do Tempo**, v.2, n. 5, p. 10-38, 2020. Recurso *online*. Disponível em:

<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1364/553>

- PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro. Estágio e Docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v.3, n. 3 e 4, p.5- 24, 2005/2006. Recurso *online*. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>

- ROCHA, Helenice. Aula de história: evento, ideia e escrita. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015. Recurso *online*. Disponível em: <

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23852>>

- ROZA, Luciano Magela. Abordagens do Racismo em Livros Didáticos de História (2008-2011). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 13-34, jan./mar. 2017. Recurso *online*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: História Contemporânea II	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 04 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 4 créditos Prática:	Extensão: 1.8. Currículo: (X) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 60 horas/relógio e 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Não há.	
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 8º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina tem como enfoque principal o século XX, que é adjetivado como o século do imperialismo, período este em que foram construídas inúmeras guerras e conflitos.	
1.13. Objetivos: Compreender por que motivo o século XX é adjetivado como o século do imperialismo. Discutir as motivações para os conflitos do século XX, percebendo a conformação do mundo a partir do momento em que foram consumados. Debater temas como Oriente Médio, Japão, China, Índia e África. Compreender a importância da discussão sobre a Revolução Russa no contexto atual.	
1.13. Bibliografia básica: LINHARES, Maria Yeda. Descolonização e lutas de libertação nacional. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX . Vol.3. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2206611&forceview=1 - REIS, Daniel Aarão. As revoluções russas e a emergência do socialismo autoritário. Estudos Avançados , v. 31, p. 67-75, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/w3SfWSkj84QsfnwP3zrRwQn/?lang=pt TRAVERSO, Enzo Historiografía y memoria: Interpretar el siglo XX. Parte 1. Aletheia , v. 1, n. 2. Mayo de 2011. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr4820	
1.14. Bibliografia complementar: - ANDERSON, Perry. Balanço do neo-liberalismo. In: SADER, E. (org.) Pós-neoliberalismo . RJ: Paz e Terra. 1995. Disponível em: http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson GALLEGO, Ferran. El nazismo como fascismo “auténtico”. HMiC: história moderna i contemporânea , [em linha], 2003, n. 1, Disponível em: https://ddd.uab.cat/record/28891 MILIBAND, Ralph. Reflexão sobre a crise dos regimes comunistas. Lua Nova , n. 21. São Paulo, Setembro, 1990. Disponível em:	

<https://www.scielo.br/j/ln/a/McwPVRzttwVkhQ5NjNnJWct/?lang=pt>
REIS, Daniel Aarão. Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968. **Núcleo de Estudos Contemporâneos**. Niterói: UFF, março de 2008. Disponível em:
<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/40826>
ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v.. 30, n. 61, p. 355-378, maio-agosto 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/TnKzk78Gtg5KXHsVT7kH7hr/abstract/?lang=pt>
ROMANI, Carlo; SCIARRETA, Massimo. **História Contemporânea I - Vol.2**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011. Disponível em:
<https://canal.cecierj.edu.br/012016/b3717eb72332fe1572fe6c8c92aad321.pdf>
ROMANI, Carlo; SCIARRETA, Massimo. **História Contemporânea II - Vol.1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
Disponível:<https://canal.cecierj.edu.br/012016/b3717eb72332fe1572fe6c8c92aad321.pdf>
- SEGRILLO, Angelo. Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens. **Projeto história**. n.41. Dez, 2010. Disponível:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6535>
TEIXEIRA, Francisco Carlos. O holocausto ou o dever da lembrança. **Observatório da Imprensa**. Edição 412, 19/12/2006. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-holocausto-ou-o-dever-da-lembranca>
TRAVERSO, Enzo Historiografía y memoria: Interpretar el siglo XX. Parte 2. **Aletheia**. Volumen 1, número 2. Mayo de 2011. Disponível em:
https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4821/pr.4821.pdf

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Oficina de Ensino de História do Brasil e América	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em 4 (h/a)	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4
Teórica:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática: 3 créditos	
Extensão: 1 créditos	
1.9. Carga horária total, em (h): 60 horas, em 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): História do Brasil Colonial e História da América I	
1.11. Ano/semestre: 4º ano/ 8º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina aplica atividades práticas relativas ao ensino de História do Brasil e da América, voltadas à compreensão de estratégias de ensino-aprendizagem, às possibilidades de transposição didática e ao uso de diferentes fontes históricas na Educação Básica. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivos: Promover o aprendizado e um maior contato dos discentes com propostas práticas nas escolas e o uso de ferramentas pedagógicas na área de História da América e do Brasil, a partir de ações coordenadas pelos docentes. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.	
1.14. Bibliografia básica: - BITTENCOURT, Circe. M. F. Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades. Revista Eletrônica da ANPHLAC , (4), p. 5–15, 2013. Disponível em: https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1358 - GALLO, Carlos Artur. Comissões da Verdade em Perspectiva comparada: Notas sobre a experiência Uruguaia, Chilena e Argentina. Albuquerque : revista de História, Campo Grande, MS, v. 6, n. 11 p. 17-34, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/4059 - O que faz o ensino de história na luta antirracista? Anais da XXV Jornada de Ensino de História e Educação do GT Ensino de História e Educação da ANPUH-RS. [E-book]. / Organizadores: Alessandra Gasparotto ... [et al.]. – São Leopoldo: Oikos, 2022. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/files/O%20que%20faz%20o%20ensino%20de%20hist%C3%B3ria%20-%20E-book.pdf	
1.15. Bibliografia complementar: - ABREU, Martha; GOUVÊA, Maria de Fátima; AZEVEDO, Cecília. Uma história em três tempos: experiências de pesquisa e Ensino de História das Américas. Diálogos , DHI/PPH/UEM, v. 8, n. 2, p. 105-132, 2004. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38106/19816 - GOMES, Rafael Nascimento. O Comunismo e o anticomunismo entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930. Revista Latino-Americana de História , vol. 7, nº. 19 - jan./jul. de 2018. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/rlah.v7i19.919/386430	

- MAIA, Helio; SILVA, Maria Abádia da. Educação e Sanitarismo no Brasil, um projeto eugenista realizado. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 5, nº. 15 - Julho de 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/693/666>

- SILVA, Vitória Rodrigues e. O ensino de História da América no Brasil. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 8, n. 2, p. 83-104, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38105/19815>

TOLENTINO, Marcos. La noche de los lápices e os usos públicos das memórias e das representações dos desaparecidos na Argentina (1976-1988). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Nº 29, p.86-126, Ago./Dez., 2020. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3907/3330>

1. Identificação		
1.1. Disciplina: Orientação de pesquisa		
1.2. Unidade: ICH		
1.3. Responsável: CLHD		
1.4. Professor(a) responsável:		
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 4		1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 h/a
Teórica: 4 créditos	Extensão:	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:		
1.9. Carga horária total, em 60 horas/relógio e 72 horas/aula		
1.10. Pré-requisito(s): Metodologia e Prática de Pesquisa em História I		
1.11. Ano /semestre: 4º ano/ 8º semestre		
1.12. Ementa: a disciplina visa a elaboração de um projeto de pesquisa para ser implementado		
1.13. Objetivos: Oferecer as condições para que o aluno elabore um projeto de pesquisa com vistas a desenvolver um trabalho de conclusão de curso.		

1.14. Bibliografia básica:

- BARROS, José d'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Albuquerque**: revista de história, v. 2, n. 3, 19 jun, p. 71-115, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3938>
- BARROS, José d'Assunção. O projeto de pesquisa – aspectos introdutórios. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2917>.
- LEVI, Giovanni. O Trabalho do Historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, 2014, p.1-20. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606

1.15. Bibliografia complementar:

- BARROS, José d'Assunção. História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, nº13, p. 7–21, 2007. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/207>
- CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221>
- REIS, José Carlos. História e Verdade. **Síntese**, Belo Horizonte, v.27, n.89, 2000. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/734>
- KNACK, Eduardo, et.al. História cultural: memórias e perspectivas de pesquisa. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. Disponível em: <https://www.editorafi.org/217anpuhrs>
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyqg5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Seminário de Ensino de História Geral	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em 4 (h/a)	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 4 créditos
Teórica: 2 créditos Extensão: 2 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
Prática:	
1.9. Carga horária total, em (h): 60 horas, em 72 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Ensino de História	
1.11. Ano /semestre: 5º ano/ 9º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina oferece abordagens de temas e problemas pertinentes à História Geral e sua transposição didática. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, e projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160.	
1.13. Objetivos: Propor atividades teóricas e práticas voltadas à compreensão e discussão de conceitos e processos históricos, à análise dos sentidos de diferentes temporalidades e ao uso de fontes no Ensino de História na Educação Básica. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente.	
1.14. Bibliografia básica: - ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA Nilton Mullet (orgs). Ensino de História e suas práticas de pesquisa . [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021. Projeto financiado com recurso da CAPES, destinado a rede PROFHISTÓRIA. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/files/Ensino%20de%20historia%20e%20suas%20praticas%20de%20pesquisa%20-%20e-book.pdf - BARROS, José D'Assunção. Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. Comunicação & Sociedade . Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2324 - ZARBATO, Jaqueline; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo (orgs.). Guerras de narrativas em tempos de crise : ensino de história, identidades e agenda democrática. Cáceres: Unemat Editora, 2021. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Editora/Livro%20%20Guerras%20de%20narrativas.pdf	
1.15. Bibliografia complementar: - MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento, Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. Tempo , Niterói, n. 14, 2003, p. 131-151. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1670/167018094007.pdf - NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. Revista História Hoje , v. 8, nº 15, p. 203-222 – 2019. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525 - PINTO, Céli. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia Política , v.18, n. 36,	

Curitiba, junho de 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003

- REIS, José Carlos o tempo histórico como “representação intelectual”. **Fênix** - Revista de História e Estudos Culturais, 8(2), p.1-21, 2011. Disponível em:

<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/issue/view/26>

- RODRIGUES, Marcelino E. (Org.) **Afro Proposições**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/510afro>

- SOUZA, Ede. C. de. Aprendizagem conceitual e orientação: uma análise dos estudos da educação histórica em Portugal e no Brasil (2000-2017). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0201, 2021. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313332021e0201>

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Educação Patrimonial	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 6 h/a	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 6 créditos
Teórica: Prática: 4 créditos	Extensão: 2 créditos 1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total: 90 horas/relógio e 108 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Nenhum	
1.11. Ano /semestre: 5º ano/ 9º Semestre	
1.12 Conceitos e proposta metodológica em Educação Patrimonial. Educação Patrimonial como meio de “alfabetização cultural”, considerando valorizações de leituras de mundo na perspectiva de noções de pertencimentos plurais e diversos, em interface com aspectos ambientais. Relações entre cultura material/ imaterial, memória, patrimônio e ensino de História. Ações educacionais em Educação Patrimonial para apropriação e uso dos bens culturais no espaço formal e não-formal como instrumento de cidadania, autoestima de grupos culturais e diálogo geracional. Práticas Extensionistas estão vinculadas aos projetos de extensão: Projeto EICHO - código 7224, Projeto Circuito de Museus da Serra dos Tapes - código 4160 e Projeto Educação Patrimonial na cidade de Pinhal: Inventários Participativos – código 7413.	
1.13. Objetivos: Propor atividades práticas de Educação Patrimonial e Ambiental e de gestão em espaços formais e não formais de educação. Realizar práticas na comunidade que articulem os saberes propostos neste componente	
1.14. Bibliografia básica - BATISTA, Vanessa Oliveira; MACEDO, Carmen Lúcia. O Patrimônio Cultural na Legislação Brasileira. NOMOS : Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v.28, n.1, p.237-260, 2008. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12097 . - GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial . Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf . - TOLENTINO, Átila Bezerra, BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas . Dados eletrônicos João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf	
Bibliografia complementar: - CURY, Cláudia Engler. VIRGÍNIO, Isabella. Educação Patrimonial – possibilidades para o ensino de história. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009, p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019	

01/1548772192_2376ee81fe0be2d40d1e85a0545f14b1.pdf.

- GARAEIS, Vítor Hugo. Educação Patrimonial: práticas alternativas, memórias, identidades e representações. **Textura**, Canoas, n. 11, p. 27-36, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/755/576>.

- HACK, Édina Francini Simão. Entre o ensino de História e a educação patrimonial: em busca da investigação de bens culturais locais. **Revista Confluências Culturais**. La Rioja/Espanha, v.2, n. 1, p. 35-46, mar. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/23325/V/2>. Acesso em: 14 mar. 2021.

- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

- MOURA, Ana Carolina; KOEHNTOPP, Paulo Ivo. Memórias e apagamentos: quem decide sobre o patrimônio no contexto urbano. **Revista Confluências Culturais**, La Roja/Espanha, v.7, n. especial, p. 91-103, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/23325/V/2>. Acesso em: 23 Mai. 2021.

- **PATRIMÔNIO Cultural Imaterial**: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 3. ed. Brasília: Iphan, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermais_web.pdf.

- RODRIGUES, Renata Cardosos Belleboni. Educação Patrimonial: o que é isso professora? **Revista Confluências Culturais**, La Rioja/Espanha, v.2, n. 1, p. 59-67, mar. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/23325/V/2>.

1. Identificação	
1.1. Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso	
1.2. Unidade: ICH	
1.3. Responsável: CLHD	
1.4. Professor(a) responsável:	
1.5. Distribuição de horária semanal, em (h/a): 6	1.6. Número de créditos (aulas semanais): 6 créditos
Teórica:	Extensão:
Prática: 6 créditos	1.8. Currículo: (x) semestral () anual
1.9. Carga horária total, em 90 horas/relógio e 108 horas/aula	
1.10. Pré-requisito(s): Orientação de pesquisa	
1.11. Ano /semestre: 5º ano/ 9º semestre	
1.12. Ementa: a disciplina incorpora ao currículo do licenciando a experiência de produção textual na área de história, podendo ser dirigida para o ensino formal ou não-formal da disciplina.	
1.13. Objetivos: - Elaborar uma monografia a partir da orientação de um professor e de um projeto de pesquisa previamente desenvolvido na área da História.	
1.14. Bibliografia básica: - BARROS, José d'Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4785/art3_16.pdf - BURKE, Peter. História como alegoria. Estudos Avançados 9 (25), 1995, p.197-212. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/S9YcjSw3H74vS9yhLJCKGMM/abstract/?lang=pt - CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). Revista de Antropologia , 61(2), 78-95, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/14893	
1.15. Bibliografia complementar: - BARROS, José d'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História , v. 12, n. 16, p. 38-63, 1 maio 2011. Disponível: http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/987 - FONTANA, Josep. Espacio global y larga duración; sobre algunas nuevas corrientes de la historia. Historia , n. 2 – 2011, p.237-246. Disponível em: http://historia396.cl/index.php/historia396/article/viewFile/8/7 - NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. Anos 90. Vol. 11, n. 19/20 (jan./dez. 2004), p. 101-138. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31543 - PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/abstract/?lang=pt	

- SCHMIDT, Benito B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História** (São Paulo) v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GkSkGqjBGzFYRHj8xCckbkG/abstract/?lang=pt>

Formação em extensão

Considerando o princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e em cumprimento à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que estabelece que se assegure no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para graduação em Extensão Universitária, e em cumprimento à Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, Resolução COCEPE nº 06/2020, Resolução COCEPE 30/2022 e Guia de integralização da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPel de 2019. No que tange à integralização da extensão, o colegiado do Curso de Licenciatura em História à Distância, contabilizou o total de 330 horas, visando promover o protagonismo dos alunos, bem como a participação das/nas comunidades. Além de outras componentes curriculares, conforme o quadro abaixo, as componentes de Estágio Obrigatório no Ensino Fundamental I e Estágio Obrigatório de Ensino Médio I foram selecionadas para efeito de integralização da extensão. No caso, cada disciplina possui dois (2) créditos, totalizando oito (8) créditos destinados às atividades extensionistas.⁴ No Plano de Atividades das componentes selecionadas, inclusive nos estágios obrigatórios, deverão estar relacionadas as atividades que poderão ser computadas como Atividades Curriculares em Extensão (ACE) e o nome dos projetos aos quais estará vinculado. No caso dos estágios obrigatórios, além dessas exigências, deverá constar a anuência do orientador.

As atividades curriculares em extensão contemplarão ações nas escolas-campo a serem desenvolvidas pelos acadêmicos com os professores e funcionários da escola, ou com estudantes, ou com a comunidade escolar em geral, através de oficinas de leitura e escrita de conteúdos, oficinas de interpretação de textos, de exposições, de visitação a museus e exposições de arte. As disciplinas que possuem atividades de formação em extensão estão descritas na matriz curricular do curso e registradas com o termo Extensão em suas ementas. Os créditos de extensão se configuram como aqueles que promovem atividades públicas destinadas à comunidade e aqueles que promovem cursos, oficinas, palestras e debates abertos ou voltados para a comunidade em geral. As disciplinas estarão associadas aos

⁴ A equiparação do estágio à extensão está prevista na Lei n.º 11.788/2008, no segundo artigo, bem como no Guia de Integralização da Extensão – PREC/UFPel, fundamentando o que está disposto nesta situação.

projetos de extensão registrados no Cobalto. Os alunos matriculados em disciplina curricularizada não poderão ser cadastrados como membros da equipe no programa de extensão vinculado. Só poderão ser certificados os que participarem fora da carga horária prevista no plano de ensino, desde que previsto pelo programa/projeto de extensão. Para efeito de controle e de exposição, apresentamos relação das componentes curriculares com os respectivos créditos em extensão:

Relação das componentes curriculares com os respectivos créditos em extensão

Código	Componente	Créditos
Novo	Oficina Temática de Ensino de História I	2 créditos
Novo	Antropologia	2 créditos
Novo	Oficina Temática de Ensino de História II	2 créditos
Novo	Educação Inclusiva: Pedagogia da diferença	1 créditos
Novo	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I	2 créditos
Novo	História do Brasil Colonial	1 créditos
Novo	Educação para as relações étnico-raciais	1 créditos
Novo	Estágio Supervisionado no Ensino Médio I	2 créditos
Novo	Oficina de Ensino de História do Brasil e América	1 créditos
Novo	Educação Patrimonial	2 créditos
Novo	Seminário de Ensino de História Geral	2 créditos
Total		18 créditos

5. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

5.1. Metodologias e Recursos e Materiais Didáticos

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Decreto 9.057 de 2017). A partir desta concepção, na UFPel, compreende-se que EaD caracteriza-se por ser uma modalidade de educação configurada pela distância física e temporal entre os sujeitos envolvidos, cujo processo de ensino/aprendizagem e de interação é mediado pelo uso de tecnologias educacionais digitais, com a metodologia pensada para os componentes curriculares está fundamentada nos referenciais pedagógicos e nos princípios do Núcleo de Políticas de Educação a Distância NUPED, aqui resumidos na forma de concepções: a. visão de conhecimento que está em permanente construção; b. entendimento de que os conteúdos de ensino têm origem em ações de curadoria, criação, cocriação e reuso, devendo ser armazenados em repositórios abertos para uso público; c. compreensão de que a Educação com utilização de recursos digitais amplia as possibilidades de criação de situações de ensino e de aprendizagens; d. conhecimento de que as atividades de ensino incluem preocupação com acolhimento e cuidado dos aprendentes, bem como com a disposição permanente para escutas sensíveis, possibilitando, assim, estratégias de aprendizagem que coloquem o estudante como protagonista; e. entendimento de que a aprendizagem ocorre em processos de construção, a partir da ação do sujeito e de interações que lhe sejam significativas (associados à bagagem cognitiva); f. consciência de que atividades que pressupõem uso da criatividade e de interatividade podem potencializar aprendizagens cooperativas e colaborativas que sejam significativas; g. compreensão de que o desenvolvimento da autonomia e das relações de cooperação e colaboração influenciam positivamente na ampliação do processo cognitivo; h. visão de avaliação como parte permanente da formação que objetiva contribuir para que docentes e discentes avaliem os processos e atividades de ensino e de aprendizagem.

Com os avanços tecnológicos, surgiram novas possibilidades de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Tais avanços, principalmente, nos modos de comunicação e armazenamento da informação, auxiliam na promoção da educação a distância. Diferentes mídias podem ser utilizadas para promover a interação, de modo natural, entre os usuários de sistemas envolvidos no processo de ensino aprendizagem. A educação

a distância busca uma relação entre aluno e professor, entre aluno e aluno, entre pessoas que querem aprender e pessoas que estão dispostas a contribuir na produção de conhecimentos. Tal processo é complexo e depende, entre outras coisas, do comprometimento e do entusiasmo dos sujeitos envolvidos. A autonomia de trabalho deve ser uma prática constante nesta proposta de licenciatura e um objetivo a ser incentivado. As principais vantagens de um trabalho apoiado no Ensino a Distância que utiliza um ambiente amigável são: Os cursos criados possuem grande capacidade de interatividade, possibilitando uma participação intensa do aluno no processo de aprendizagem; O autor do curso não precisa ser necessariamente um especialista em Internet; Possibilidade ampla de reutilização de conteúdos e recursos existentes em mídia digital. Neste sentido, o material didático utilizado e o corpo docente devem oferecer ao discente, orientações que o motivem e o possibilitem a construir, por si mesmo, em atividades individuais e em grupo, os conhecimentos necessários para sua formação. Durante o curso, os alunos serão estimulados a estabelecerem situações de aprendizagem utilizando ferramentas mais avançadas tecnologicamente tais como: o uso de vídeos (produzidos no CLHD); o uso de sistemas de pesquisa de informações digitalizadas na Web.

Nas atividades de ensino remotas, os encontros síncronos são, por natureza, mais curtos do que aqueles presenciais. Assim, aulas predominantemente expositivas e de longa duração, normalmente, não geram bons resultados. Neste sentido, convém planejar atividades que valorizem o momento de encontro potencializando a interação entre professores e alunos, de modo produtivo para o processo de ensino, fazendo o uso adequado das ferramentas utilizadas. Entre as possibilidades do ensino a distância está a interação assíncrona, que permite o desenvolvimento de atividades de leitura, reflexão e debate distribuindo o papel de orientador da discussão do professor para todos os alunos. Trata-se de uma prática potencialmente rica de engajamento e de colaboração, além de trazer materialidade para avaliações, se desejado. Há inúmeras tecnologias digitais disponíveis e conseqüentemente uma infinidade de possibilidades para ensino e aprendizagem. No entanto, quanto maior o número de ferramentas, maior a exigência de competências digitais dos usuários.

A dinâmica da sala de aula também tem suas diferenças quando passamos à modalidade a distância. Na aula física, estamos a todo tempo vendo todos os presentes. Na modalidade remota, em encontros síncronos, não é necessário haver a “presença em vídeo” durante todo o tempo, pois, além de poder causar problemas de conexão (para professores e alunos), pode não ter papel pedagógico relevante. Recomenda-se o uso de vídeos em

sessões síncronas quando for pedagogicamente importante. No caso de uma aula expositiva, a melhor alternativa é gravar um vídeo e disponibilizá-lo aos alunos (na plataforma digital ou por meio de um link). Se a exposição é longa, se faz necessário dividi-la ou gravar o vídeo em partes menores, essa é uma ação que aumenta o engajamento dos alunos. Para discutir o conteúdo exposto no vídeo será possível utilizar um fórum da plataforma digital, propondo, por exemplo, uma atividade de escrita a ser enviada e ou fazer uma sessão síncrona (nesse caso, mais curta e objetiva, como fechamento da abordagem).

Cabe ao professor explorar as possibilidades de trabalho em grupo. Além de utilizar fóruns disponíveis no Moodle Institucional, há também ferramentas de escrita colaborativa na plataforma da UFPel, como o Wiki. Além disso, em momentos síncronos, ferramentas como o Zoom e a Webconferência da UFPel permitem a criação de salas de apoio, nas quais o professor pode direcionar alunos para realizar uma tarefa, inclusive determinando tempo máximo.

O planejamento das atividades – o plano de ensino – é um momento indispensável de preparo do professor para atividades de ensino que irá realizar de modo remoto. O plano é o espaço para, considerando os objetivos e a ementa da disciplina, reorganizar os conteúdos, reconhecendo tempos e espaços que precisam ser repensados, daí a necessidade de propor metodologias para o ensino (com uso de ferramentas digitais) e pensar em instrumentos de avaliação. Nesse sentido, não é produtivo planejar atividades centradas no professor, pois aos alunos deve-se oportunizar autonomia para, por meio da realização de leituras, escritas, análises, sínteses, oralidade, etc, desenvolver suas aprendizagens.

A avaliação deve estar articulada com a metodologia de ensino desenvolvida. Assim, se os alunos são submetidos a uma gama de atividades nas quais eles possuem autonomia para criar, analisar situações, resolver problemas, produzir argumentos, entre outros, é bem possível que essas atividades (ou parte delas) possam ser utilizadas como parte do processo de avaliação. Em relação à frequência, assim como em relação à carga horária, ela é verificada de forma diferente na modalidade a distância. Assim, a frequência não deve ser aferida apenas a partir dos encontros síncronos, mas por meio das atividades, tarefas, questionários e trabalhos desenvolvidos pelos discentes ao longo do tempo, seja por meio de fóruns do Moodle ou outros recursos empregados pelos professores em seus planos de ensino e claramente informados aos alunos.

No Curso de Licenciatura em História EAD, os recursos materiais para obter condições adequadas de trabalho (estrutura e infraestrutura), os recursos humanos (professores e funcionários) e os recursos pedagógicos, técnicos e tecnológicos, são buscados

permanentemente por via dos programas ou projetos elaborados pelos polos, participando de editais de seleção, bem como através dos financiamentos oferecidos no âmbito da gestão (da unidade e dos cursos). Além disso, no que diz respeito às tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem, a Universidade Federal de Pelotas utiliza como ambiente virtual de aprendizagem a plataforma de código aberto Moodle, em sua versão institucional. O AVA/Moodle-Ufpel conta com uma equipe de técnicos dedicados à sua configuração e monitoramento, permitindo que as diferentes dúvidas e dificuldades da comunidade acadêmica sejam solucionadas rapidamente.

No mesmo sentido, permite que seja feita uma modulação mais fina das necessidades do curso, tanto as circunstanciais como as mais permanentes.

O ambiente é propício não somente para atividades a distância, mas também as atividades presenciais, propiciando interações e possibilidades de exploração distintas e ricas que, muitas vezes, não podem ser obtidas na sala de aula expositiva tradicional. A UFPel adota uma postura permanente de incentivo ao uso de seu AVA, oferecendo cursos para iniciantes na plataforma. Quanto à infraestrutura, desde o final de 2017, com a instalação da rede de fibra ótica nos campi da instituição, as instabilidades da rede foram praticamente eliminadas e, portanto, diminuído o risco de interrupção das atividades de *streaming* ao vivo, tais como videoconferências. O laboratório e o estúdio vinculados à educação a distância encontram-se à disposição

5.2. Acompanhamento e Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação discente assumida por este PPC segue as normas gerais, estabelecidas para todos os cursos da Universidade Federal de Pelotas, de forma contínua, prevendo a realização de exercícios, trabalhos práticos, projetos, relatórios, painéis, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, estudos de caso, entrevistas, provas e demais atividades correlatas, buscando assegurar a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Acompanhando a Resolução 29/2018 do COCEPE, que dá conta do Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel, todos os procedimentos, instrumentos e critérios para a análise e a aferição do desempenho de avaliação das atividades curriculares são de responsabilidade de cada docente, devendo ser referendados no plano de trabalho submetido para análise e aprovação pelo Colegiado do Curso. Ainda de acordo com a Resolução, cada docente deverá apresentar à sua turma, no início do período letivo, os instrumentos, os critérios e os conceitos de avaliação da aprendizagem, conforme o plano de ensino; discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes do próximo

processo avaliativo; fazer o registro eletrônico do desempenho acadêmico obtido, de acordo com as orientações da Coordenação de Registros Acadêmicos, em conformidade com os prazos estipulados no calendário acadêmico. O sistema de avaliação dependerá do objetivo específico de cada disciplina ou atividade. Nas disciplinas que exigem apenas aulas teóricas, o aluno será avaliado a partir de seu envolvimento em várias atividades: exercícios, apresentação de seminários e provas aplicadas. Nas disciplinas que envolvem aulas práticas, o aluno será avaliado através de seu desempenho nos procedimentos experimentais e pela presença nas referidas aulas, bem como por relatórios das atividades desenvolvidas a critério dos professores de cada disciplina. Deve ser observado, também, o Regimento Geral da UFPel (1977), Cap. V do Sistema de Ensino, artigos 183 a 198, que estabelece que a verificação do aproveitamento do aluno será realizada por disciplina, abrangendo aspectos de assiduidade e avaliação de conhecimentos. A aprovação em cada disciplina será apurada semestralmente e fica condicionada à frequência do aluno em pelo menos 75% das aulas. O aproveitamento será verificado mediante a realização de pelo menos 2 verificações com o mesmo peso, distribuídas ao longo do período, sem prejuízo de outras verificações de aula e trabalhos previstos no plano de ensino da disciplina. A média aritmética das verificações constitui a nota semestral, considerando-se aprovado o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a 7,0. O aluno que obtiver média semestral inferior a 3,0 será considerado definitivamente reprovado. O aluno que obtiver média semestral inferior a 7,0 e igual ou superior a 3,0 será submetido a um exame, versando sobre toda a matéria lecionada no período. Será considerado aprovado o aluno que, feito o referido exame, obtiver média igual ou superior a 5,0, resultante da divisão por 2 da soma da nota semestral e do exame. De acordo com a Resolução n. 29 de 13 de setembro de 2018, art. 150, parágrafo 6º, “Estágios curriculares e Trabalhos de Conclusão de Curso não são passíveis de exame pela natureza da atividade, sendo necessária a obtenção de média 7 (sete) para aprovação”.⁵

⁵ O processo **avaliativo** dos componentes curriculares cuja **totalidade de seus créditos** são ofertados na modalidade EaD será **presencial** com, no mínimo, 60% do peso total.

6. APOIO AO DISCENTE

Para que os alunos possam atingir as metas propostas pelo Curso se faz necessário estabelecer e aprimorar uma série de funções de apoio ao discente. No âmbito do CLHD, tais funções estão centralizadas nos polos de apoio presencial.

Cada um dos polos de apoio presencial tem uma Coordenação. É na Coordenação do Polo que os alunos recebem orientações sobre a matrícula, entregam seus documentos a serem enviados a sede do Curso e são atendidos em suas dúvidas ou necessidades relativas à vida acadêmica.

A Coordenação de Polo está vinculada diretamente à Coordenação do Curso. O Coordenador de Polo é um professor com experiência em gerenciamento pedagógico e, preferencialmente, com capacitação em EaD. Na Coordenação do Polo, os professores-tutores deixam seus pareceres e anotações sobre os alunos. Nos polos estão disponíveis as informações referentes à situação acadêmica de cada aluno do polo, tais informações são, preferencialmente, organizadas pelo tutor presencial. Cabe à Coordenação do Polo manter registro de todos os equipamentos, bem como, a nominata de pessoal técnico, administrativo e docente que usam as instalações do local. O Coordenador do Polo é o responsável direto pela orientação dos monitores dos laboratórios, bem como, quem recebe todo e qualquer tipo de reclamação relativa ao trabalho de professores tutores presenciais ou demais pessoas envolvidas no trabalho do polo sob sua responsabilidade. Coordenador do Polo de apoio presencial e a equipe de apoio administrativo, são responsáveis pelo funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas **assegurando um atendimento individualizado aos alunos**, promoção de eventos científicos e culturais com a participação de discentes, professores da UFPEL e convidados, a exemplo da Semana Acadêmica do Polo.

O uso da biblioteca do Polo promove o acesso dos alunos à bibliografia de cada componente curricular, além do material didático utilizado no curso. Nos laboratórios de informática e de ensino de matemática são proporcionados ambientes de trabalho favoráveis à integração entre os alunos proporcionando condições de aprendizagem.

O aluno, em caráter virtual, tem acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a Biblioteca física do Polo, bem como a biblioteca virtual da UFPEL, por meio do link institucional (<https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca/>). O acesso do aluno a biblioteca virtual, ocorre em caráter restrito, por meio de matrícula e senha.

Os alunos deverão comprometer-se a ir até o polo regional para as atividades didáticas obrigatórias, para orientação junto à tutoria e para obtenção de material bibliográfico para seus estudos. Vale destacar que todas essas atividades serão articuladas com os professores

formadores, atuantes nas componentes curriculares do curso e supervisionada pelo coordenador de tutoria. Também são organizadas palestras com professores a respeito dos projetos de extensão, ensino e de pesquisa. As disciplinas de Oficinas Temáticas (2º e 4º semestre), que compõe a grade relativa à prática como componente curricular, também auxilia os ingressantes a conhecerem melhor o cotidiano das escolas, o dia a dia do trabalho do professor da rede pública e como as disciplinas do curso contribuem na sua formação.

No que diz respeito aos alunos com necessidades especiais (PCDs, TEA e AH\S,) o Curso, segue as orientações Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, integrante da Coordenadoria de Inclusão e diversidade, vinculada ao Gabinete da Reitoria⁶. Neste sentido, é possível destacar algumas iniciativas e ou atividades pedagógicas de apoio aos discentes portadores de necessidades especiais:

a) possibilidade de ajustamento no plano de estudos do curso e/ou programas curriculares das componentes curriculares;

b) reestruturação dos textos de estudo e apoio, adaptando-os ao nível de conhecimento do vocabulário dos alunos surdos, cegos e disléxicos (ampliado, Braille, registro em áudio ou informatizado, etc), a partir do apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade;

6 São objetivos NAI:

- Colaborar e atuar na construção de políticas inclusivas e de superação de barreiras, sejam elas atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas, pedagógicas, instrumentais, programáticas e metodológicas, no contexto da UFPEL;
- Responsabilizar-se pela verificação do acesso de alunos pelo sistema de cotas, matrículas autodeclaradas ou indicação dos coordenadores de curso dos alunos PCDs, TEA e AH\S,
- Acompanhar e registrar os acessos e processos de escolarização dos alunos PCDs, TEA e AH\S;
- Realizar atividades de apoio aos alunos PCDs, TEA e AH\S, através da seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e **seção de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS (SI), tutorias entre pares, entre outros programas que possam ser desenvolvidos e que viabilizem a formação dos alunos;**
- Analisar os processos de aprendizagem dos alunos PCDs, TEA e AH\S, através de avaliações realizadas pelos profissionais da SAEE, para elaboração de metodologias, recursos e materiais adaptados, ou disponibilização de tecnologias assistivas;
- Encaminhar as informações aos cursos, através de indicação de recebimento de alunos PCDs, TEA e AH\S, envio de documento orientador, reuniões, formações e demais possibilidades de acesso a informação e apoio;
- Criar estratégias para permanência e qualidade da formação dos alunos PCDs, TEA e AH\S estudantes da Universidade;
- Apoiar estratégias, pesquisas, estudos, metodologias, etc, criadas no interior dos cursos e que demonstrem resultados satisfatórios para a acessibilidade dos alunos PCDs, TEA e AH\S;
- Buscar a viabilidade de recursos para oportunizar a acessibilidade em todas as dimensões;
- Apoiar os cursos nos processos de avaliação, autorização, credenciamento, no que tange a acessibilidade e inclusão;
- Executar, acompanhar e validar as ações postas no Plano Institucional de Acessibilidade e Inclusão\2015, anexado ao PDI da UFPEL;
- Contribuir no combate à exclusão e discriminação, em qualquer âmbito, na Universidade Federal de Pelotas; Os cursos, professores e alunos, em situações não previstas cujo caráter ultrapassem os limites do curso e do NAI, podem solicitar parecer à CONAI (comissão de apoio ao NAI), que se trata de órgão deliberativo e consultivo nas questões relacionadas a acessibilidade e inclusão na Universidade Federal de Pelotas.

c) autorização docente para gravação de aula pelo aluno cego, paralisado cerebral ou com dificuldades motoras;

d) oferecimento de sumário do que foi ou será ministrado em aula, para acompanhamento do aluno e orientação aos tutores vinculados ao NAI;

e) oferta de cursos de Informática, por meio da utilização dos programas "Virtual Vision" e "Dosvox" (ledores de tela), proporcionando autonomia aos deficientes visuais em seus trabalhos acadêmicos e consultas à Internet; programas de computador e sistemas operacionais (LOGO; Dosvox; Virtual Vision; Motrix; Jaws; etc); informações e aplicações para internet;

f) possibilidade de recorrer a outras ferramentas de ensino, adaptadas à necessidade do aluno, sob orientação do NAI;

g) descrição compreensiva do que está sendo exposto pelo docente em quadro, transparência, slides ou outros recursos;

h) ampliação dos prazos de leitura domiciliar e/ou criação de alternativas de estudo e pesquisa, estabelecido pelo sistema de biblioteca da universidade;

i) apoio pedagógico suplementar pelos docentes das componentes curriculares, quando solicitado pelo aluno, ou de orientação ao tutor encaminhado pelo NAI;

j) encaminhamento para apoio específico vinculado ao núcleo de acessibilidade e inclusão, pela coordenação do curso, quando necessário;

k) oferecimento de intérprete de libras para os alunos surdos, de acordo com a viabilização da universidade;

l) formação continuada de professores e planejamento compartilhado, com vistas ao entendimento e criação de estratégias de apoio pedagógico aos alunos com Deficiência, TEA, altas Habilidades e superdotação.

O NUPED propicia, para o contexto educativo da UFPel, cursos de curta duração que tem como foco a ambientalização dos estudantes na Plataforma Institucional para o uso de tecnologias educacionais digitais. Além disso, está disponível o sistema de atendimento em "<http://atendimento.ufpel.edu.br/>", onde uma equipe permanente de técnicos presta suporte aos estudantes em caso de dúvidas sobre o funcionamento e utilização do ambiente virtual de aprendizagem, o e-AULA.

Outrossim, em 2017, a UFPel aprovou a Resolução 25 de 14 de setembro que trata da política institucional para a formação básica e continuada de profissionais da Educação Básica. Nesta senda, o Núcleo de Programas e Projetos tem coordenado um programa de combate a retenção e a evasão escolar no qual a participação dos cursos de bacharelado,

licenciatura e tecnólogo.

7. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação do Curso objetivará identificar e monitorar as condições oferecidas aos alunos, principalmente aquelas relacionadas ao perfil do corpo docente e técnico-administrativo, as instalações físicas e a organização e eficiência do plano pedagógico, de acordo com as normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei N° 10.861, 14 de abril de 2004).

A implantação e desenvolvimento deste Projeto Pedagógico deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, de modo a permitir os ajustes necessários à sua contextualização e aperfeiçoamento. Para essa finalidade, o Colegiado dos Cursos de História estabelecerá **uma Comissão Permanente de Avaliação**, que será responsável pela proposição ao Colegiado de parâmetros, métodos e estratégias para essa avaliação, que deverão estar em consonância com o sistema de avaliação definido pela UFPel. A mesma Comissão, que também contará com a participação da representação discente, será responsável pela implementação do processo de avaliação, após a aprovação de sua proposta pelo Colegiado.

O sistema de avaliação deve ser amplo, vinculando os aspectos técnicos aos aspectos políticos e sociais, a fim de encontrar alternativas para que ocorra um constante aprimoramento do projeto do Curso. Em todas as etapas, os discentes têm participação efetiva e o mesmo ocorreu com a formulação do presente projeto pedagógico, no qual foram realizadas assembleias gerais com os alunos. Esse diálogo proporcionou a criação de novas disciplinas como “Ensino de História da África” e “Tecnologias da Informação e Comunicação”, votadas pelos alunos, e que buscam modernizar e aperfeiçoar o perfil dos professores de História formados pela UFPel. A avaliação dos docentes será realizada periodicamente, pela Comissão já referida, e deverá contar com efetiva participação do corpo discente, devendo estar em conformidade com a Portaria N° 708, de 27 de agosto de 2001, da Reitoria da UFPel, que regulamenta a avaliação do desempenho docente. Esta etapa do processo deverá avaliar a necessidade de treinamento, atualização ou capacitação do pessoal docente face às necessidades do curso. A avaliação também envolverá questionários dirigidos aos discentes sobre o desempenho, dinamismo, interesse, disponibilidade, assiduidade, qualidade dos materiais fornecidos e procedimentos de avaliação de aprendizagem.

8. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento do egresso é realizado institucionalmente pela via do Portal do Egresso da UFPel, no qual os ex-alunos registram informações profissionais que auxiliam na identificação do sucesso da instituição e na elaboração de um diagnóstico que auxilie na identificação de possíveis melhorias nos cursos de graduação.

Além disso, também é realizado um acompanhamento informal. Os contatos com alunos são realizados por meio de correio eletrônico, por meio dos professores orientadores e dos grupos nas redes sociais eletrônicas, modos pelos quais atualizamos o egresso quanto aos eventos, cursos e informações acadêmicas, em geral, convidando-os para compartilharem as suas experiências acadêmicas e profissionais com os alunos em eventos realizados no próprio curso. Assim sendo, os egressos apresentam trabalhos que desenvolvem na sua prática docente e/ou pesquisas que realizam mesmo após a conclusão do curso, nos eventos promovidos nesta universidade, bem como em outras universidades ou instituições que com ela se relacionam.

A proposta de construir um mecanismo de contato contínuo com o egresso do curso de Licenciatura em História do curso poderá proporcionar a atualização das informações sobre a atividade profissional dos egressos o que oportunizará adequar a formação oferecida a partir da avaliação do que ocorre

com o egresso, no mercado de trabalho. Essa ferramenta auxiliaria o curso a construir indicadores referentes à demanda do mercado de trabalho, áreas em crescimento e desenvolvimento, qualidade do profissional formado no curso e eficiência e qualidade do curso. Essas informações poderão auxiliar no melhor desenvolvimento do projeto pedagógico, bem como promover o aperfeiçoamento continuado no processo de avaliação do curso, a partir da percepção de necessidades do mercado de trabalho.

9. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A formação de professores em cursos de licenciatura deve contar com parcerias com a Educação Básica para o desenvolvimento de ações que envolvem diferentes áreas de conhecimento, visando um trabalho conjunto, entre a universidade e a escola, de modo a pensar em arquiteturas curriculares que qualifiquem a capacidade dos egressos em abordar temas relevantes na Educação Básica, compreendidos pelos distintos campos de conhecimento.

A formação continuada de professores para a Educação Básica decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional que considera os sistemas e as redes de ensino, bem como as necessidades da escola em promover a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia e ao respeito ao protagonismo dos professores.

A participação do Curso de Licenciatura em História na formação inicial e continuada de professores abrange dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar o processo pedagógico, cuja principal finalidade é a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente dos saberes e valores.

A instituição de um fórum permanente de integração entre Universidade e Educação Básica, na Universidade Federal de Pelotas, será o principal canal de diálogo para a realização de ações formativas de professores que, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação, coloquem em operação novos saberes e práticas.

A integração no curso de Licenciatura em História com a Rede de Educação Básica é efetivada através de diferentes eixos de atuação. Um dos principais é a realização dos estágios curriculares, durante os quais nossos/as discentes desenvolvem atividades de observação e regência de classe nas escolas municipais e estaduais de nossa cidade e região. O desenvolvimento dos estágios se constituiu enquanto uma possibilidade de diálogo e interação com os/as professores/as da rede, que atuam como orientadores de nossos/as discentes e acompanham suas atividades nas escolas. O Curso tem promovido, tanto nas disciplinas de Estágio quanto em outros espaços, atividades nas os/as professores/as da educação básica relatam suas atividades e compartilham os saberes da docência e suas práticas na universidade. Além dos estágios, a interação com a rede também deverá ser efetivada a partir do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID e do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. O Curso, apesar de novo, possui uma

relação de parceria e de construção coletiva com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios que possuem Polos da UAB/UFPel na promoção de atividades e cursos de formação continuada de professores. Entre os temas contemplados nestas formações, estão a educação para a diversidade e os direitos humanos, as questões étnico-raciais e o ensino médio politécnico. Desta forma, a integração com a rede se faz presente em diferentes espaços e momentos formativos de nosso Curso.

Ainda no que diz respeito a integração com a Rede Pública de Ensino, cabe destacar o papel desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino através da Coordenação de Ensino e Currículo, principalmente, mediante o Núcleo de Licenciaturas, NULICE. O núcleo tem promovido pontes entre a universidade e as instituições de ensino da rede pública (municipais, estaduais e federais), bem como promovendo o Fórum de Reuniões entre Ensino Superior e Educação Básica, realizado mensalmente, o Fórum envolve professores e gestores da UFPel, UCPel, Instituto Federal Sul Rio-Grandense (IFSUL), 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Pelotas (SMED Pelotas), Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Capão do Leão (SMECD Capão do Leão) e Conselho Municipal de Educação. Tendo em vista a promoção de uma educação cidadã e de qualidade, a UFPel tem promovido Fóruns de Educação com periodicidade anual com participação de escolas e instituições de ensino, com ênfase na Educação Básica, reestabelecendo uma integração entre a rede pública e a universidade. Em 2017, a UFPel aprovou a Resolução 25ª de 14 de setembro que trata da política institucional para a formação inicial e continuada de profissionais que atuam na Educação Básica.

10. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A UFPEL pauta por uma política institucional que integra as ações para a formação de professores no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, resguardadas as características e a autonomia de cada um de seus Centros, Faculdades, Institutos e Cursos.

Ao longo dos cursos de licenciatura, a articulação entre pesquisa, extensão e atividades de ensino, possibilita a relação entre os campos curriculares, para a compreensão histórica e social do processo de formação docente, de modo a estar em sintonia com os princípios institucionais, sociais, pessoais, afetivos, cognitivos e com a legislação vigente.

Nesse sentido, a integração entre a graduação e a pós-graduação, de acordo com as DCNFP (2015), pode ser tomada como mais um princípio pedagógico necessário ao exercício e ao aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa, sendo uma forma de valorizar os profissionais da docência, nos planos de carreira e na remuneração dos respectivos sistemas de ensino.

No curso de Licenciatura em História, as ações de ensino, pesquisa e extensão se articulam e se complementam de diferentes formas. Parte significativa das atividades, disciplinas e projetos desenvolvidos no âmbito do Curso de História, que se constituem como atividades de ensino, são pautados pela perspectiva da extensão e da pesquisa. No caso da extensão, as ações direcionadas à comunidade, de forma geral, e ao diálogo com os/as professores e as redes de ensino em particular, objetivam oportunizar espaços para que os conhecimentos construídos na escola e na universidade possam se aproximar e qualificar. Em relação à pesquisa, tanto o ensino quanto a extensão são concebidos a partir de premissas investigativas. A pesquisa faz parte das perspectivas das práticas de ensino e das ações de extensão realizadas, na medida em que o acompanhamento, a investigação, a sistematização de dados e a avaliação de tais práticas e ações são essenciais para que estas possam ser qualificadas. Desta forma, as ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Curso pautam, a partir de diferentes abordagens e metodologias, elementos que vinculam a pesquisa, o ensino e a extensão.

11. INTERDISCIPLINARIDADE

A UFPEL incentiva a promoção de uma política de formação de professores que integre ações, de modo a promover a interdisciplinaridade. As Diretrizes Curriculares Nacionais recomendam a realização de práticas pedagógicas para o conhecimento interdisciplinar sobre o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, cultural, estética e ética.

O Projeto Pedagógico apresenta uma série de disciplinas obrigatórias e optativas que colaboram para uma formação interdisciplinar dos alunos, como Antropologia e Pré-história, Fundamentos Sócio-históricos e Filosóficos da Educação, Fundamentos Psicológicos da Educação, Teoria Prática e Pedagógica, Educação Brasileira: Organização e Política Públicas e Educação Inclusiva e Libras I.

O Projeto Pedagógico também oferece espaço para que o aluno curse disciplinas em outros Cursos da UFPEL, integralizando a carga horária mediante requisição de aproveitamento junto ao Colegiado do Curso. Tal procedimento favorece um trânsito maior por outras unidades e departamentos, favorecendo igualmente a interdisciplinaridade na formação do aluno. Além disso, as atividades de ensino e extensão também contribuem no mesmo sentido, pois colocam os alunos em contato com outras áreas de conhecimento, tanto em sala de aula como em eventos acadêmicos da universidade.

12 - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Após um longo debate interno na UFPel consagrou-se, a partir de uma reunião do CONSUN, a criação do Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED), em substituição ao Núcleo de Apoio a Tecnologias Educacionais (NATE) e a Coordenação de Programas de Educação a Distância (CPED), visando repensar, reorganizar e qualificar o suporte à utilização de tecnologias digitais e a EaD na UFPel. As mudanças estruturais na Universidade, relacionadas à Educação a Distância (EaD), representam um avanço na organização da área. O NUPED, vinculado ao gabinete da Pró-Reitoria de Ensino, assume a responsabilidade pela proposição de políticas e suporte (tecnológico e pedagógico) à Educação a Distância (EaD). Sua estrutura é composta por duas seções: uma seção de apoio a tecnologias educacionais (SATE) que presta apoio à utilização de tecnologias para o ensino na Universidade, envolvendo a preparação de materiais didáticos, Recursos Educacionais Abertos (REA) e a formação de docentes nestas tecnologias; uma seção de políticas institucionais para EaD (SPIEAD), responsável pela proposição e implantação de políticas institucionais relativas à EaD e a Unidade Universidade Aberta do Brasil (UUAB) que é responsável por prestar atendimento administrativo e pedagógico aos cursos e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil. Diante desse contexto, o NUPED tem como objetivo a proposição e implementação de políticas institucionais, metodologias pedagógicas e suporte tecnológico para o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no âmbito educacional englobando o ensino, a pesquisa e a extensão, tornando-se referência em acessibilidade, inclusão e práticas exitosas em educação via plataformas digitais. Para isso, conta com as seções SATE - seção de apoio a tecnologias educacionais e a SPIEAD - seção de políticas institucionais para EaD.

A SATE tem o compromisso de prestar apoio e formação para a utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na cocriação de projetos educacionais de ensino, pesquisa e extensão cocriando métodos ativos e efetivos para os processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação no âmbito do fazer docente englobando o ensino, a pesquisa e a extensão. A SPIEAD, por sua vez, tem como tarefa a proposição de políticas institucionais e apoio à implementação de metodologias pedagógicas na cocriação de projetos educacionais de ensino, pesquisa e extensão. Compete ainda, a esta seção, o apoio à implementação de políticas institucionais elaboradas pelo NUPED/SPIEAD por meio de ações colaborativas com a SATE e a UAB. Ressaltamos que as duas seções que compõem o NUPED prestam todo o suporte a discentes e docentes, elaborando, em parceria com os

docentes, materiais didáticos de apoio, apresentações, cursos e treinamentos, oferecendo tutoriais que orientam discentes e docentes a tirarem o melhor proveito possível dos recursos oferecidos, a fim de facilitar o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Universidade Federal de Pelotas utiliza como ambiente virtual de aprendizagem a plataforma de código aberto Moodle, em sua versão institucional. O AVA/Moodle-Ufpel conta com uma equipe de técnicos dedicados à sua configuração e monitoramento, permitindo que as diferentes dúvidas e dificuldades da comunidade acadêmica sejam solucionadas rapidamente. No mesmo sentido, permite que seja feita uma modulação mais fina das necessidades do curso, tanto as circunstanciais como as mais permanentes. O ambiente é propício não somente para atividades a distância, mas as atividades presenciais, propiciando interações e possibilidades de exploração distintas e ricas que, muitas vezes, não podem ser obtidas na sala de aula expositiva tradicional. A UFPel adota uma postura permanente de incentivo ao uso de seu AVA, oferecendo cursos para iniciantes na plataforma.

Quanto à infraestrutura, desde o final de 2017, com a instalação da rede de fibra ótica nos campi da instituição, as instabilidades da rede foram praticamente eliminadas e, portanto, diminuído o risco de interrupção das atividades de *streaming* ao vivo, tais como videoconferências. O laboratório e o estúdio vinculados à educação a distância encontram-se à disposição da comunidade acadêmica, via agendamento. No 2º semestre do 1º ano do Curso os alunos terão contato direto com essas tecnologias a partir de uma disciplina obrigatória chamada “Tecnologias da Informação e Comunicação”. A sua carga horária faz parte da Prática como Componente Curricular, visto exercitarem plenamente os alunos para a utilização desses recursos em sua formação docente. Para maiores detalhes do funcionamento da Disciplina, ver a sua caracterização.

A UFPel utiliza o seu Moodle Institucional como AVA preferencial, esse ambiente irá predominar, portanto, nas aulas de TICS, contudo, a experiência com outros ambientes será necessária para que os alunos consigam perceber a diversidade de ferramentas, ambientes e mecanismos de virtualização de uma aula.

No tocante à disciplina em si, o professor designado para ela possui experiência em discussões ligadas ao tema das tecnologias e das mídias, especialmente, nos tópicos relativos a jogos, aplicativos, softwares, ambientes e virtualização em geral.

No que diz respeito à acessibilidade, o Moodle Institucional tem condições de oferecer suporte para alunos com baixa visão e/ou cegueira. O NAI pode auxiliar em todos os demais casos, e, inclusive, tradutores e intérpretes de LIBRAS para materiais comerciais que, eventualmente, venham sem legenda.

13 – AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, mais conhecidos por AVA, são utilizados como plataforma principal para oferta de componentes curriculares na modalidade EAD ou como ferramenta complementar às aulas presenciais. O Moodle (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*) é um dos sistemas classificados como AVA, pois permite a implementação de cursos na modalidade a distância, bem como auxiliar as disciplinas e cursos presenciais, possibilitando a gestão da aprendizagem e de trabalhos colaborativos. Outra característica do Moodle é a flexibilidade de configurar e disponibilizar conteúdos, recursos e atividades de forma simples e rápida. A UFPel disponibiliza o ambiente virtual de aprendizagem Moodle (e-AULA), para a oferta de apoio a disciplinas presenciais e EaD, e tem oferecido, através do NUPED cursos aos professores para uso do AVA. Para utilização do AVA da UFPel (e-AULA) o estudante tem à disposição, na biblioteca do campus Anglo, equipamentos conectados à rede, que podem ser utilizados para acesso ao conteúdo disponibilizado digitalmente. O Ambiente Virtual de Aprendizagem também apresenta a possibilidade de ser acessado pelos alunos por meio de smartphones, tablets ou notebooks, que podem ser conectados à rede wifi UFPel, que é disponibilizada aos alunos por meio do sistema acadêmico COBALTO. O e-AULA está integrado ao sistema administrativo e acadêmico Cobalto, que é próprio da UFPel e representa um grande avanço em termos de atualização, espaço, interação e integração com outros sistemas.

14. CORPO DOCENTE

QUADRO DO CORPO DOCENTE DO CLHD

Nome	Horas	Titulação
Elisabete Leal	20hrs.	Doutora
Edgar Ávila Gandra	20hrs.	Doutor
Fábio Vergara Cerqueira	20hrs.	Doutor
Jésica Hencke	20hrs.	Mestre
Lidiane Friderichs	20hrs.	Doutora
Marcos César Borges da Silveira	20hs.	Doutor
Natália Garcia Pinto	20hs.	Doutora
Thiago Silva de A. Jesus	20hs.	Doutor
Viviane Saballa	20hs	Doutora

QUADRO PERMANENTE DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Fernanda de Medeiros Cunha	Assistente em Administração	Secretário Geral do CLHD
----------------------------	--------------------------------	-----------------------------

15. INFRAESTRUTURA

A UFPEL conta com o Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED), que mantém a infraestrutura física e virtual, a qual conta com um laboratório de informática, sala de videoconferência, estúdio de gravação, salas virtuais e ambiente virtual de aprendizagem.

Além da estrutura propiciada pelo NUPED, o CLHD mantém um laboratório de informática (em parceria com o curso de Artes -EAD) que é utilizado pela equipe que compõe o curso, no desenvolvimento de atividades das componentes curriculares. O foco de um sistema educacional deve ser sempre o aluno. Na modalidade a distância, professores e alunos não se encontram frequentemente no mesmo espaço e tempo de aprendizagem, a interação e comunicação devem ser concebidas e estruturadas de modo a garantir o diálogo entre eles.

No caso da proposta do CLHD, a comunicação e interatividade foram pensadas levando-se em conta que cada área de conhecimento do Curso terá momentos presenciais e a distância. Os momentos presenciais serão organizados nos Polos de Apoio Presencial, municípios onde a licenciatura será ofertada.

O Curso conta com uma estrutura de polos, onde estão disponíveis laboratórios de informática, salas de aula, biblioteca e material concreto de ensino de História, além de laboratórios de apoio na sede do curso, para garantir a máxima qualidade durante o desenvolvimento das diferentes atividades.

A sede possui laboratórios de apoio; no caso, Laboratórios Multidisciplinares, que estarão junto com o sistema de tutoria atendendo e preparando materiais sempre que for necessário para o desenvolvimento da aprendizagem dos nossos alunos.

A ferramenta fundamental, embora não a única, para o desenvolvimento dos processos educativos é o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem para a Modalidade a Distância, onde são postados periodicamente: o Videoaulas gravadas (sendo ao todo 08 videoaulas por disciplina); 114 o A gravação das aulas ao vivo transmitidas pela internet e realizadas semanalmente pelos professores do Curso de Licenciatura em História na Modalidade a Distância; o Ambientes virtuais de discussão; As apostilas de cada componente curricular, produzidas pelos professores responsáveis pelos respectivos temas desenvolvidos em cada uma das disciplinas no semestre; o O “Guia do Acadêmico” onde constam todas as atividades previstas para o semestre, incluindo as datas das avaliações presenciais. Cada polo conta também com um acervo de livros pertinente à bibliografia básica prevista no plano de ensino das disciplinas da grade curricular do Curso. Outrossim, cada polo possui um laboratório de informática equipado com recursos para webconferências, avaliações online e acesso às bibliografias e periódicos eletrônicos.

REFERÊNCIAS

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e respectivas Leis que a atualizam.*

Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003 – que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências como a inserção dos artigos 26-A, 79-A e 79-B;

Resolução CNE/CES4 nº1 de 3 de abril de 2001- Estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação e, também, menciona as normas para cursos oferecidos a distância;

Decreto 5.622, DE 20 de Dezembro de 2005 - Regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394 de 1996 - Decreto garante a igualdade de qualificação entre a EAD e a educação presencial.

Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Resolução do Fórum de Coordenadores de Cursos de História do Rio Grande do Sul - Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) SOBRE O ENSINO À DISTÂNCIA, 2008.

Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008 - *Dispõe sobre o estágio de estudantes*): citada na legislação do projeto e considerada no texto do Regulamento de Estágios do curso.

Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação 2017- SINAES/MEC.

Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 - *Regulamenta a Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.*

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004 - *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Lei 11645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.*

Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012 - *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002* - *Políticas de educação ambiental.*

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 - *Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.*

Decreto nº 5296 de 2004 - *dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015* - *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência*; e **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** - *acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.*

Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel- Resolução Nº 29 de **13 de setembro de**

2018 - dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel.

Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016 (Revoga a Portaria nº 4059 de 10 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a oferta de disciplinas do currículo que utilizem modalidade semi-presencial).- **Resolução UFPel nº 27/2017** - aprova os indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de Ensino a distância.

Resolução UFPel nº 22 de 19/07/2018 - dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante.

Resolução nº 02/06 (COCEPE)-UFPel - dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação (MEC).

Lei nº 13.005, 25/06/2014 - Aprova o PNE- Plano Nacional de Educação. Meta 12, Estratégia 12.7, referente ao Plano Nacional de Educação-PNE, que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Resolução CNE/CEB, nº 4, de 13 de julho de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.

Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012 (Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, Pág. 33) e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Lei 10.639/03 – Ensino de História da África e cultura afro-brasileira e africana

Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 – Lei da Reforma do Ensino Médio.

Resolução CNE/MEC nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014 (PNE 2014-2024)

Guia de Integralização da Extensão – PREC/UFPel. 2019.

Resolução COCEPE nº 10, de 19 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Regulamento Geral do Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e dá outras providências

Resolução COCEPE nº 30, de 03 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade

Federal de Pelotas.

Resolução COCEPE nº 66, de 21 de dezembro de 2021, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022–2026 da UFPel.

AUDY, Jorge L. N. & MOROSINI, Marília C (org.). *Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUC, 2007.

BRESOLIN, Keberson. **Elementos de EAD**. Pelotas : NEPFIL online, 2014.

BRITO, Eliana P. **Projeto pedagógico de curso**. Pelotas: PRG/UFPel, 2008.

COLL, César & outros. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HORN, Geraldo B. & GERMINARI, Geysa D. **O ensino de História e seu currículo** – teoria e método. Petrópolis: Vozes, 2006.

PADRÓS, Enrique S. & outros (org.). **Ensino de História** – formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade**: conceitos e distinções. Caxias do Sul: EDUCS, 2008. Bresolin, Keberson

BRESOLIN, Keberson. **Elementos de EAD**. Pelotas : NEPFIL online, 2014.